

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP**

Catiele dos Santos

**TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: DIÁLOGOS COM ADOLESCENTES
EM UMA ESCOLA**

Santa Maria, RS
2021

Catiele dos Santos

**TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA: DIÁLOGOS COM ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Psicologia**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriane Roso

Santa Maria, RS

2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

dos Santos, Catiele
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e
Construção Identitária: diálogos com Adolescentes em uma
Escola / Catiele dos Santos.- 2021.
157 p.; 30 cm

Orientadora: Adriane Roso
Coorientador: Flavi Ferreira Lisboa Filho
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2021

1. Adolescências 2. Identidades 3. Tecnologias I.
Roso, Adriane II. Ferreira Lisboa Filho, Flavi III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, CATIELE DOS SANTOS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Catiele dos Santos

**TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA: DIÁLOGOS COM ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do título de
Mestra em Psicologia.

Aprovado em 18 de fevereiro 2021

Adriane Roso, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Fernando Lionel Quiroga, Dr^a. (UEG)

Naiana Dapieve Patias, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

AGRADECIMENTOS

Dedico essa escrita especialmente à minha amada mãe, fortaleza em minha vida, por todo amor e dedicação a mim dedicados e por incentivar, desde sempre, o caminho da educação.

À minha estimada orientadora, Dr^a. Adriane Roso, pela oportunidade de tornar essa escrita possível, por acreditar no meu potencial.

Às(aos) minhas (meus) amigas(os), pelo afeto, apoio e companheirismo, não apenas ao longo desse percurso. Vocês são a família que escolhi.

Aos(às) participantes da pesquisa e à Escola Estadual de Ensino Médio José Luchese, pelo acolhimento e receptividade.

À Tainara Andreeti, pelo afeto e companheirismo, desde os tempos de Iniciação Científica e por ter me apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

À minha amada amiga, Cátia Raquel Martini, pelo amparo, amor e carinho em todas as minhas dificuldades e alegrias.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por possibilitar dedicação exclusiva ao Mestrado.

Ao professor Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho, por ter aceito a coorientação da pesquisa e pelas inúmeras contribuições.

Ao Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica - Social (VIDAS) e a todos os (as) seus (suas) integrantes.

À banca de defesa de Dissertação de Mestrado, na figura da professora Dr^a. Naiana Dapieve Patias e do professor Dr. Fernando Lionel Quiroga. Sou grata pela presença de ambos desde a etapa da qualificação do projeto.

RESUMO

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Construção Identitária: diálogos com Adolescentes em uma Escola

AUTORA: Catiele dos Santos

ORIENTADORA: Dr^a. Adriane Roso

COORIENTADOR: Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm modificando as formas de se relacionar e de ser/estar no mundo. Essa dissertação de mestrado teve como objetivo refletir acerca do processo de construção identitária na sua inter-relação com as TIC, a partir dos saberes, práticas e experiências de adolescentes que estudam em uma escola localizada em um município rural da região central do estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Em específico, buscou-se compreender como adolecer é concebido no contexto rural e de que modo(s) as TIC impactam o cotidiano dessas pessoas, principalmente no que tange à sexualidade, à saúde sexual e reprodutiva e à saúde mental, enquanto elementos que integram a dimensão identitária. O estudo vincula-se ao projeto guarda-chuva “Políticas de Reprodução no Ciber mundo: Investigações em Tecnologias (Contra)Ceptivas, (In) fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades, aprovado pelo comitê de ética”. O objetivo geral do projeto guarda-chuva é refletir sobre como as Políticas de Reprodução estão entrelaçadas com uma rede de representações sociais, particularmente representações sociais de masculinidades e feminilidades e explorar o que esses entrelaçamentos produzem em termos de impacto nas relações de gênero, identidades sociais, saúde e direitos. Na presente pesquisa, buscou-se atender à parte deste objetivo, quando nos propomos a abordar questões referentes à configuração de identidades adolescentes e suas inter-relações com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e os impactos na saúde desse grupo social. Considerando que a temática da construção identitária possui especificidades, sendo alvo de estudos e discussões nas mais diversas áreas do conhecimento, elencou-se uma aproximação entre Estudos Culturais (EC) e Teoria das Representações Sociais (TRS), enquanto abordagens norteadoras dos olhares direcionados ao processo identitário. Quanto ao delineamento metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa que adotou a utilização de entrevistas semiestruturadas como estratégia de aproximação e estudo do campo. Os participantes da pesquisa foram adolescentes de turmas do 2º ano do Ensino Médio, matriculados em uma instituição de ensino pública na cidade de Lagoa Bonita do Sul, Rio Grande do Sul (RS). Ao longo da construção das informações, durante as entrevistas semiestruturadas, utilizou-se de roteiro de perguntas com temáticas relativas às TIC (apropriações e usos), ao contexto de vida e adolecer, assim como à saúde mental, sexualidade e saúde sexual e reprodutiva. Na etapa da análise e discussão, as informações construídas via entrevistas semiestruturadas foram e interpretadas psicossocialmente, a partir dos pressupostos da abordagem processual da Teoria das Representações Sociais e de constructos teóricos dos Estudos Culturais. Os resultados indicam a presença de representações de adolescência enquanto fase do desenvolvimento, e não como processo, sendo aos(as) participantes atribuídas características como irresponsabilidade e instabilidade, embora, ao mesmo tempo, se espere deles(as) que sejam responsáveis, que façam escolhas assertivas, que ajudem aos pais/responsáveis, que sejam “adolescentes normais”. Acerca dos usos e apropriações das TIC, verificou-se que estão inseridas no cotidiano dos(as) participantes, sendo apropriadas para fins de expressão, comunicação e manutenção de laços sociais. Desse modo, entende-se que as apropriações das TIC constituem fatores importantes no processo de construção identitária desse grupo, embora os efeitos delas na saúde sejam pouco (re)conhecidos entre os(as) participantes. No que versa acerca das TIC e seus efeitos sobre o exercício da sexualidade e da saúde sexual e reprodutiva dos(as) participantes, identificou-se que estas têm sido utilizadas como fontes de informação, sobretudo quanto às IST e gravidez. No entanto, as informações às quais os participantes têm acesso, nem sempre são adequadas, o que tem levado ao reducionismo dessas dimensões ao âmbito preventivo e biológico.

Palavras-Chave: Adolescências. Identidades. Tecnologias. Representações Sociais, Estudos Culturais.

ABSTRACT

Information and Communication Technologies (ICT) and Identity construction: dialogues with adolescents in a school

AUTHOR: Catielle dos Santos

ADVISOR: Dr^a. Adriane Roso

SUPERVISOR: Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho

Information and Communication Technologies (ICT) have been changing the ways of relating and being in the world. This Master dissertation aimed to reflect on the identity construction process in its interrelation with ICT, based on the adolescent's knowledge, practices and experiences who study in a school located in a rural municipality of the central region of the state Rio Grande do Sul (RS), Brazil. Specifically, we sought to understand how adolescence is conceived in the rural context and how ICT impacts these people's daily lives, mainly in sexuality and in sexual, reproductive and mental health, as integral elements of the identity dimension. This study is linked to the umbrella project "Politics of Reproduction in the Cyberworld: "Investigations in (Contra)ceptive, (In)fertility and Social Representations of Masculinities/Femininities, approved by the ethics committee". The umbrella project's general objective is to reflect on how Reproduction Policies are intertwined with a network of social representations, particularly social representations of masculinities and femininities and to explore the impact that these interlaces have on gender relations, social identities, health and rights. In this research, we aimed to achieve part of this objective, when we propose to approach issues related to the adolescent's identity configuration and their interrelationships with Information and Communication Technologies (ICT), as well as the ways in which they affect the sexuality exercise and sexual, reproductive and mental health of this social group. Considering that the identity construction has specificities, being the target of studies and discussion subject in many areas of knowledge, an approximation between Cultural Studies (CS) and Social Representations Theory (SRT) was listed, as guiding approaches directed to the identity process. In the analysis and discussion stage the methodological design, this is a qualitative research and used semi-structured interviews as a strategy for approaching and field study. The research's participants were adolescents from the second grade of a public high school in Lagoa Bonita do Sul, Rio Grande do Sul, Brazil. Throughout the construction of the information, during the semi-structured interviews, a question script was used, with themes related to ICT (appropriations and uses), to the life and adolescence context, as well as to the mental health, sexuality and sexual and reproductive health. Regarding the analysis and discussion of the data, the information obtained through semi-structured interviews were analyzed and psychosocially interpreted, based on the procedural approach of the Social Representations Theory and theoretical constructs of Cultural Studies. Results indicate the presence of adolescence representations as a development stage, and not as a process, attributing characteristics such as irresponsibility and instability to the participants, although, at the same time, they are expected to be responsible, to make assertive choices, that help parents/guardians and to be "normal adolescents". About the ICT uses and appropriations, it was found that they are inserted in the participant's daily lives, appropriate not only for school assignments and entertainment, but also as an expression form, facilitator of communication and maintenance of social ties, being the ICT important factors in the identity construction process of this group, although their effects on health are still little recognized and known. Regarding the ICT and its effects on the participant's exercise of sexuality and sexual and reproductive health, it was identified that these have been used as sources of information, especially about IST and pregnancy. However, the information that the participants have access to, is not always adequate, which has led to the reductionism of these dimensions in the preventive and biological scope.

Key-words: Adolescence. Identities. Technologies. Cultural Studies. Social Representations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRS	Coordenadoria Regional de Saúde
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
EC	Estudos Culturais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
MEC	Ministério da Educação
RS	Rio Grande do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO TEÓRICA	29
2.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS	29
2.1.1 Representações Sociais acerca do adolescer: concepção social crítica .	32
2.2. POR QUE ESTUDOS CULTURAIS E TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS?.....	36
3 DISCUTINDO O CONCEITO DE IDENTIDADE: PSICOLOGIA SOCIAL E ESTUDOS CULTURAIS	39
4 MÉTODO	53
4.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAMPO DE ESTUDO: ITINERÂNCIAS DA PESQUISA(DORA)	57
5 ESTUDO 1 - SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NA(S) ADOLESCÊNCIA(S): REVISÃO INTEGRATIVA	65
6 ESTUDO 2 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: ADOLESCER NO CONTEXTO RURAL	105
REFERÊNCIAS	137
ANEXO 1 – PARECER DO CEP	153
APÊNDICE 1 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	157

1 INTRODUÇÃO

Frente ao cenário pós-moderno e o advento das TIC¹, as tecnologias vêm sendo incorporadas pelas pessoas, intensificando processos subjetivos e de construção identitária. Tais ferramentas são potentes possibilitadoras de novas formas de identificação (MARTÍN-BARBERO, REY, 2004) produzindo uma revolução das tecnicidades, que dizem respeito especialmente ao papel dos meios de comunicação como renovadores dos níveis de percepção dos indivíduos.

Igualmente, as TIC parecem ter oportunizado a apropriação de novos saberes e linguagens, modificando a cultura local, evidenciando o papel potencial e a visibilidade que ocupam, ao colocarem em xeque o caráter universal da cultura. Diante disso, é possível cogitar que os modos de uso das TIC, permeados pelo advento da globalização, possam estar afetando a construção de identidades no adollescere. Afinal, em relação às mudanças estruturais que vêm ocorrendo nas sociedades modernas desde o final do século XX, dentre elas a globalização, Hall (2011) ressalta que essas estão causando a fragmentação das identidades pessoais, provocando um certo deslocamento ou descentramento do sujeito. Tendo previamente vivido possuindo uma identidade estável e unificada, o sujeito está se tornando composto, atualmente, de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas, em detrimento de uma única identidade (HALL, 2011).

Na contemporaneidade, para o autor, tal cenário é enfatizado pelo processo de fragmentação relacionado, principalmente, à globalização, que desestabiliza as culturas nacionais. Por sua vez, estas estão expostas, cada vez mais, às influências externas e são afetadas por elas. Afinal, enquanto nas sociedades modernas as pessoas contavam com uma identidade unificada, cujo tinha seu surgimento marcado quando ele nascia e “se desenvolvia permanecendo essencialmente a mesma ao longo de sua existência” (HALL, 1997, p.10).

Por sua vez, Bauman (2004) refere que em um mundo globalizado, as identidades fixas e bem definidas tornaram-se ultrapassadas e, em decorrência do excesso de informações, é mais interessante manter uma identidade flexível, posto que ser identificado de modo inflexível parece não ser visto com bons olhos. Todavia, no entendimento do autor, se ter uma identidade

¹ As TIC constituem as iniciais de Tecnologias de Informação e Comunicação, referente à pluralidade de tecnologias (equipamentos e funções) que permitem criar, capturar, interpretar, armazenar, receber e transmitir informações (ANDERSON, 2010). Neste trabalho o termo TIC refere-se aos smartphones, computadores, notebooks, tablets e similares, com acesso à Internet.

flutuante possa angustiar, uma identidade fixa é tomada como alvo de preocupação, à medida que a pessoa acaba sendo tomada como intransigente. Logo, na pós-modernidade, a identidade social é constituída a partir de fragmentos mutáveis e flexíveis, assim como o são as outras esferas da sociedade; competindo ao sujeito formar sua identidade em consonância com aqueles fragmentos que vai encontrando em seu percurso de vida.

Nesse sentido, entendemos que tal fragmentação conta também com a participação das novas tecnologias, as quais nos apontamentos de Castells (2006), levam o sujeito na direção de referências híbridas. Para o autor, a identidade na chamada sociedade em rede constitui-se com a relação entre a matéria-prima que há no mundo e o processamento desta pelos atores sociais. Desse modo, os atores sociais passam a absorver as referências à sua volta, bem como as influências externas, realizando escolhas tendo por base direcionamentos de vida, gostos e necessidades. No entanto, compete salientar que tal processo não é único, nem finito, uma vez que as referências que contêm significado forte para definir a identidade em determinada época, pode não o ter em outro momento, ou seja, são móveis e alteráveis. Contudo, apesar da fragmentação do sujeito pós-moderno, ainda há um sistema de significação capaz de definir o sujeito.

Considerando, então, que a identidade não é fixa, homogênea ou centrada, mas fluida e fragmentada, em constante mudança e transformação, é importante entendermos como identidades adolescentes são construídas na atualidade. Afinal, sustentados em Woodward (2014), nosso entendimento é de que as identidades, embora distintas e interpenetradas de modo constante, em algum momento ou lugar, podem manifestar-se conforme as circunstâncias, tomado enquanto característica dos sujeitos culturais, no que tange aos seus aspectos étnico, social, individual, político, cultural e, enfim, nas mais diversificadas facetas que representam, mas constituindo o indivíduo de uma forma geral.

Em outros termos, somos interpelados de modo constante por sistemas de representação cultural e de significação, sendo estes sistemas que afetam nossas identidades. No que diz respeito contexto de vida do adolecer, atualmente, os saberes, sentidos e as representações culturais que circulam em seu contexto social e cultural parecem ser permeados pelas TIC, por representações veiculadas por meios de comunicação, redes sociais e a mídia; fato que pode estar influenciando o processo de construção de identidades, bem como a sexualidade, a saúde sexual e reprodutiva e a saúde mental dos mesmos, enquanto elementos integrantes da construção identitária.

Quando tratamos de identidade(s), assumimos o referencial dos Estudos Culturais (EC), em articulação com a Psicologia Social Crítica. Por meio da perspectiva da Psicologia Social

Crítica (PSC), pensamos a concepção de identidade mediante alguns elementos cognitivos e de pertencimento grupal (DESCHAMPS, MOLINER, 2009). Considerando os Estudos Culturais, a identidade pode ser compreendida como uma construção em constante transformação e mobilidade, sendo uma dimensão que pode ser afetada por diversos elementos, como a cultura, o contexto cultural, social, político, econômico, bem como pelas mídias, tecnologias e a própria globalização (HALL, 2006, 2011; SILVA, 2014; WOODWARD, 2014).

Em relação ao adolecer, buscamos tensionar a noção de identidade produzida, ao longo dos anos, acerca deste “fenômeno”. Na perspectiva da TRS e dos EC, alguns estudos elucidam que a adolescência não pode ser tomada a partir de uma concepção homogênea, natural ou, ainda, puramente biológica (CIAMPA, 1984; OZELLA, 2002; BOCK, 2007; BERNI, ROSO, 2014). Mais do que isso, propõem a adolescência como uma espécie de devir, de possibilidades, com características singulares, que não está “dada”, pronta; e sim por vir a ser, permeado pelas dimensões contextuais e contemporâneas às pessoas, não sendo possível pensar apenas um modo de ser adolescente. Considerando a singularidade de cada pessoa², logo, o termo mais adequado é o de “adolescências”.

Elencamos, ainda, como teoria de base e análise, a abordagem processual (genética ou dinâmica) da Teoria das Representações Sociais (TRS), visto que esta se preocupa, centralmente, com a construção da representação, sua gênese, seus processos de elaboração, e trabalha com os aspectos constituintes da representação - informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais e ideológicos. Considerando a dimensão sociocultural, compreendemos que as representações sociais acerca da adolescência não são permanentes. Pelo contrário, embora haja representações hegemônicas, elas foram sendo transformadas ao longo do decurso histórico e social; no sentido social da PSC, que não exclui o outro, nem o objeto (ARRUDA, 2002).

Diante do cenário da inter-relação entre TIC e adolescência, uma das questões que se coloca como importante diz respeito às representações sociais existentes acerca das temáticas sexualidade, saúde sexual e reprodutiva e saúde mental dos jovens (EISENSTEIN, SILVA, 2015; VILAÇA, 2015; YILDIRIM, et al., 2015). Estudos diversificados vêm abordando a saúde mental dessas pessoas (FERNANDEZ, SOUZA, 2018; EISENSTEIN, SILVA, 2015), embora haja carência de trabalhos que ponham em cena a autonomia dessas pessoas, assim como

² Partindo de uma perspectiva social crítica de olhar e conceber o adolecer (CIAMPA, 1984; BERNI, ROSO, 2014), nos parece pertinente não ficar nomeando essas pessoas como “adolescentes”, ao longo da escrita. Desse modo, optou-se pelo uso de sinônimos tais como jovens, jovens rurais e/ou pessoas.

investigações que se detenham a discutir tais temáticas no contexto rural³. Frente a globalização, do cenário pós-moderno e do advento das comunicações rápidas, figura como relevante compreender: como estes temas são tratados por jovens que residem no meio rural? como afetam a construção de suas identidades? que sentidos lhe despertam

Conceitualmente, compreendemos que a saúde mental trata-se de um fenômeno humano e social, não de um fato biológico-natural. Exige, portanto, uma abordagem complexa, histórica, política e culturalmente contextualizada. A saúde mental "não é efeito apenas de componentes de ordem individual como o grau de habilidade pessoal em manejar emoções, sentimentos, comportamentos e relações sociais, mas engloba elementos de ordem cultural, social, econômica, política e ambiental" (OMS, 2013; DIMENSTEIN et al, 2017, p.76).

Integrando a constituição da saúde mental, a sexualidade e a saúde sexual e reprodutiva figuram como fatores importantes. A primeira pode ser compreendida, em concordância com Arruda (2016), como um elemento que dá sentido e significado à existência humana, representando uma função vital do indivíduo, da qual fazem parte múltiplos fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais, transmitidos de geração em geração. Trata-se, então, de um aspecto central do ser humano, do começo ao fim da vida, envolvendo sexo, identidade de gênero e papel, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução.

Por sua vez, a saúde sexual e reprodutiva refere-se à habilidade de mulheres e homens, jovens e adultos, para desfrutar e expressar sua sexualidade, livre de imposições, violência ou discriminação, sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis ou gestações não desejadas. O estado de bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo e às suas funções e processos também são parte integrante de tal definição. Envolve a capacidade de desfrutar uma vida sexual satisfatória e sem riscos, bem como a liberdade de homens e mulheres, jovens e adultos, decidirem se querem ou não ter filhos, o número de filhos que desejam e em que momento da vida gostariam de tê-los (BRASIL, 2006).

Com relação às TIC no meio rural, sua inserção parece ter originado diversas mudanças na forma de socialização dos jovens rurais, à medida que, atualmente, possuem acesso à informação e possibilidades de interagir diariamente com indivíduos também fora de seu convívio social (CORD, 2016; REDIN et al., 2013). Desse modo, no entendimento dos autores,

³ Entende-se por rural, um espaço relacional. Embora possua especificidades, o rural deve ser sempre interpretado a partir de uma perspectiva dinâmica e pluridimensional, definida tendo por base o binômio penetração/apropriação, à medida que, embora sofra alterações dos fatores de urbanização, estas não se estendem uniformemente pelas zonas rurais, à medida que a urbanização não é homogênea e o processo de apropriação dos componentes urbanos por parte das comunidades rurais ocorre de modos diferentes, variando em decorrência de fatores socioeconômicos, culturais, ambientais, entre outros (DO CARMO, 2009).

por meio das redes sociais, eles podem entrar em contato com o mundo global, conhecer novos lugares e pertencer a grupos por questões de afinidades; o que podem tanto modificar o processo de construção identitária, quanto afetar a sexualidade, a saúde sexual e reprodutiva e a saúde mental desses jovens.

É neste ponto que encontramos a pertinência e a relação desta pesquisa com o projeto guarda-chuva “*Políticas de Reprodução no Cibermundo: Investigações em Tecnologias (Contra)Ceptivas, (In)fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades*” aprovado pelo comitê de ética (CAAE:20532119.4.0000.5346). O objetivo geral do projeto guarda-chuva é refletir sobre como as Políticas de Reprodução estão entrelaçadas com uma rede de representações sociais, particularmente representações sociais de masculinidades e feminilidades e explorar o que esses entrelaçamentos produzem em termos de impacto nas relações de gênero, identidades sociais, saúde e direitos.

Na presente pesquisa, buscamos atender à parte deste objetivo, quando nos propomos a abordar questões referentes à configuração de identidades adolescentes e suas inter-relações com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a partir dos saberes, práticas e experiências de adolescentes que estudam em uma escola localizada em um município rural da região central do estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Em específico, busca-se compreender como adolecer é concebido no contexto rural e de que modo(s) as TIC impactam o cotidiano dessas pessoas, principalmente no que tange à sexualidade, à saúde sexual e reprodutiva e à saúde mental, enquanto elementos que integram a dimensão identitária. Bem como os modos pelos quais estas afetam o cotidiano desse grupo social, no que concerne às dimensões da sexualidade, da saúde sexual e reprodutiva e da saúde mental dessas pessoas, enquanto elementos integrantes da identidade.

Nesse viés, destaca-se que as TIC possuem valor para os jovens rurais, que vêm nela uma forma de inserção na sociedade, cujo acesso seria a “luz no fim do túnel”, “uma porta aberta” (SCHWARZ, 2012, p. 70), que diminuiria a sensação de isolamento geográfico. Em vista da falta de infraestrutura, muitos jovens comparam a vida no meio rural a uma prisão, fruto da precariedade dos serviços de saúde, da condição das estradas e da falta de opções de lazer” (SCHWARZ, 2012, p. 69; CORD. 2016).

No entanto, Lopes e Doula (2013) referem que a distribuição e acesso às TIC ainda acontece de forma desigual, ficando os jovens rurais dependentes de projetos de inclusão digital para poderem participar dessa nova forma de organização social – “a sociedade da

informação⁴". Pois, apesar dos avanços tecnológicos, o acesso às TIC neste meio é dificultado pelas condições socioestruturais e características próprias deste espaço. Além disso, enquanto tema de pesquisa, as especificidades, apropriações⁵ e modos de uso das TIC nesse contexto têm sido abordados de forma escassa (FELIPPI, ESCOSTEGUY, 2017).

Nesse sentido, em um sentido amplo, os esforços governamentais e não governamentais em projetos de inclusão digital, o interesse pelo tema e a familiaridade dos jovens com as TIC revelam que estudos relativos à apropriação das TIC são mecanismos efetivos e podem melhorar a qualidade de vida, a educação e o desenvolvimento local através da democratização e do acesso à tecnologia e ao letramento, que podem gerar benefícios concretos para que ocorram, de fato, a autonomia e domínio tecnológico das sociedades rurais e, em especial, a do jovem rural (LOPES, DOULA, 2013; KNOP, 2017).

O interesse da pesquisadora pela temática da construção identitária adolescente remonta à trajetória acadêmica da pesquisadora, enquanto estudante do curso de Psicologia. Primeiramente, faz-se necessário trazer à escrita, a vivência de um estágio extracurricular, realizado de 2016 a 2018, no âmbito da Política de Atenção Psicossocial junto ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e drogas Companhia do Recomeço (CAPS AD Cia do Recomeço), localizado na cidade de Santa Maria - RS, Brasil.

No decorrer desse período, constituíram-se como fatores relevantes na tomada de decisão de escrever sobre o presente tema, a atuação como estagiária em uma oficina artística realizada no local, da qual participavam adolescentes. Neste serviço de saúde, a mesma realizava acolhimentos (primeiro contato com a instituição), contato com escolas e visitas domiciliares às famílias de adolescentes que, muitas vezes, cumpriam medida socioeducativa. Mediante tais vivências, o olhar da pesquisadora acerca do adolecer modificou-se, posto que passou a apresentar outros contornos, não mais detendo as características que tanto havia escutado na universidade, principalmente nas disciplinas que abordavam a psicologia do desenvolvimento.

A fase de crise, instabilidade, homogeneizada e naturalizada proposta por teorias desenvolvimentistas da psicologia, não fazia sentido, porque as características do adolecer não pareciam homogêneas, e sim singulares, enquanto possibilidade. Desse modo, percebia que

⁴ Manuel Castells (1999) define a Sociedade da Informação como um estágio de desenvolvimento social caracterizado pela capacidade de seus membros de obter e compartilhar qualquer informação, instantaneamente, de qualquer lugar e da maneira mais adequada.

⁵ Usos das TIC referem-se à utilização dessas tecnologias, tais como o celular, o computador, a internet na vida cotidiana para comunicação e troca de informações, enquanto apropriações dizem respeito ao maior domínio dessas tecnologias, ou seja, sua utilização para além da troca de informação (FELIPPI, DEPONTI, DORNELLES, 2015, p. 10).

cada adolescente que chegava ao local trazia uma história, provinha de um contexto de vida, construía uma identidade singular, vivências diversas e austeras e, portanto, não havia como tomar aquilo que eles diziam, representavam e expressavam como oriundo de uma única fase da vida, dotada dos mesmos aspectos.

Ainda no percurso que originou a escrita deste projeto, o convite realizado pela secretaria de município de um município de pequeno porte localizado na região central do estado, à pedido de um grupo de pais, para que realizasse uma intervenção referente ao uso de aparelhos celulares, redes sociais, computadores e jogos eletrônicos realizados pelos(as) filhos(as), figura como uma das minhas motivações para abordar a temática das TIC entre os adolescentes. Na data, em conjunto com a coordenadora da atenção à saúde mental do município, auxiliei na construção de uma roda de conversa junto a pais, educadores, estudantes e demais interessados no assunto, a qual foi realizada no mês de Junho de 2019.

No momento da intervenção, a presença dos pais e adolescentes foi reduzida, enquanto a participação de professores das escolas municipais e da escola estadual da cidade foi maior. Logo, é válido apontar que a escola e os educadores parecem ter um papel mais ativo diante de tal problemática, sendo a instituição escolar um espaço potencial para a realização de ações junto aos adolescentes, com o intuito de conhecer o que pensam, as representações que possuem e o que sabem e sentem a respeito das TIC e seu uso.

Ainda em relação à escolha do campo de pesquisa, à medida que tal escolha não é neutra, e sim parte da interpretação das informações construídas desde os primeiros passos de um estudo (ARRUDA, 2005), recordo das experiências vividas, ao longo da infância e adolescência, junto ao município rural de Lagoa Bonita do Sul, Rio Grande do Sul/RS. Foi na escola que tive o primeiro contato com as TIC, por meio do uso de um laboratório de informática disponibilizado pela instituição escolar, quando cursava o 6º ano do Ensino Médio. Até então, eu não sabia o que eram computadores, muito menos celulares (atualmente, denominam-se *smartphones*); tendo conseguido ter acesso a um desses modelos somente aos 16 anos de idade.

Atualmente, passados mais de 10 anos, há curiosidade em saber como os jovens deste local se apropriam (expectativa 1) das TIC; como ocorre o acesso às TIC (expectativa 2), quais sentidos/sentimentos as TIC lhes despertam (expectativa 3) e se as TIC interferem na construção identitária destes, incluindo no que concerne às dimensões da sexualidade, da saúde sexual e reprodutiva e da saúde mental (expectativa 4), enquanto dimensões constituintes do processo identitário.

Afinal, as características dos espaços rurais hoje vão além de uma mera associação com a ideia de atraso, isolamento e oposição aos espaços urbanos. O imaginário é povoado de tais representações, o que escamoteia a diversidade sociocultural da qual são dotadas a zona rural do nosso país. O espaço rural não é mais o que ele era. Existem espaços rurais diversificados, dinâmicos e em permanente mutação. As paisagens e as populações rurais se transformam profundamente (SILVA et al., 2012; TEIXEIRA, LAGES; 2010).

Nessa perspectiva, colocamos em cena os saberes, práticas e experiências de estudantes do 2º ano do Ensino Médio, de uma escola pública estadual, localizada na cidade de Lagoa Bonita do Sul (RS), buscando compreender a participação das TIC (computadores, notebooks, smartphones, tablets com acesso à internet) na construção de suas identidades.

A escolha dos estudantes do 2º ano da Escola Estadual de Ensino Médio da Escola José Luchese, enquanto participantes da pesquisa, deriva também do fato de que estes vivenciam e sentem os impactos das TIC em seu meio social, considerado rural, assim como em suas vidas. Logo, é relevante investigar as formas como se apropriam (isso se eles se apropriam realmente) das TIC no cotidiano. A escolha da população deve-se, também, em parte, ao quantitativo precário de estudos envolvendo jovens do meio rural e suas (inter) relações com as tecnologias. É o que a literatura científica tem indicado, à medida que a realidade dessas pessoas é pouco e insuficientemente estudada (CAMPOS, SCHALL, NOGUEIRA, 2013; VONK, BONAN, SILVA, 2013).

A proposta da pesquisa segue o cunho qualitativo (BAUER; GASKELL, 2002), que Creswell (2010) define como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 43). A partir dos procedimentos mencionados, elencou-se a utilização de entrevista semiestruturada que consistem em um instrumento que visa à delimitação de tópicos essenciais que contemplem as informações buscadas pela pesquisa, servindo como um guia da entrevista que contém itens indispensáveis para a investigação e que possibilite a abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação (MINAYO, 2010).

A partir desse delineamento, ao longo da construção de informações do estudo, propomos algumas questões:

- Como as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) operam na construção de identidades adolescentes?
- Quais os sentidos e saberes (representações sociais) relativos às TIC para estes adolescentes? ;

- Como as TIC são incorporadas pelos adolescentes nos seus cotidianos, inclusive no contexto escolar (mais utilizadas, por quanto tempo, como impactam nas diversas esferas em que estes estão inseridos)?;
- Quais redes sociais e aplicativos são acessados pelo adolescente para lidar com
- questões referentes à sexualidade e à saúde reprodutiva?;
- De que modo(s) as TIC impactam na saúde mental e saúde sexual e reprodutiva destes adolescentes?

Almejando encontrar algumas respostas a esses questionamentos, a escrita encontra-se dividida em três partes. Na primeira parte, apresentamos a revisão teórica, que consiste em tais capítulos: Teoria das Representações Sociais: alguns apontamentos; Representações Sociais acerca do adolescer: concepção social crítica; Por que Estudos Culturais e Teoria das Representações Sociais?; Discutindo o conceito de identidade: Psicologia Social e Estudos Culturais. A seguir, elaboramos o método e tecemos algumas considerações acerca do campo de estudo: itinerâncias da pesquisa(dora).

Na última parte, trazemos dois estudos, sendo que o primeiro capítulo apresenta uma revisão integrativa de literatura acerca da temática da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, com o objetivo de evidenciar como este tema vem sendo abordado no contexto das instituições escolares. Em específico, buscou-se identificar a presença de iniquidades de gênero no tratamento da sexualidade nas escolas e ações nelas desenvolvidas. A busca pelos estudos foi empreendida no período de 2010 a 2020, junto às bases de dados Portal CAPES, BVS e SciELO. O corpùs final constituiu-se de 50 artigos. Em relação aos resultados, observou-se ênfase das investigações nas temáticas da gravidez na adolescência (fatores de risco e proteção), prevenção de IST, aids, HIV e iniciação sexual precoce.

No segundo estudo, buscamos analisar como as TIC impactam na construção identitária dos jovens rurais, bem como de que modos o adolescer é concebido por eles. Para isso, recorreu-se a uma aproximação entre Estudos Culturais (EC) e Teoria das Representações Sociais (TRS), no que diz respeito ao conceito de identidade. Considerando os objetivos propostos, na construção das informações, adotou-se a realização de entrevistas semiestruturadas.

PARTE I

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS

A psicologia, enquanto ciência, estruturou-se a partir de dois pressupostos, o materialismo cientificista e o individualismo cartesiano, sendo praticada muita Psicologia, principalmente Psicologia Social, mesmo antes de Wundt e seu laboratório (GUARESCHI, ROSO, 2014). A marca dos pressupostos epistemológicos da psicologia oriundos do materialismo e do individualismo penetraram, igualmente, nas origens da psicologia social, fazendo com que essa abordagem, no período em que migrou para o resto do mundo, os levasse consigo, culminando numa prática individualista, cujo social não passava da soma de individuais e, ao mesmo tempo, materialista, ou seja, tomava-se como válido o fisiológico, aquilo que podia ser comprovado empiricamente. Contudo, Guareschi e Roso (2014) salientam que para os autores, a cisão entre o individual e o social, o sujeito e objeto não agradava, sequer convencia a todos.

A psicologia social em questão, passou a ser alvo de críticas e reações intensas, tais como as praticadas por Moscovici, na França, em 1972, que buscou superar tais dicotomias entre o externo e o interno, o social e o individual, aquilo que era estruturado e o estruturante. Desse modo, em meados da década de 1960, por meio de um trabalho intitulado *Sociedade e Teoria em Psicologia Social*, Moscovici questiona a psicologia social praticada na Europa, argumentando que ainda estava presente a psicologia social americana, embora os princípios, a visão de homem, da realidade e da história promovida pela mesma divergia do que a experiência dele e seus conterrâneos fosse divergente (MOSCOVICI, 2009).

Neste momento, compete ressaltarmos que a psicologia social proposta por Moscovici e, substancialmente, a Teoria das Representações Sociais, surge na forma de salto, no que se refere ao segundo enfoque da Psicologia Social (o primeiro deles enfatizava o objeto, sua classificação em diferentes tipos) até 1960 que, a saber, tratava-se do enfoque que dava ênfase ao sujeito, suas categorizações em diferentes tipos, embora o objeto não interessasse (GUARESCHI, ROSO, 2014).

É neste ponto que Psicologia Social, a partir de Moscovici, dá um salto. E é aqui que surge um enfoque diferencial para o “social” da Psicologia Social, que vem questionar teórica e epistemologicamente os dois anteriores: tudo tem a ver com tudo, não há nada “isolado”, indiferenciado: uma relação triangular complexa, em que cada um dos termos é totalmente

interdependente dos outros dois (GUARESCHI, ROSO, 2014, p. 26). “O triângulo dos termos Sujeito-Outro-Objeto é crucial para essa discussão pois é o único esquema capaz de explicar e sistematizar os processos de interação” (MOSCOVICI, 2009, p. 152-30).

Neste momento, surge o social como relação que, no entendimento de Guareschi (2004), é algo que não pode ser compreendido sem outros, um direcionamento intrínseco, do próprio ser, em direção a outro(s), singular e, ao mesmo tempo múltiplo; um social que aborda e relaciona a complexidade do mundo externo e interno, individual e coletivo, psíquico individual e realidade psíquica social externa. De maneira similar, esse conceito de relação é útil e essencial para a compreensão do que são os grupos, posto se constituírem a partir de relações; sendo estas a matéria prima de sua gênese. Nesse sentido, foi a partir deste momento que a TRS passou a tomar formas e se desenvolver como abordagem.

Considerando as contribuições de Guareschi (2000), salientamos que a Psicologia Cognitiva estuda as representações mentais, porém, dificilmente, pergunta e/ou investiga o fato de elas serem fenômenos sociais (ou não) ou, ainda, se elas se constituíram-se a partir de um fenômeno social. Guareschi (2000) salienta, então, que mais uma vez, a representação social é colocada em um lugar individual, caindo em uma possível dicotomia.

Tal dicotomia se estabelece, muitas vezes, entre o interno e o externo, tal como no que diz respeito ao comportamentalismo, por exemplo, no qual foi recusado entender qualquer coisa que fosse mental ou introspectivo, que ultrapassasse a barreira da “pele”, deixando de questionar o que transcende o pensamento das pessoas (GUARESCHI, 2000). É necessário compreendermos que uma representação social ultrapassa as dimensões intrapsíquicas, concretizando-se assim em fenômenos sociais, em virtude de ela pode ser tanto interna, quanto externa, passíveis de serem identificadas e mapeadas, se forem observadas, por meio de sua representação social.

No aspecto material e sua representação encontramos outra dicotomia, pois, para ser uma representação social o objeto de conhecimento passa por um processo transformativo na mente das pessoas, porque assim que interiorizado, o objeto já passa a ter um outro significado, que ao retornar ao externo procede por intermédio de representações. No entanto, é preciso entender e pensar nesse processo de representação, pois ele não é automático, mas sim um processo complexo da representatividade, que diferem de pessoa a pessoa, ou seja, cada uma de nós representa de uma forma peculiar e acrescenta algo particular nesse processo de representação (JOVCHELOVITCH, 2008; GUARESCHI, 2000).

Dessa forma, conseguimos pensar nos processos dinâmicos psíquicos, que parecem estar esquecidos nas representações sociais. Uma terceira dicotomia importante que devemos

considerar, é a dicotomia entre o consensual e o reificado, que põe em cena as discussões acerca das diferenças entre durkheimianos e discursivistas, bem como entre o estático e dinâmico do conceito de representação social. Em relação à esse aspecto, compete ressaltarmos que as representações sociais instalam-se no universo consensual das pessoas, não concordando que haja nelas algo reificado, dizendo até mesmo que existe uma diferença, que pode ser explicada, por meio de ideologia e representação social (MOSCOVICI, 2009; GUARESCHI, 2000). O trabalho considerado seminal no campo da TRS encontra seu expoente na obra de Moscovici, intitulada *A psicanálise, sua imagem e seu público* (1961/2012), no qual o autor buscava entender como diferentes grupos sociais se apropriaram da psicanálise e a transformavam, à medida que lhe davam sentido.

No referido estudo, Moscovici (1961/2012) dedicou-se ao estudo das representações sociais da psicanálise, trazendo no embolso da investigação, a tensão entre o pensamento científico e profissional e o pensamento cotidiano das pessoas comuns. A teoria psicanalítica pareceu ser adequada à investigação dessa tensão, em decorrência de ter sido altamente controversa e amplamente comentada. Além disso, ela possuía relevantes afinidades com os pensamentos considerados de senso comum e, desse modo, os leigos poderiam ter pontos de vista próprios sobre a temática, possibilitando que percebessem semelhanças entre a psicanálise e inúmeras de suas experiências diárias, tal como entre uma confissão religiosa e uma entrevista psicanalítica, por exemplo.

Na respectiva obra, Moscovici (1961/2012) põe em evidência a continuidade entre saber e contexto, associando a racionalidade e a cognição à emoção, bem como à experiência e à sociedade. Por intermédio do retorno realizado à Durkheim, o autor propõe o “conceito e fenômeno das representações sociais como pilar de uma nova psicologia social atenta à linguagem e a ação comunicativa, voltada para os processos de produção de sentido e as batalhas simbólicas das esferas públicas” (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 160). O trabalho de investigação de Moscovici acerca das representações sociais da psicanálise, aborda os processos de interação e comunicação social, os quais tornam a psicanálise um objeto do público.

Destinando-se a investigar cientificamente o senso comum, compreendido como um conhecimento não menos valioso ou deficiente em relação ao conhecimento científico, as representações sociais situam-se no universo consensual das pessoas, não aceitando que haja nelas algo de reificado, o que não significa tomar as representações como algo apenas flutuante, ou seja, elas podem ser permanentes ou duradouras, entre o aspecto estático e dinâmico. O

objetivo maior das representações sociais é proporcionar um olhar diferenciado sobre o individual e o coletivo, tornando-se uma alternativa confiável para a compreensão social.

A finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, isso significa que o indivíduo precisa conhecer o objeto ou sujeito para representar (MOSCOVICI, 2012). Em virtude disso, para "dar conta" das questões e objetivos do estudo, adotamos a abordagem processual da TRS, na qual o conceito de representação social é definido como processual (MOSCOVICI, 2012; JODELET, 2001, 2009), sendo a representação social um conhecimento do senso comum, formada em virtude do cotidiano do sujeito.

A partir de tal delineamento, as representações sociais são compreendidas como o estudo dos processos e produtos, por meio dos quais os sujeitos e grupos constroem o significado e significam o mundo, mediante a integração da dimensão sociocultural com a dimensão histórica. Sustentados nas palavras de Arruda (2002), definimos que a abordagem processual (genética ou dinâmica) preocupa-se, centralmente, com a construção da representação, sua gênese, seus processos de elaboração, e trabalha com os aspectos constituintes da representação - informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais e ideológicos.

Considerando a dimensão sociocultural, compreendemos que as representações sociais acerca do adolescer não são permanentes. Muito pelo contrário, embora existam algumas representações que se sobressaem mais sobre outras, elas foram sendo transformadas ao longo do decurso histórico e social.

2.1.1 Representações Sociais acerca do adolescer: concepção social crítica

No âmbito da psicologia, a concepção vigente sobre a adolescência está fortemente ligada à concepções desenvolvimentistas, carregada de determinações biológicas e cronológicas, que originam diversos estereótipos, tais como momento de crise, indecisão, período de crise e dificuldades. Considerando essas concepções preponderantes acerca do adolescer, entendemos que até determinada época, tanto crianças, quanto adolescentes eram tratados como "mini adultos", sendo que o nascimento da adolescência serviu a interesses políticos e econômicos.

Nesta perspectiva, discorreremos sobre como a adolescência foi sendo apropriada pela psicologia, sobretudo pelas perspectivas do desenvolvimento humano, introduzindo a concepção da psicologia social crítica. Nosso entendimento, em concordância com Ozella (2002), é de que os estereótipos e estigmas acerca da adolescência se fazem presentes desde

que Stanley Hall a identificou como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade.

As abordagens desenvolvimentistas acerca do adolescer apresentam como pioneiro o psicanalista Erik Erikson (1976), por meio do conceito de “moratória” (p.128). A partir desse termo, tal teórico passou a identificar o adolescer como uma fase com confusão de papéis e dificuldades de estabelecer uma identidade própria, e como um período que passou a “ser quase um modo de vida entre a infância e a idade adulta” (ERIKSON, 1976, p. 128). Ao postular adolescência como a fase da vida entre a infância e a idade adulta que culmina com a constituição da identidade, o autor sustenta que a identidade é entendida como o resultado das relações entre as dimensões biológica e social que vão se amalgamando, mediante as vivências do indivíduo ao longo dos anos.

Deste modo, os adolescentes, ao longo desse período (igualmente conhecido pelas transformações que ocorrem em seu corpo em decorrência da puberdade) vivenciam uma crise decorrente do processo de construção da identidade e projeção do futuro). A partir da expressão “crise de identidade”, a adolescência é associada à lutas psicológicas inerentes à formação da identidade. Tal concepção naturalizada e universal sofreu incremento, ao ser adotada pela psicologia, incorporada pela cultura ocidental e assimilada pelas pessoas comuns, muitas vezes por meio dos meios de comunicação de massa (OZELLA, 2002).

Embora tenhamos situado algumas das características do adolescer postuladas por Erikson em sua teoria psicossocial do desenvolvimento, destacamos, todavia, que a conotação negativa de “crise”, muitas vezes atribuída à compreensão e apontamentos desse teórico, é equivocada. Afinal, desta(s) “crise/crises”, podem emergir desfechos negativos e/ou positivos, a depender de como ela(s) se integrarão na vida das pessoas. Há de ser considerado ainda, o fato de que a teoria proposta por Erikson não exclui o meio social e cultural e suas influências e exigências, nem as experiências vividas.

Em relação à participação da orientação psicanalítica, entre tantas outras que se apropriam e integram abordagens desenvolvimentais, as teorizações de Aberastury (1980) e Aberastury e Knobel (1981) compõem um marco teórico e histórico, na América Latina e, particularmente, no Brasil, no que diz respeito às investigações acerca adolescência na perspectiva psicanalítica. Para Aberastury (1980), a adolescência trata-se de “um momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento”, com destaque para as contradições, confusões e dores marcantes deste período (ABERASTURY, 1980, pp. 15-16), constituindo-se, ainda, no momento mais difícil da vida de uma pessoa.

Knobel (1981), por sua vez, contribui enormemente à perspectiva psicanalítica acerca da adolescência, ao introduzir a “síndrome normal da adolescência”, na qual se enfatizam: a rebeldia, a instabilidade afetiva, a tendência grupal, as crises religiosas, as contradições, as crises de identidade (KNOBEL, 1981); partindo dos pressupostos de que “o adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas” e que o “adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos de pais, irmãos, amigos e de toda a sociedade” (KNOBEL, 1981, pp. 9-11).

Para Knobel, a síndrome normal da adolescência é composta por 10 sinais, sendo eles a 1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que institui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo. No entanto, embora Aberastury e Knobel (1981) tenham apontado que qualquer adolescência apresenta, para além do selo individual, o selo de meio cultural e histórico, cometem um equívoco ao condicionarem a realidade biopsicossocial às circunstâncias interiores, afirmada por Aberastury como a “crise essencial da adolescência” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.10).

A partir do exposto, entendemos que os processos de ancoragem e objetificação das representações sociais nos auxiliam a refletir acerca de como são construídas essas representações hegemônicas acerca do adolecer. Ancorar, na perspectiva das representações sociais, trata-se de nomear algo, classificar dentro de um sistema de crenças e valores. Assim, a ancoragem pode ser compreendida como o processo de transformar algo perturbador, desconhecido em algo familiar, comum. No entanto, essa “classificação” não é neutra, nem despreziosa, à medida que fala do repertório já construído e ao qual temos livre acesso.

Por exemplo, podemos exemplificar a tipificação da pessoa que se considera adolescente como alguém irresponsável, rebelde, instável, não digno de confiança. Esse entendimento, como já vínhamos evidenciando, pode associar-se (ancorar-se) em representações associadas à delinquência, ao preconceito, à moralidade sexual (“o/a” adolescente enquanto alguém cuja sexualidade deve ser domada) e necessidade de imposição de regras. Essa “rebeldia”, dada a contraposição à idéia de responsabilidade, indica que o adolescente “é um indivíduo que precisa

ser “domado” para assumir as suas responsabilidades e, futuramente tornar-se um adulto” (MARTINS, TRINDADE, ALMEIDA, 2003, p. 565).

Por sua vez, a objetivação consiste na tomada de concretude, visibilidade por parte de uma realidade que, muitas vezes, escapa à nossa explicação. Assim, por meio dela, tenta-se relacionar um conceito a uma imagem. Moscovici (2007) nos fornece exemplos da objetivação ao mencionar a religião, sendo que quando chamamos Deus de pai, estamos tornando algo abstrato (Deus) em concreto (pai), unindo o não familiar com a realidade. Desse modo, não raro, associar a ideia de rebeldia e crise ao adolecer, é uma forma (literal) de tornar homogêneo, naturalizado, aquilo que é da ordem do singular, um modo de não lidar com as especificidades culturais, sociais, econômicas, históricas e estruturais, entre tantas outras dimensões, em que este se encontra inserido.

No entanto, muitos estudos e autores têm questionado a concepção naturalizada e universal da adolescência, bem como tentado desmistificar a noção de crise que atravessa muitas investigações e práticas desenvolvidas junto à adolescência (CIAMPA, 1984; BOCK, 2007; BERNI; ROSO, 2014; BARONCELLI, 2012). As investigações desses autores ressaltam a construção histórica da adolescência, elucidando o papel do impacto gerado pelo desenvolvimento científico sobre a prolongação da vida e o conseqüente aumento de adultos jovens em idade de trabalho nessa construção. Além disso, os autores mencionam o aumento do tempo de permanência nas escolas (motivado pela demanda de formação mais sofisticada e “necessidade” de escolarização prolongada) como elementos da constituição moderna da adolescência, que auxiliaria, inclusive, a regular a alta taxa de desemprego dos estágios iniciais do desenvolvimento industrial.

Na esteira de estudos que buscam questionar as concepções e representações naturalizadas a respeito da adolescência, Becker (1989) propõe olharmos a adolescência como “a passagem de uma atitude de simples espectador para uma outra ativa, questionadora. Que inclusive vai gerar revisão, autocrítica, transformação” (BECKER, 1989, p.10). A adolescência concebida como transformação, toma da sociedade e da cultura, as formas para se expressar. Desse modo, compreendemos que as concepções presentes nas vertentes teóricas da psicologia, apesar de considerarem a adolescência como um fenômeno biopsicossocial, ora enfatizam os aspectos biológicos, ora os aspectos ambientais e sociais, não conseguindo superar visões dicotomizantes ou fragmentadas (BOCK, 2007).

Assim, nossa compreensão é de que os fatores sociais são encarados de forma abstrata e genérica, tornando a influência do meio difusa e descaracterizada contextualmente, agindo

apenas como um pano de fundo no processo de desenvolvimento “previsto” para “o/a” adolescente. Essa situação é identificada por Bock (2007) dentro de uma concepção liberal, na qual o homem é concebido a partir da ideia de natureza humana: um ser humano apriorístico que tem seu desenvolvimento previsto pela sua própria condição de humano, livre e dotado de potencialidades.

Além disso, os estudos a respeito da adolescência são realizados junto à adolescentes de classe média/alta urbana, homem-branco-burguês-racional-ocidental, oriundo em geral da Europa ou dos Estados Unidos, em detrimento das outras classes sociais, etnias, ou a outros contextos, tal como o rural. Diante disso, nos parece pertinente identificar como o adolescer é concebido na zona rural, principalmente por meio das práticas, saberes e sentidos de adolescentes que residem nesse contexto.

2.2. POR QUE ESTUDOS CULTURAIS E TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS?

Apesar de estarmos cientes de certo reducionismo teórico da questão, almejamos introduzir os Estudos Culturais (EC), explicitando o motivo de articulação com a TRS. Inicialmente, a utilização dos EC nos pareceu pertinente, à medida que tal disciplina permite uma expansão do significado de cultura de textos e representações para práticas vividas, colocando sua ênfase sobre a produção de sentido, o que também é uma questão importante para a TRS.

O ponto de partida dos EC, na década de 1960, é a atenção sobre as estruturas sociais (poder) e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação dos meios massivos, assim como, o desprendimento do sentido de cultura da sua tradição elitista para as práticas cotidianas. Ou seja, há certa aproximação com o “senso comum”, com as práticas, os saberes comuns e as representações sociais das pessoas, enquanto atores e não meros expectadores.

Nas palavras de Barker (2008), os EC constituem um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política. “Aqui, o conhecimento não é nunca neutral ou um mero fenômeno objetivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objetivos fala” (BARKER, 2008, p. 27).

Compete ressaltarmos que, em meados de 1960, Moscovici também publicou a obra considerada seminal da TRS, intitulada *A psicanálise, sua imagem e seu público* (1961/2012),

na qual buscava entender como diferentes grupos sociais se apropriaram da referida abordagem e a transformavam, à medida que lhe davam sentido. No referido estudo, Moscovici (1961/2012) dedicou-se ao estudo das representações sociais acerca da teoria psicanalítica, trazendo no embolso da investigação, a tensão entre o pensamento científico e profissional e o pensamento cotidiano das pessoas comuns.

Para o autor, a psicanálise pareceu ser adequada à investigação dessa tensão, em decorrência de ter sido altamente controversa e amplamente comentada. Além disso, ela possuía relevantes afinidades com os pensamentos considerados de senso comum e, desse modo, os leigos poderiam ter pontos de vista próprios sobre a temática, possibilitando que percebessem semelhanças entre a psicanálise e inúmeras de suas experiências diárias, tal como entre uma confissão religiosa e uma entrevista psicanalítica, por exemplo. Nesse sentido, ele entendia que as representações sociais entram no mundo cotidiano em que habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas, circulando pelos meios de comunicação. Dessa forma, as RS passam a fazer parte de nossas vidas cotidianas, servindo como o principal meio para estabelecer associações e relações sociais, pelas quais nos ligamos uns aos outros (MOSCOVICI, 2009).

Em outras palavras, Moscovici (2009) estava interessado (assim como os estudiosos dos EC) na sociedade moderna, na qual a ciência e o pensamento tecnológico tornaram-se onipresentes, inclusive na mídia, de forma que sistemas coletivos entravam na construção da vida cotidiana, tornando-se parte da realidade comum, ou seja, transmutando-se em representações sociais. Numa direção semelhante, os EC se deslocam no sentido de revelar a relação entre práticas culturais e outras práticas em formações sociais definidas, isto é, a relação do cultural com o econômico, político e instâncias ideológicas. Neste viés, Moscovici (2009) aponta seu interesse para as RS:

[...] de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta com a heterogeneidade e a flutuação dos sistemas unificadores – as ciências, religiões e ideologias oficiais – e com as mudanças que elas devem sofrer para penetrar a vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. Os meios de comunicação de massa aceleraram essa tendência, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre, de uma parte, nossas ciências e crenças gerais puramente abstratas e, de outra parte, nossas atividades concretas como indivíduos sociais. [...] existe uma necessidade contínua de re-constituir o senso comum, [...] nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem representações sociais, baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre pessoas [...] (MOSCOVICI, 2009, p. 48).

A partir dessas considerações históricas, entendemos que a TRS busca legitimar o caráter epistemológico do senso comum, ao buscar retirar os saberes cotidianos do plano da distorção e do erro, considerando o desempenho dos mesmos no que se refere às funções que este saber cumpre, assim como as necessidades da vida cotidiana, as quais responde. Seguindo nesta direção, Jovchelovitch (2008) sustenta que aquilo que parece irracional ao observador externo, apresenta sentido para o sujeito do saber, sendo justamente em relação ao à este saber, ao que tem significado para os sujeitos e comunidades, que deveríamos pensar em termos de critérios para a validade e racionalidade dos diferentes saberes.

Diante do exposto, talvez seja possível entender que o “senso comum”, os meios de comunicação (a mídia, o *mass media*), bem como a produção de sentido e as representações sociais das pessoas constituíam preocupação de ambos, dos EC e da TRS. Afinal, Barker (2008) afirma que os estudos culturais constituem um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política, na qual conhecimento “não é nunca neutral ou um mero fenômeno objetivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objetivos fala” (BARKER, 2008, p. 27).

Numa direção similar, a TRS se destina a investigar cientificamente o senso comum, compreendido como um conhecimento não menos valioso ou deficiente em relação ao conhecimento científico. Para Moscovici (2009) as representações sociais situam-se no universo consensual das pessoas, não aceitando que haja nelas algo de reificado, o que não significa tomar as representações como algo apenas flutuante, ou seja, elas podem ser permanentes ou duradouras, entre o aspecto estático e dinâmico. Logo, a inter-relação e articulação entre ambas as teorias para pensar as questões da identidade, parece viável e pertinente ao estudo.

Consideramos, ainda, que no que concerne à discussão a respeito das identidades (empreendida a seguir), ambas as teorias auxiliam na compreensão de como ocorre o processo de construção da mesma, apesar de existirem algumas diferenças.

3 DISCUTINDO O CONCEITO DE IDENTIDADE: PSICOLOGIA SOCIAL E ESTUDOS CULTURAIS

Neste momento da escrita, abordaremos o conceito de identidade na perspectiva dos EC e da TRS, com o objetivo possibilitar uma discussão acerca de como ocorre a construção da mesma, mediante o discorrer das importantes contribuições de alguns teóricos de ambas as áreas.

Inicialmente, gostaríamos de salientar que na atualidade, as identidades podem ser percebidas oscilando entre duas perspectivas. A primeira é a essencialista, na qual entendesse a existência de comportamentos e concepções acerca do mundo como imutável, sendo tal compreensão classificada, inclusive, como biológica, posto que considera que o sujeito nasce com uma identidade e, portanto, permanecerá com a mesma pelo resto de sua vida.

A segunda perspectiva, por sua vez, caracteriza o ser humano por um misto de identidades. Em tal concepção, as identidades são múltiplas e postas em conflito constantemente, sucumbindo umas, momentaneamente e, ao mesmo tempo, prevalecendo outras. Neste viés, as identidades são mutáveis, não fixadas, estando em combate contínuo com outras na formação de si mesmas (HALL, 2006). Devemos atentar, então, para uma definição de identidade que acontece no contexto histórico, e não no biológico. Tal asserção implica que o sujeito constrói a si mesmo por meio da sua relação com o outro, assim como a partir das referências sociais com as quais ele tem contato e se identifica.

Essa noção de identidade pautada no contexto histórico auxilia a desconstruir a ideia de identidade biológica, modelo este que se relaciona com um modelo alicerçado na perfeição genética, que seria a do homem caucasiano. Aliás, é esse entendimento acerca da identidade que tem possibilitado, ao longo da história, a defesa, por parcela da população, de um grupo que seria hierarquicamente “superior” aos demais. Mediante o entendimento da identidade pautado no contexto histórico proposto por Hall (2006), compreendemos a existência intrínseca entre sociedade e identidade, uma vez que figuram como mutuamente intercambiáveis.

Para Castells (1999), a identidade atua na constituição de um povo, de uma sociedade, sobretudo em relação com os atributos culturais e respectivos processos de significação envolvidos para que estes adquiram significado. Em consonância com o autor, compreendemos que as identidades são sempre construídas, sendo no processo constitutivo, valem-se de elementos da geografia, de organizações, instituições e memórias coletivas, da religião e

aparatos de poder, os quais são processados e (re)interpretados pelas pessoas e grupos sociais, tanto na construção, quanto na reconstrução de seus significados.

A partir disso, salientamos que a permanência de relações e práticas sociais não ocorre ao longo da história, e sim existe a adaptação de alguns comportamentos, bem como há o surgimento de novos pensamentos e/ou outros são recuperados. Logo, no cenário atual (pós-moderno), junto ao advento das TIC e das novas formas de comunicação, o que é perceptível é uma certa fragmentação da identidade, tal como afirma Hall (2006).

Ao analisar a construção de múltiplas identidades na pós-modernidade, Hall (2006) sustenta que o sujeito pós-moderno transforma-se em um indivíduo descentrado, cuja identidade não é engessada e sim uma celebração móvel, continuamente construída e transformada em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É salientado, então, o impacto das revoluções culturais sobre as sociedades globais e a vida cotidiana local, no final do século XX. Tais revoluções evidenciam a centralidade da dimensão cultural na constituição da(s) identidade(s), da subjetividade da pessoa, enquanto ator social. Nessa perspectiva, a pessoa estabelece conexões com fenômenos políticos, sociais e econômicos que, numa visão simplista, não parecem possuir relação com a questão da identidade.

Atrelado à estreita relação da identidade às dimensões histórica e cultural, isso nos remete ao fato de que a pessoa nunca é idêntica a si mesmo ao longo do tempo, mas pelo contrário, ela guarda uma abertura para o tempo, tempo histórico que vai posicioná-la na diferença e não no mesmo. Ou seja, na perspectiva dos EC, não são as pessoas que produzem as práticas de significação, mas sim estas que constituem as pessoas, a partir do momento que ele se identifica com determinadas práticas de significação.

Considerando que as práticas de significação surgem de uma determinada episteme que cria regimes de verdade, entendemos que as pessoas se posicionam na rede discursiva, de certas formas. Essas asserções são feitas por Bernardes e Hoenisch (2003), ao pontuarem que as práticas de significação se constituem apenas à medida que são tomadas como verdades. Assim, ao longo do tempo, a cultura vai nos interpelando para determinadas posições. Ao concordarmos com tais autores, nossa compreensão é de que “isto é fruto do estar permanentemente em uma rede discursiva, sobre a qual incidem formações discursivas que metamorfoseiam a todo momento as visões de mundo e os modos de vivermos neste mundo” (BERNARDES, HOENISCH, 2003, pp. 112-113).

A partir disso, o que concebemos como identidade, na perspectiva dos EC, refere-se a um processo forjado discursivamente. Então, não é dado de antemão, e sim instável. Apenas

quando o sujeito adota para si alguns significados como verdades, é que ele encontra sentido. Nesse momento é que podemos dizer da “posição-de-sujeito, na qual a identidade expressa-se na forma como nos tornamos algo ou alguém em uma determinada composição de grupo, etnia, raça, gênero, família ou profissão” (BERNARDES; HOENISCH, 2003, p. 119).

Nesse aspecto, adentramos na questão da identidade e da diferença como inseparáveis, em virtude de que pensar a identidade como forjada a partir de uma rede discursiva, implica compreendê-la como fixada em uma certa posição na linguagem, que só se constitui a partir da diferença. Ou seja, as posições identitárias ocupadas pelas pessoas são percebidas como plurais e relacionais (não existem sem o/um outro). É nesse sentido que Silva (2000) insiste, ao mencionar que a identidade não pode ser tomada sem a consideração pela diferença, visto serem interdependentes e resultantes de atos de criação da língua. Então, ambas são instáveis e passíveis de significações novas, sem haver precedência de uma sobre a outra, tratando-se de uma construção simultânea. Em outras palavras, não há o ser sem a existência do não ser (a diferença).

Acreditamos que é no estatuto de tradição política dos Estudos Culturais que encontramos a pertinência desta área para nossa pesquisa, uma vez que nos possibilita discutir as lutas pela imposição de significados (e por que não de representações? na intersecção com as RS?) acerca da identidade, e também da adolescência. Afinal, a articulação entre identidade e diferença sempre esteve cercada de jogos de poder visando a imposição de alguns significados e não de outros. Levando em conta que existe uma tradição política nos EC e se não mais concebemos o poder como algo que separa dominados e dominadores, refletir sobre as relações de poder como circulantes no tecido social, continua sendo uma marca simbólica desse campo de estudos. Ancorados nos EC, entendemos que não devemos mais explicitar fontes de poder, mas, como bem aponta Silva (2014), a produção da identidade/diferença como algo que não é inocente.

Logo, a produção e a definição do que é identidade/diferença envolve disputas entre grupos sociais, que estão situados assimetricamente em relação ao poder, envolvendo lutas mais amplas por recursos materiais e simbólicos na sociedade (SILVA, 2014). Nessa direção, a constituição da identidade/diferença envolve uma série de processos inter-relacionados, tais como diferenciação, inclusão/exclusão, classificação e demarcação de fronteiras. O processo de classificação trata-se de um processo central na vida social e pode ser compreendido como um ato de significação através do qual se divide e ordena – hierarquiza – o mundo em grupos.

É desse modo que são construídas as oposições binárias (homem/mulher, branco/negro), nas quais um ganha valor positivo e outro negativo (SILVA, 2014).

Concomitantemente, as características positivas atribuídas à identidade levam à fixação de uma identidade como norma, a identidade hegemônica frente a qual todas as outras serão tomadas como hierarquicamente inferiores. “Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (SILVA, 2014, p. 83). Sendo assim, em concordância com Silva (2014), compreendemos ser fundamental evidenciarmos aquilo que é deixado de fora (a diferença, o outro), que é parte inerente à constituição de dentro, ou seja, da identidade. A identidade, então, é constituída a partir de um movimento que procura fixá-la e estabilizá-la e, ao mesmo tempo, um outro movimento, que visa subvertê-la, desestabilizá-la. Desse modo, na perspectiva dos EC, as identidades são compreendidas como móveis, instáveis, sendo os encontros com a diferença fatores potenciais para a constituição de novas combinações.

O fato de vivermos em mundos crescentemente múltiplos, em função das tecnologias de informação e dos processos de globalização, nos coloca em permanente contato com as diferenças culturais. Também nesse sentido trabalham as políticas de identidade, os novos movimentos sociais, que contestam a imposição cultural de sistemas de significação universalizantes (BERNARDES; GUARESCHI, 2004). Entendemos, então, que a proposta dos EC não é inverter hierarquias sociais ou fortalecer algum tipo de identidade, e sim subverter, desestabilizar os marcadores identitários por meio da produção contínua da diferença. Portanto, os EC estão comprometidos com a produção de novas práticas de significado, mediante lutas em torno de significados impostos.

Colocando em xeque o lugar que a Psicologia ocupa (e tem ocupado historicamente) na produção de discursos sobre os modos de ser no mundo, entendemos ser fundamental atentarmos para o conhecimento que construímos e estamos fazendo circular. Logo, aquilo que produzimos acerca da identidade e da adolescência, também deve ser problematizado, em virtude de que podemos oferecer formas de combater certas noções arraigadas, assim como fornecer outras possibilidades e modos de compreender tais fenômenos.

Ao abordarmos a identidade/diferença, não devemos deixar de lado o fato de que a construção de uma identidade, permeada pela produção de significação e atos de criação linguística, pressupõe uma identificação, um “processo pelo qual nos identificamos com os outros” (WOODWARD, 2014, p.18), emergido por meio da representação. Acreditamos que essa identificação decorre, em grande parte, devido às características e práticas simbólicas, as quais são representativas de uma identidade, bem como fonte de significado para as pessoas.

Em concordância com a autora, compreendemos que a representação inclui práticas de significação e sistemas simbólicos, mediante os quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. Por meio desses significados produzidos pela representação e pelas atribuições de sentidos, é que damos sentido às nossas experiências, bem como àquilo que somos. Assim, “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2014, p. 17).

Ao tratar do trabalho da representação e investigar a forma como se constrói o significado, Hall (1997) aponta que é mediante o uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos (como representamos) que damos significado. Ou seja, em grande parte, o significado dado aos objetos, pessoas e eventos ocorre por intermédio da estrutura de interpretação que trazemos e, por outro lado, o significado é dado de acordo com a forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano. Portanto, os significados culturais não estão na cabeça, têm efeitos reais e regulam práticas sociais.

Estendendo a discussão, Hall (1997), salienta que é a linguagem que atribui sentido, sendo que os significados podem ser partilhados apenas pelo acesso comum à linguagem, funcionando como sistema de representação. Nesse viés, entendemos que a representação por meio da linguagem, é um elemento central aos processos que permeiam a produção do significado, cujo reconhecimento é parte integrante do senso de nossa própria identidade, mediante a sensação de pertencimento. Essa concepção, cujo expoente encontramos em Hall (1997), reitera uma visão socioconstrucionista, na qual a representação é concebida como essencial à constituição das coisas, visão também contemplada pela TRS.

Para além da existência em si mesmos, eventos, pessoas e objetos adquirem significado apenas por meio de uma representação mental, que atribui a eles certo sentido sociocultural. Não somente se trata de processo no plano do pensamento, mas como argumenta Hall (1997), atua sobre a regulação das relações e sobre a própria prática social. Para o autor, representar é usar a língua/linguagem para dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa a outrem. Nessa perspectiva, a representação é parte elementar do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura.

Resumidamente, então, representar é produzir significados por meio da linguagem, ou seja, descrever ou retratar, junto a simbolizar e significar. Tangenciando o campo da representação, a perspectiva da TRS acerca do que é identidade, as representações sociais tornam-se cruciais à discussão, à medida que as representações que formamos a partir da cultura

participam da construção das identidades. Enquanto forma de expressão das identidades, a representação nos permite compreender as características das realidades que permeiam as mesmas, assim como os modos como as identidades, similarmente, influenciam a realidade que as cercam, considerando o caráter movente e permeável desta, que pode ser construída e modificada ao longo do percurso histórico, de acordo com mudanças sociais e culturais.

Na perspectiva da TRS, adotamos a perspectiva psicossocial apresentada por Deschamps e Moliner (2009), que nos permite compreender a identidade como um sentimento, um conjunto de características que uma pessoa pensa ser e/ou ter, definida no seio das interações humanas e vinculada diretamente à ideia de representação. Portanto, trata-se de um “fenômeno subjetivo e dinâmico, que resulta de uma dupla constatação, tanto de semelhanças quanto de diferenças entre o si próprio, os outros e certos grupos” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 9). Esta perspectiva não apenas contempla o cultural e histórico, amplamente enfatizado pelos EC, mas os fatores psicológicos, sempre entendidos na interação com a cultura e a história.

Quer dizer, o entendimento da(s) identidade(s) proposto por Deschamps e Moliner (2009) nos remete à compreensão desta como psicológica, à medida que os autores fazem referência às representações cognitivas com o intuito de explicar e descrever o desenvolvimento das identidades. Ao tomarem a identidade como algo subjetivo e dinâmico, os autores em questão remontam a identidade ao conhecimento que um indivíduo tem de sua pertença a certos grupos sociais e de como ele dá um significado emocional e avaliativo sobre esta pertença. Desse modo, a proposta de Deschamps e Moliner (2009) é explicar a identidade como representação cognitiva-afetiva acerca das diferenças e semelhanças em relação aos outros.

A identidade é algo que serve para dizer da relação de uma pessoa para com as outras, no que diz respeito aos diferentes pertencimentos da mesma aos grupos dos quais faz parte (compreendidas como relações intragrupo) e destes para com outros grupos (relações intergrupais). Nas suas interações cotidianas, a pessoa é levada a avaliar essas semelhanças e diferenças que possui em relação aos outros e, desse modo, “experimentar um sentimento de continuidade ou de fluidez do si-mesmo” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 28). Em virtude disso, a identidade se configura pelo que a pessoa sabe a respeito de si mesmo e sobre os outros.

Nessa perspectiva, os autores destacam três elementos que definem a identidade. No que tange ao primeiro deles, a identidade é definida pelas características próprias e pertencimentos comuns de uma pessoa. O segundo elemento apontado pelos autores remonta ao senso de continuidade nas diferenças, enquanto elemento constituinte da identidade pessoal. Por último, o terceiro elemento refere-se aos fatores que podem explicar de que modo(s) a identidade pessoal se constitui.

Buscando fornecer respostas à questão da identidade, enquanto sentimento dinâmico de semelhanças e de diferenças, Deschamps e Moliner (2009) nos convocam à questionar a respeito da “natureza das cognições nas quais se apoia este sentimento” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 15); bem como nos perguntarmos se, de fato, a identidade “se trata de simples reflexos do mundo, ou de realidades subjetivas?” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 15). Almejando respostas a tais perguntas, os autores trabalham com a noção de representação, valendo-se das representações cognitivas, que são “estruturas cognitivas relativamente estáveis, subjacentes ao sentimento de identidade, ao mesmo tempo em que elas o cristalizam.” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 15). Dessa forma, para eles, as crenças, os conhecimentos, emoções e julgamentos avaliativos acerca de algo, se estruturam, primeiramente, como objetos mentais, enquanto representação cognitiva.

Citando algumas pesquisas no escopo da psicologia social, os autores sustentam que, de início, as pesquisas apontavam que, quanto mais a pessoa percebesse a ligação cognitiva e afetiva com o grupo, mais semelhanças ela identificava entre ela (si) e o endogrupo, reduzindo a diferenciação entre ela e o grupo e exacerbando as diferenciações entre os demais grupos. Numa direção semelhante, tais pesquisas prediziam que quanto maior a diferenciação em relação aos outros grupos, mais intensa seria a homogeneidade deste grupo.

Entretanto, outras pesquisas pareciam apontar o contrário, ou seja, comumente as pessoas tendiam a estereotipar mais os membros dos grupos dos quais não faziam parte, do que os membros de seu grupo de pertença. Em outras palavras, não necessariamente a Entretanto, outras pesquisas pareciam apontar o contrário, ou seja, comumente as pessoas tendiam a estereotipar mais os membros dos grupos dos quais não faziam parte, do que os membros de seu grupo de pertença.

Em outras palavras, não necessariamente a homogeneidade do endogrupo (de pertença) corresponderia à diferenciação entre grupos, e sim há uma tendência das pessoas de perceberem seus grupos de pertença como mais heterogêneos ou mais diferenciados (logo, menos estereotipados) do que grupos dos quais elas não fazem parte; tendência essa explicada por fatores cognitivos e motivacionais (DESCHAMPS; MOLINER, 2009). Em relação à identidade pessoal, para os autores, essa depende da representação de si mesmo.

Remontando ao conceito de representações cognitivas, os autores salientam que estas ocorrem apenas na atividade humana e constituem-se de um conjunto de elementos iconográficos (conhecidos como imagens mentais) que agrupam elementos simbólicos em relação a seus objetos. Enquanto objeto e processo mental, uma representação cognitiva

“permite realizar operações bem diversas, como por exemplo decidir se Paris se situa mais ao norte ou mais ao sul do território” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 77) e, logo, a pessoa não precisa percorrer a França para localizar Paris no mapa. Portanto, uma representação cognitiva é o que viabiliza comunicar-se a respeito das coisas, sendo que, “em certos casos, elas podem ser partilhadas por vários indivíduos, o que significa que essas representações reúnem quase os mesmos conteúdos em indivíduos diferentes. Mas o caráter partilhado de uma representação cognitiva é parcialmente determinado pela natureza do objeto a que ela se refere” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, pp. 77-78).

Para eles, existem cinco tipos de representação de natureza cognitiva, sendo cada uma delas aplicada a um tipo de estudo. Sendo elas: (1) as representações de si mesmo, produzidas por um indivíduo a propósito de si mesmo; (2) as representações intergrupos, partilhadas por um grupo e relativas ao próprio grupo ou a um outro grupo; (3) as representações sociais, partilhadas por um grupo e relativas a um objeto de seu entorno; (4) as representações do social, partilhadas por um grupo e relativas às hierarquias sociais; e (5) as representações coletivas, partilhadas por uma sociedade num conjunto e relativas a aspectos bem gerais do mundo.

Diante desses elementos, para se compreender a problemática identidade, é necessária a noção de representação. Isso porque é estudando as representações de si mesmo que se pode compreender a distância entre o eu e o mim, entre um sujeito ator do conhecimento dele mesmo e um sujeito objeto desse conhecimento; investigando as representações intergrupos, que se pode compreender as distâncias que o indivíduo percebe entre o grupo e ele mesmo; estudando as representações sociais é que se consegue compreender como o entorno humano é ao mesmo tempo interior e exterior ao sujeito, o que exprime a dimensão propriamente psicossocial da identidade. “Finalmente são as representações que partilhamos com outros, mas das quais singularizamos alguns aspectos, que fazem de nós seres ao mesmo tempo individuais e coletivos.” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 7).

Frente ao exposto, os autores articulam a representação (em suas cinco dimensões) e a identidade, defendendo a possibilidade de ser empreendida uma abordagem mais global da questão identitária. Desse modo, eles procuram considerar a identidade em seus aspectos pessoal, intragrupo, intergrupo, posicional (refere-se às inserções sociais das pessoas) e ideológico (crenças e discursos que atravessam os grupos e a sociedade em geral). Compete ressaltar por fim que, ao longo de sua obra, Deschamps e Moliner (2009) buscam tornar viável essa abordagem mais global da identidade citando múltiplas e muitas pesquisas de psicologia social, sendo que cada uma delas aponta para um aporte metodológico associado a determinado

nível de análise, bem como os resultados de tais pesquisas remontam à um nível de relação entre representação e identidade.

Pensando na construção identitária na perspectiva da TRS, Philogene (1994) salienta que em uma sociedade acelerada, guiada tecnologicamente, densamente interconectada e globalizada, não pertencemos mais a grupos fixos. Vivemos em uma sociedade perpetuamente em transição, que força seus indivíduos a desempenhar múltiplos papéis e a adotar vários fragmentos de identidade de modo a lidar com altos níveis de especialização e deslocamentos. Em decorrência disso, é evidente que uma sociedade tão complexa e móvel muda o foco daquilo que uma identidade é para como uma identidade pode ser produzida, ou seja, nas palavras do autor, as identidades não possuem mais uma essência, mas, ao invés disso, existem em contraposição às outras. O que define os indivíduos é seu processo de diferenciação uns com os outros, isto é, a identidade do outro é fragmentada e a minha é Una. Assim, na cena contemporânea, a identidade não pode mais ser separada do processo de invenção de outras identidades (dialética senhor-escravo).

Inversamente, sendo os grupos importantes na/para a construção de identidades na perspectiva da TRS, Philogène (1994) compreende que os grupos definem-se geralmente por um sentimento de pertença subjetiva. No entanto, tal sentimento contém atributos positivos como fundamento para a construção da identidade, sendo que esta pode existir somente enquanto tal, quando em justaposição a todas as demais (aqui encontramos a diferença). Em outras palavras, só existe o “nós” em detrimento “deles”, só existe o “eu” porque existe o “Outro”. Então, “nós” somos os humanos e “eles” são menos humanos. Os grupos precisam construir um consenso interno a partir do qual os membros do grupo derivam um senso de pertença como uma fonte de autoestima e orgulho. Esse consenso é mais facilmente construído por meio da imposição de normas e o esboço de fronteiras. As chamadas distinções intragrupos estão presentes nas teorias pós-colonialistas, tais como as presentes na obra *Orientalismos* de Edward Said, nas perspectivas pós-modernistas como as de Foucault e na teoria crítica, como as de Habermas (PHILOGÈNE, 1994).

Em psicologia social, em concordância com o exposto pela autora, entendemos que esse tipo de argumento acerca da hierarquização é central em teoria da identidade social. A construção de um “outroismo” joga, além disso, um papel crucial nas sociedades, na medida que nenhum grupo define a si próprio em comparação com um Outro que seja construído como inferior. É, precisamente, essa diferenciação da identidade do Um com a do Outro que o conceito de alteridade incorpora tão bem, quando se privilegia o conceito de alteridade como

cristalização das diferentes classes de pessoas, em vez de identidades individuais: o conceito de outroismo foi encapsulado pelo de altruísmo – o outro é aquele “menos humano”, por exemplo, no contexto de testes com “mentalmente desprovidos” no contexto americano da Grande Guerra que envolveram pobres, lunáticos, imigrantes e negros.

Brevemente, percebemos que no processo de construção da identidade, a função ocupada pela representação compõe um elemento central tanto aos EC, quanto à TRS; sendo necessário considerar também a influência do contexto histórico e cultural na construção identitária em ambas as abordagens. Todavia, algumas diferenças acerca da concepção de identidade podem ser elencadas.

Nos EC, a identidade é fluida, móvel, negociada constantemente a partir das interações culturais (principalmente atualmente, onde por meio da globalização ocorrem processos de hibridização das identidades e intercâmbio de culturas), sendo considerado o contexto sócio-histórico e cultural, o qual é pós-moderno atualmente. Enquanto isso, para a TRS (apesar desta também considerar que a identidade não é fixa, ou seja, a TRS vai de encontro à concepção essencialista da identidade), a construção identitária também conta com outros elementos constitutivos, tais como os processos de categorização e mecanismos cognitivos, incluindo como é constituída a representação de si mesmo, dos intergrupos (grupos externos) e intragrupos (grupos aos quais pertence) e das representações partilhadas com os demais (embora estas contem com algo de singular).

3.1. IDENTIDADES NA PÓS-MODERNIDADE: DISCUTINDO AS FUNÇÕES DAS TECNOLOGIAS

Em relação às mudanças estruturais que vêm ocorrendo nas sociedades modernas desde o final do século XX, dentre elas a globalização, Hall (2011) ressalta que essas estão causando a fragmentação das identidades pessoais, provocando um certo deslocamento ou descentramento do sujeito. Tendo previamente vivido possuindo uma identidade estável e unificada, o sujeito está se tornando composto, atualmente, de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas, em detrimento de uma única identidade.

No entendimento do autor, na contemporaneidade, tal cenário é enfatizado pelo processo de fragmentação relacionado, principalmente, à globalização, que desestabiliza as culturas nacionais. Por sua vez, estas estão expostas, cada vez mais, às influências externas e são afetadas por elas. Nesse sentido, o contato com o outro, com o diferente, tem afetado as identidades, que se tornam ainda mais múltiplas e instáveis do que já eram.

As consequências dessas revoluções são elencadas por Hall (1997) como o esvaziamento das instituições de representação democrática; a modificação completa das relações entre as pessoas e de trabalho; a construção de uma nova produção cultural e intelectual: a modificação da noção de tempo e distância; o questionamento da noção de pertencimento e a formação de novas e vidas, transitórias, identidades sociais, culturais e mesmo sexuais. Para o autor, as identidades modernas estão em colapso, sendo deslocadas e/ou fragmentadas, sendo deslocadas ou fragmentadas. Afinal, enquanto nas sociedades modernas as pessoas contavam com uma identidade unificada, cujo tinha seu surgimento marcado quando ele nascia e “se desenvolvia permanecendo essencialmente a mesma ao longo de sua existência” (HALL, 1997, p.10).

Numa direção semelhante, embora não seja adepto a utilizar o conceito de pós-modernidade, Giddens (2002) propõem que um dos processos que mais contribuem para a fragmentação da identidade é a globalização, considerando o impacto desta sobre a identidade cultural. Afinal, para o autor, à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda superfície da terra. “A globalização diz respeito à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais “à distância” com contextualidades locais (GIDDENS, 2002, p. 27). Então, as

mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude. Não quero negar a existência de muitos tipos de conexões intermediárias — por exemplo entre localidades e organizações estatais. Mas o nível do distanciamento tempo-espaco introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, “eu” e “sociedade” estão inter-relacionados num meio global (GIDDENS, 2002, p. 27).

A abertura da economia de cada país aos mercados globais e a processos de integração regionais foi reduzindo o papel das culturas nacionais, assim como a transnacionalização das tecnologias e da comercialização de bens culturais diminuiu os referenciais tradicionais da identidade. Diante disso, Canclini (2006) argumenta que nas redes globalizadas de globalização e circulação simbólica se estabelecem as tendências e os estilos das artes, das linhas editoriais, da publicidade e da moda. Ou seja, grande parte do que se produz e vê nos países periféricos é projetada e decidida nas galerias de arte e nas cadeias de televisão, nas editoras e agências de notícia dos Estados Unidos e da Europa.

A globalização trata-se, então, para o autor, de um processo de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las. Dessa forma, a multiculturalidade é um tema indissociável dos movimentos globalizadores. Em sua escrita, o autor procura analisar as culturas híbridas, os processos de deslocamentos da influência e subordinação latino-americana da Europa para os Estados Unidos, bem como avaliar se tal deslocamento não pode ser considerado uma simples mudança de senhorio, contudo, também uma grande modificação na natureza da relação.

Na perspectiva de refletir acerca da globalização, Bauman (2004) refere que em um mundo globalizado, pós-moderno, as identidades fixas e bem definidas tornaram-se ultrapassadas e, em decorrência do excesso de informações, é mais interessante manter uma identidade flexível, posto que ser identificado de modo inflexível parece não ser visto com bons olhos. Possuir “uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha” (BAUMAN, 2004, p.60). Embora ter uma identidade flutuante possa angustiar, uma identidade fixa é tomada como alvo de preocupação, à medida que a pessoa acaba sendo tomada como intransigente. Logo, no pós-modernidade, a identidade social é constituída a partir de fragmentos mutáveis e flexíveis, assim como o são as outras esferas da sociedade; competindo ao sujeito formar sua identidade em consonância com aqueles fragmentos que vai encontrando em seu percurso de vida.

Nesse sentido, entendemos que tal fragmentação conta também com a participação das novas tecnologias, as quais nos apontamentos de Castells (2006), levam o sujeito na direção de referências híbridas. Para o autor, a identidade na chamada sociedade em rede constitui-se com a relação entre a matéria-prima que há no mundo e o processamento desta pelos atores sociais. Desse modo, os atores sociais passam a absorver as referências à sua volta, bem como as influências externas, realizando escolhas tendo por base direcionamentos de vida, gostos e necessidades. No entanto, compete salientar que tal processo não é único, nem finito, uma vez que as referências que contêm significado forte para definir a identidade em determinada época, pode não o ter em outro momento, ou seja, são móveis e alteráveis. Contudo, apesar da fragmentação do sujeito pós-moderno, ainda há um sistema de significação capaz de definir o sujeito.

Na cena contemporânea, a crise de identidades, ressaltada por Woodward (2014), revela a tensão entre perspectivas essencialistas e não essencialistas sobre identidade. Se na primeira das concepções, a identidade é tomada como fixa, transparente e homogênea, a segunda, por sua vez, atribui à identidade um caráter móvel, mutável e híbrido, baseando-se em conceitos relacionados à etnia, raça, relações de parentesco ou religião. Então, diante disso, podemos

dizer que a identidade está intimamente relacionada a aspectos culturais e a sistemas de representação. Afinal, "os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar" (WOODWARD, 2014, p. 17).

Considerando, então, que a identidade não é fixa, homogênea ou centrada, mas fluida e fragmentada, em constante mudança e transformação, é importante entendermos como identidades adolescentes são construídas na atualidade. Afinal, sustentados em Woodward (2014), nosso entendimento é de que as identidades, embora distintas e interpenetradas de modo constante, em algum momento ou lugar, podem manifestar-se conforme as circunstâncias, tomado enquanto característica dos sujeitos culturais, no que tange aos seus aspectos étnico, social, individual, político, cultural e, enfim, nas mais diversificadas facetas que representam, mas constituindo o indivíduo de uma forma geral.

Em outros termos, somos interpelados de modo constante por sistemas de representação cultural e de significação, sendo estes sistemas que afetam nossas identidades. No que diz respeito contexto de vida do adolescer, atualmente, os saberes, sentidos e as representações culturais que circulam em seu contexto social e cultural parecem ser permeados pelas TIC, por representações veiculadas por meios de comunicação, redes sociais e a mídia; fato que pode estar influenciando o processo de construção de identidades, bem como a sexualidade, a saúde sexual e reprodutiva e a saúde mental dos mesmos, enquanto elementos integrantes da construção identitária.

4 MÉTODO

O estudo segue a perspectiva epistemológica construtivista. Em relação às principais características epistemológicas e ontológicas do Construcionismo Social, é importante enfatizar que sua delimitação é uma tarefa difícil, porque como afirma Zuriff (1998), essa abordagem consiste numa grande mostra de posições que não valorizam a aderência à coerência interna e consistência teórica. No entanto, podemos chegar a algumas caracterizações gerais de suas principais reivindicações ontológicas e epistemológicas, de forma a se efetuar posteriormente uma crítica consequente.

Entre as muitas reivindicações deste movimento, tais como o Antirrealismo, Pessimismo epistemológico, Antifundacionismo; Irregularidade do objeto; Anti-representacionismo; Fragmentação; Não-neutralidade; Retroalimentação Teórica; Anti-metodologismo; Pragmatismo, figura a crença de que ao invés de descobrir uma realidade objetiva e independente, o ser humano constrói o conhecimento através de suas interações sociais. A essência da posição ontológica do Construcionismo Social é a proposição de que não há realidade objetiva a ser descoberta; seres humanos constroem o conhecimento socialmente (ZURIFF, 1998; HELD, 1998). Para o Construcionismo Social nós construímos teorias a respeito do funcionamento do mundo ativamente, mas sempre através da interação social.

Trabalhamos com a segunda tendência geral em que se divide a Psicologia Social contemporânea, intitulada de abordagem sociológica, que acredita que o objeto de estudo da disciplina deva ser as representações sociais, e não individuais. Dito de outro modo, a Psicologia Social de caráter sociológico rejeita a psique individual como objeto de estudo da Psicologia, e tenta estabelecer como objeto da disciplina temas de estudo da Sociologia. Esta abordagem surge como uma reação de psicólogos sociais europeus à hegemonia da Psicologia Social americana (FARR, 1998), de caráter individualista. Para a corrente sociológica, o objeto da Psicologia Social deve ser os fenômenos mentais coletivos, como linguagem, religião, costumes, mitos, etc. Esses fenômenos são para essa abordagem manifestações externas da mente, não sendo passíveis de serem estudados através da introspecção. Sendo coletivos, eles emergem de interações sociais entre indivíduos.

Nesse sentido, nos enquadramos no campo disciplinar da Psicologia social que, de acordo com as palavras de Guareschi (2004), inaugura um social que não pode ser compreendido sem outros, um direcionamento intrínseco, do próprio ser, em direção a outro(s), singular e, ao mesmo tempo múltiplo; um social que aborda e relaciona a complexidade do

mundo externo e interno, individual e coletivo, psíquico individual e realidade psíquica social externa. De maneira similar, esse conceito de relação é útil e essencial para a compreensão do que são os grupos, posto se constituírem a partir de relações; sendo estas a matéria prima de sua gênese.

Mais especificamente, dentre as teorias críticas, nos ancoramos na Teoria das Representações Sociais (TRS). Destinando-se a investigar cientificamente o senso comum, compreendido como um conhecimento não menos valioso ou deficiente em relação ao conhecimento científico, as representações sociais situam-se no universo consensual das pessoas, não aceitando que haja nelas algo de reificado, o que não significa tomar as representações como algo apenas flutuante, ou seja, elas podem ser permanentes ou duradouras, entre o aspecto estático e dinâmico. O objetivo maior das representações sociais é proporcionar um olhar diferenciado sobre o individual e o coletivo, tornando-se uma alternativa confiável para a compreensão social. A finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, isso significa que o indivíduo precisa conhecer o objeto ou sujeito para representar (JODELET, 2001; JOVCHELOVITCH, 2011; MOSCOVICI, 2012).

Além disso, buscamos uma articulação entre a TRS e os Estudos Culturais (EC) que, por sua vez, também se aproximam do denominado “senso comum”, com as práticas, os saberes comuns e as representações sociais das pessoas, enquanto atores e não meros espectadores. Nas palavras de Barker (2008), os EC constituem um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política. “Aqui, o conhecimento não é nunca neutral ou um mero fenômeno objetivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objetivos fala” (BARKER, 2008, p. 27).

Em relação ao delineamento da pesquisa, trata-se de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado, de cunho qualitativo (BAUER; GASKELL, 2002), que Creswell (2010) define como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 43). A partir dos procedimentos mencionados, elencou-se a utilização de entrevista semiestruturada que consiste em um instrumento que visa à delimitação de tópicos essenciais que contemplem as informações buscadas pela pesquisa, servindo como um guia da entrevista que contém itens indispensáveis para a investigação e que possibilite a abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação (MINAYO, 2010).

As entrevistas foram realizadas via plataforma Google Meet, em horários previamente acordados com os/as participantes, ao longo do mês de dezembro do ano de 2020, contando

com a colaboração de quatro jovens estudantes residentes no município de Lagoa Bonita do Sul/RS, matriculados na Escola Estadual de Ensino Médio José Luchese. Cada entrevista teve, aproximadamente, 40 minutos de duração, sendo utilizado um roteiro com questões referentes ao nível socioeconômico, adolescer, meio rural e usos e apropriações das TIC.

Para a construção do roteiro, seguiu-se os apontamentos de Rafael Celestino da Silva e Márcia de Assunção Ferreira (2012), que indicam a necessidade de ser levada em consideração a perspectiva teórica na qual se ancora o “objeto de estudo” a ser analisado. Desse modo, considerando o campo das RS, na construção das informações, deve-se buscar abarcar os elementos e relações contidos em uma representação social (captar os processos e estados). Para isso, se faz necessário estabelecer interfaces com três questões: “quem sabe, e a partir de onde sabe? O que e como sabe? Sobre o que sabe, e com que efeitos? (DA SILVA, FERREIRA, 2012, p. 609). A partir de tais perguntas, os autores referem ser possível chegar a 3 planos: 1) as condições de produção e circulação das representações sociais; 2) os processos e estados das representações sociais; 3) o estatuto epistemológico das representações sociais.

As entrevistas, após serem gravadas e transcritas, foram submetidas à interpretação, a partir da proposta epistemológica da Psicologia Social Crítica (BERNI; ROSO; 2014; CIAMPA, 1984, 2007), sobretudo da Teoria das Representações Sociais, em sua abordagem psicossocial processual (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2012; JOVCHELOVITCH, 2008; ARRUDA, 2014), considerando que ela “lida com a diversidade de saberes oriundos das múltiplas culturas circulantes nas nossas sociedades caleidoscópicas. É seu propósito captar o significado dessas produções de sentido” (ARRUDA, 2014, p. 120).

Ancorados no modo de conceber a interpretação proposto por Arruda (2005), entendemos que interpretar implica situar. A interpretação, que para a autora deve ser procedida em quatro estágios (micro-interpretações, interpretação readequadora, interpretação integradora e interpretação conclusiva - estágio final) começa quando o pesquisador chega ao campo, quando escolhe seu universo e se insere nesse; mesmo se a interpretação passará por camadas diferentes de aprofundamento. É nesse momento que incide o resgate do contexto cultural, histórico, político para a produção das RS, a produção de sentido, e a comunicação, sem dispensar a acuidade da circunstância. Deste modo, após as transcrições, as informações construídas nas entrevistas foram (re)interpretadas e organizadas em categorias, para serem trabalhadas as representações sociais nelas contidas.

A análise psicossocial processual oferece imprescindível contribuição à interpretação das informações coletadas e construídas junto ao campo de estudos, via entrevistas

semiestruturadas, à medida que nesta a pessoa é pensada em sua relação com o coletivo, com o grupo, com a massa ou com a cultura. Em outros termos, em tal abordagem a pessoa não possui status de instância autônoma, e sim é tomada em sua dependência e sua interação com o ambiente social (JODELET, 2015). Nesse viés, nos forneceu procedimentos e constructos importantes para analisarmos e problematizarmos a questão da(s) identidade(s), os processos de construção e a representação identitária na pós-modernidade. De modo, foi possibilitado colocar em questão “as verdades” veiculadas acerca do adolescer e das dimensões sexualidade, da saúde mental e saúde sexual e reprodutiva dos(as) participantes.

Em relação aos aspectos éticos, o estudo vincula-se ao projeto guarda-chuva “Políticas de Reprodução no Cíbermundo: Investigações em Tecnologias (Contra)Ceptivas, (In)fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades, aprovado pelo comitê de ética (CAAE:20532119.4.0000.5346). Ademais, o projeto de pesquisa referente à esta pesquisa, também foi submetida à apreciação ética junto ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo aprovado sob o CAAE 37234120.30000.534.

A primeira etapa do estudo ocorreu mediante contato e submissão do projeto de pesquisa à 6ª Coordenadoria Regional de Educação (6ª CRE), localizada em Santa Cruz do Sul/RS. Após o aceite da 6ª CRE, foi realizado contato com a instituição escolar, a fim de que fosse obtida a autorização institucional. Posteriormente, após aceite da instituição, a proposta foi apresentada ao colegiado (órgão escolar que envolve a participação representativa de pais/responsáveis, discentes, docentes e direção), sendo a proposta aprovada para apresentação aos alunos.

Depois da obtenção das autorizações, a segunda etapa da pesquisa foi realizada mediante apresentação da proposta aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio, por meio de vídeo, em virtude da suspensão das aulas, ocorrida no mês de Março de 2020 e do contexto de pandemia vivenciado. Aos(às) interessados(as) em participar do estudo, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento, para que fosse alcançada a anuência dos pais/responsáveis.

A terceira etapa da pesquisa ocorreu no mês de Dezembro de 2020, quando da realização das entrevistas, via Google Meet. Os nomes dos(as) participantes foram substituídos por nomes fictícios ao longo da escrita.

Salientamos, ainda, que após as análises, os dados pessoais dos participantes foram armazenados e mantidos em banco de dados sob os cuidados da pesquisadora, sendo os resultados divulgados de forma anônima. Afinal, no que se refere a pesquisa com participantes, assumimos o compromisso de cumprir integralmente os princípios da Resolução CNS 466/12

do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Esta resolução diz respeito a pesquisas envolvendo seres humanos e incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, preceitos da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa e à comunidade científica (BRASIL, 2012).

Informamos, também, que foram respeitados os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, conforme apontam as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e a Resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia. Durante a construção de informações, também atentamos à Instrução Normativa nº 002/2020/PRPGP, que orienta acerca das atividades de pesquisa e funcionamento dos laboratórios na Universidade Federal de Santa Maria. Em seu artigo 2, a instrução informa que as pesquisas envolvendo seres humanos devem evitar o deslocamento para os Campi da UFSM durante o período de distanciamento social, sendo indicada a realização de entrevistas remotas e/ou coleta domiciliar, quando aplicável.

Aos participantes foi assegurado o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; ter sua privacidade respeitada; ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; decidir se sua identidade será divulgada (Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, Art. 17, IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, bem como de decidir, dentre as informações que forneceram, as que poderiam ser tratadas de forma pública. Igualmente, a equipe de pesquisa assume o compromisso de preservar a privacidade dos participantes e concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para fins de execução desta pesquisa.

4.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAMPO DE ESTUDO: ITINERÂNCIAS DA PESQUISA(DORA)

Primeiramente, antes de adentrarmos nos aspectos relativos ao campo de estudo, consideramos relevante trazer à escrita alguns dos percalços e desafios encontrados ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Inicialmente, destacamos a recusa da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE) para a realização da pesquisa na Escola Estadual de Ensino Médio de Itaara, localizada na cidade de Itaara/RS, Brasil, município de pequeno porte que faz divisa com Santa Maria/RS. Na data de submissão da proposta para apreciação do setor responsável pela análise de projetos do referido órgão, o projeto de pesquisa foi rejeitado, à medida que, no entendimento das responsáveis, o mesmo poderia “criar problemas para elas e à comunidade escolar” por tratar de questões de gênero e utilizar termos como “diversidade sexual”, “questões de gênero”, “educação sexual”, “marcha das vadias”, entre outros.

Apesar dos esforços da equipe diretiva da escola e do interesse na realização da pesquisa, posto que a pesquisadora já contava com vínculo junto à instituição, a negativa permaneceu, não sendo sequer obtida justificativa formal por parte do órgão em questão. Esse cenário, embora desanimador, não é uma surpresa, considerando o contexto sociopolítico que o país vivencia. Afinal, estudos têm indicado que, no contexto atual, discursos normativos, religiosos e de cunho conservador acerca de temas como a equidade de gênero, o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a educação em sexualidade nas escolas têm unido setores em diversos países, em defesa da família burguesa nuclear tradicional, da heterossexualidade e contra um pretense desvirtuamento das crianças e dos adolescentes (BORGES, BORGES, 2018; LEITE, 2019).

Esse conservadorismo moral liga-se a interesses políticos e econômicos e tem relação direta com um projeto político de Estado mínimo, de desmonte das universidades públicas e da educação pública em todos os seus níveis. Observa-se ataques constantes aos sistemas públicos de saúde, o enxugamento de direitos trabalhistas e perda de direitos sociais de forma mais ampla (LEITE, 2019; LIMA, LIMA, 2019; LUSA et al., 2019).

Sendo a 8ª CRE responsável pelas instituições estaduais da região, entendemos a dificuldade de realizar a pesquisa junto a qualquer uma das escolas estaduais localizadas em municípios sob a responsabilidade administrativa do órgão, refletindo a ausência de diálogo e encerramento de qualquer contato referente à proposta, assim como preconceito, “ismos” e “fobias” e desconhecimento acerca do que realmente se tratam os termos mencionados e as intervenções a serem realizadas durante a pesquisa.

Esses fatos parecem refletir, ainda, porque as atividades relacionadas à sexualidade nas escolas detêm um cunho preventivo, com ênfase na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), aids e gravidez na adolescência (RUSSO, ARREGUY, 2015). À medida que investigações que se ocupam de aspectos relacionais, culturais, sociais, econômicos, que visem assegurar os Direitos Humanos e, em específico, os Direitos Sexuais e Reprodutivos

(DSR) e o exercício da vivência da sexualidade, são impedidas de ocupar o espaço escolar, tal enquadre biologicista se manterá. Igualmente, diante do exposto, podemos cogitar os motivos pelos quais, não raro, pesquisas relativas às áreas das ciências humanas e sociais e humanidades, não conseguem acessar esses contextos de vida tão caros no adolescer e na vida das pessoas.

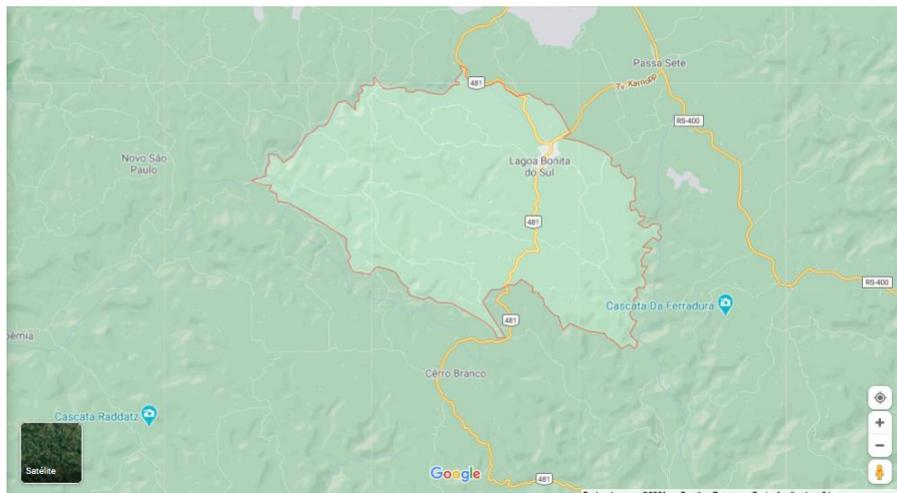
Frente à rejeição da proposta por parte da 8ª CRE, o horizonte de pesquisa teve de ser alterado, optando-se por apresentar a proposta à 6ª Coordenadoria Regional de Educação, localizada na cidade de Santa Cruz/RS, após a pesquisadora manifestar interesse em realizar a pesquisa na escola em que estudou durante o ensino fundamental e médio, o que poderia facilitar a aceitação da proposta de pesquisa. Junto à 6ª CRE, o projeto foi rapidamente aceito, sendo indicada apenas a apreciação por parte da Escola Estadual de Ensino Médio José Luchese, localizada no Município de Lagoa Bonita do Sul/RS. Como a pesquisadora possuía vínculo com a referida instituição, a anuência foi logo conquistada, havendo muito interesse da direção e do conselho escolar para que o estudo fosse realizado no local.

Salientamos, no entanto, que, devido à instauração da medida sanitária de distanciamento social e da suspensão das aulas presenciais na escola, a realização das rodas de conversa e respectivas intervenções junto aos/às participantes, foi inviabilizada, havendo modificações no processo de construção das informações. Contudo, o que nos parece evidente e válido de reconhecimento, é a disponibilidade para o diálogo e os entendimentos totalmente diversos em relação à proposta e tema de pesquisa, que ocorreram de forma muito aberta e acolhedora. Nessa perspectiva, embora o estudo não tenha sido realizado no ambiente da escola, entendemos que a participação desta, sobretudo no contato com os/as participantes, conselho escolar e junto aos pais/responsáveis, foi decisiva, justificando, inclusive, a escolha da manutenção do “em uma escola” presente no título dessa escrita.

Diante disso, a pesquisa foi empreendida junto à escola José Luchese, localizada no município de Lagoa Bonita do Sul, região central do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. O município de pequeno porte se encontra situado a cerca de 230 km da capital gaúcha, Porto Alegre, delimitando divisa com os Municípios de Ibarama, Sobradinho, Passa Sete, Candelária, Cerro Branco e Agudo.

Contando com, aproximadamente, 2.921 habitantes (IBGE, 2010), em relação à atividade laboral, majoritariamente, os munícipes têm rendimentos relacionados à produção de tabaco, alimentos (milho, arroz, feijão e soja) e pecuária.

Figura 1 - Município de Lagoa Bonita do Sul –Imagem Google Maps



Fonte: Google Maps (2021)

Embora situada na zona urbana, a escola José Luchese acolhe estudantes de todas as localidades da zona rural do município e, atualmente, funciona em dois turnos, distribuídos entre Ensino Fundamental (até o 9º ano) e Ensino Médio (1º, 2º e 3º séries), contemplando aproximadamente 10 turmas de ensino regular, de acordo com informações do último censo (2018) contando com cerca de 240 alunos matriculados. O quadro de recursos humanos da escola é constituído por 36 funcionários, incluindo professores.

Figura 2 – Escola José Luchese



Fonte: arquivo pessoal

PARTE II

5 ESTUDO 1 - SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NA(S) ADOLESCÊNCIA(S): REVISÃO INTEGRATIVA

INTRODUÇÃO

Os direitos sexuais e reprodutivos configuram-se como campo de desafios e tensões. Historicamente, o direito à anticoncepção, os direitos das mulheres e a homossexualidade constituíram terreno fértil para disputas e discussões. As crenças de que as mulheres são inferiores aos homens, assim como os heterossexuais são inferiores aos heterossexuais têm sustentado a negação dos direitos sexuais e reprodutivos dessas pessoas. Tais crenças discriminatórias têm cerceado os direitos das mulheres e da população LGBTQIA + e conduzido a práticas nocivas à saúde das pessoas, independentemente de sua orientação sexual (MURTA et al., 2012).

No que concerne à população adolescente, estudos têm exposto que a gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis, a aids, a coerção sexual estão entre os principais custos do pouco conhecimento e exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo a omissão da escola considerada um agravante, ao não tratar das questões de gênero na ótica dos direitos sexuais e reprodutivos e não dialogar sobre diversidade sexual (CORDEIRO, HEILBORN, CABRAL, MORAES, 2009; MURTA et al., 2012).

Diante desse cenário, nos últimos anos, a temática da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes tem se destacado no âmbito de pesquisas, embora inúmeros desafios se façam presentes. Entre os entraves encontrados, figuram a realização de poucos estudos no país que, quando realizados, a ênfase recai sobre uma população específica (adolescentes escolares), usualmente circunscrevendo-se a apenas uma dimensão peculiar da saúde sexual e reprodutiva (FERREIRA, MIRANDA, BARONI, 2016; FELISBINO-MENDES et al., 2018; SANTOS et al., 2018).

No entanto, no contexto contemporâneo, estudos apontam que discursos normativos, religiosos e de cunho conservador acerca de temas como a equidade de gênero, o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a educação em sexualidade nas escolas, têm unido setores em diversos países, em defesa da família burguesa nuclear tradicional, da heterossexualidade e contra um pretenso desvirtuamento das crianças e dos adolescentes (BORGES, R., BORGES, N., 2018; LEITE, 2019). Esse conservadorismo moral liga-se a interesses políticos e econômicos e tem relação direta com um projeto político de Estado

mínimo, de desmonte das universidades públicas e da educação pública em todos os seus níveis. Observa-se ataques constantes aos sistemas públicos de saúde, o enxugamento de direitos trabalhistas e perda de direitos sociais de forma mais ampla (LEITE, 2019; LIMA, LIMA, 2019; LUSA et al., 2019).

Apesar do evidente retrocesso e ataques políticos, morais e religiosos, de cunho conservador sobre as ações destinadas à educação sexual nas escolas, ressalta-se que o tema da sexualidade vem entrando nas escolas com o objetivo principal de prevenir Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), aids e gravidez na adolescência (RUSSO, ARREGUY, 2015). Estudos têm evidenciado que as contribuições de ações e programas de educação sexual desenvolvidos nas escolas operam consequências positivas, para além da diminuição dos índices de gravidez entre os adolescentes, infecção por aids e IST, à medida que beneficiam o diálogo, o compartilhamento de experiências e informações, a maior autonomia em relação ao exercício da sexualidade, contribuindo para a saúde integral dos adolescentes (MOREIRA, MAIA, JACINTO, 2020; RUSSO, ARREGUY, 2015; VIEIRA, MATSUKURA, 2017).

Ao dirigirmos a atenção à saúde integral dos adolescentes, deve-se considerar a importância dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR) dos mesmos, enquanto integrantes dos direitos humanos, que abrangem o exercício da vivência da sexualidade sem constrangimento, da maternidade voluntária e da anticoncepção autodecidida (LEMOS, 2014; TELO, WITT, 2018). Considerar os direitos humanos dos adolescentes, é assegurar a garantia de que a saúde sexual e reprodutiva dos mesmos seja contemplada, enquanto dimensão de escolha por uma vida sexual prazerosa e segura, mediante o acesso a informações sobre a sexualidade, prevenção de DST/aids e à liberdade para decidirem se querem ter filhos, quando e com que frequência irão tê-los, através do acesso à informação e aos métodos contraceptivos (ROCHA, DIAS, GAMA, 2010; TELO, WITT, 2018).

Frente a esse cenário, este estudo vem somar-se aos esforços e contribuir para a discussão acerca da importância da educação sexual nas escolas, principalmente no que diz respeito à identificação de iniquidades de gênero. A questão de pesquisa que move essa escrita é *como a educação sexual, bem como as ações correspondentes vêm sendo abordadas no âmbito das instituições escolares?* A partir dessa questão norteadora, em específico, busca-se identificar a presença de iniquidades de gênero na abordagem da sexualidade dos adolescentes e nas ações desenvolvidas nas escolas. Visando tentar responder a tais questionamentos, a perspectiva teórica adotada na análise e discussão dos resultados é a Teoria das Representações Sociais (TRS), numa perspectiva crítica de olhar para as adolescências (OZELLA, 2002; BERNI, ROSO, 2014; CAMPOS et al., 2017).

MÉTODO⁶

O delineamento do estudo é do tipo documental e envolve a modalidade de revisão integrativa de artigos científicos. Revisões integrativas consistem na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. O propósito inicial de uma revisão integrativa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores. Para a construção de nossa revisão integrativa, elencam algumas etapas, seguindo a proposta de Mendes, Silveira e Galvão (2008):

a) Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa.

Definiu-se a temática da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, elencando-se a questão norteadora da pesquisa: *como a educação sexual e ações correspondentes vêm sendo abordadas no âmbito das instituições escolares?*

b) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura.

Elencou-se como critérios de inclusão dos estudos: artigos nos idiomas português, espanhol e inglês, com textos disponíveis na íntegra, acerca da temática da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, artigos oriundos de estudos empíricos, publicados no período de 2010 a 2020. A escolha do período entre 2010 a 2020 baseou-se na publicação da Caderneta do Adolescente⁷, publicada no ano de 2009, que consiste num marco histórico em termos de continuidade da atenção integral à saúde iniciada na infância. Critérios de exclusão: estudos de cunho internacional; duplicados; revisões sistemáticas, integrativas, narrativas ou teóricas de literatura; livros, teses, dissertações, cartilhas, editoriais e ensaios.

c) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos.

⁶ A revisão integra uma pesquisa de mestrado aprovada pelo comitê de ética sob o CAAE: xxxxxxxx.x.xxxx.xxxx, suprimido em respeito ao parecer às cegas.

⁷ Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_adolescente_feminina.pdf

Elencou-se categorias temáticas a partir das informações contidas nos estudos: saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes; gravidez da adolescente e paternidade do adolescente; orientação e educação sexual nas instituições escolares; inequidades de gênero e homofobia. Na mesma etapa, as limitações e sugestões foram incluídas como categorias de análise (problema relacionados à participação nos estudos, viés de memória/recordatório e de seleção, fatores socioculturais, questão ética, tipo de método utilizado na coleta de dados).

d) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa.

Nessa fase, elencou-se alguns critérios para a inclusão dos estudos na revisão, sendo eles: fator de impacto da revista, Qualis CAPES da revista número de citações, pertinência do estudo aos objetivos da revisão.

e) Interpretação dos resultados.

Considerando a questão de pesquisa, as informações construídas são apresentadas divididas em subtítulos: relações entre as abordagens em educação sexual e as representações sobre adolescência; saúde sexual e reprodutiva dos(as) adolescentes: quem quer falar sobre isso?; escola pública x escola privada – que “sujeitos” de pesquisa?; iniquidades de gênero e homofobia e lacunas nas pesquisas: uma questão de classe/raça? Nesta etapa, as informações são discutidas à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS).

f) Apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Escrita da síntese do conhecimento mediante a interpretação das categorias analisadas.

A revisão narrativa foi realizada junto a três bases de dados: Portal CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), durante o mês de dezembro do ano de 2019 a junho do ano de 2020. Com base no tema de pesquisa, os descritores foram selecionados e a eles aplicou-se recursos booleanos. Dentre eles, encontram-se: saúde sexual, saúde reprodutiva, direitos sexuais, direitos reprodutivos, comportamento reprodutivo, contracepção, sexualidade, combinados ou não com adolescência, adolescente, reprodução.

RESULTADOS

Após a leitura dos resumos e aplicação dos critérios de inclusão\exclusão, junto à base Portal CAPES, obtivemos 23 artigos, na BVS 16 e no Scielo 11. O *corpus* final constituiu-se por 51 artigos, demarcados com * nas referências ao final do texto.

Quadro 1 – Artigos selecionados junto às bases de dados

Portal CAPES	BVS	SciELO
n = 23	n = 16	n = 12
n = 51		

Fonte: Dados de pesquisa

Saúde sexual e reprodutiva dos(as) adolescentes

O estudo conduzido por Gonçalves et al (2015) revelou que o início da vida sexual tem ocorrido entre 10 - 14 anos de idade, principalmente entre adolescentes do sexo masculino, com menor escolaridade e baixo nível econômico. Outros fatores predisponentes para a prática sexual dos adolescentes figuram como a idade da primeira gestação da mãe, ser filho de mulheres que engravidaram antes dos 20 anos. No entendimento desses autores, a escolaridade mais baixa dos entrevistados com maiores frequências de prática sexual entre 10 - 14 anos parece evidenciar pressões, normas, escolhas e expectativas sociais vivenciadas por esses adolescentes.

Nesse viés, Sasaki et al. (2015) argumentam que a prevalência de relação sexual nos adolescentes escolares encontra-se associada a fatores sociodemográficos, comportamentos de risco à saúde e situações de violência, sendo maior a prevalência de relação sexual entre adolescentes negros, quando em comparação com brancos. A maior prevalência associa-se, também, aos adolescentes que não moram com a mãe/pai, cujas mães tinham escolaridade mais alta e entre os estudantes de escolas públicas. A prática de relação sexual associou-se à autoimagem corporal, com efeito protetor para adolescentes que se julgavam gordos ou muito gordos, à condição socioeconômica baixa, situações de violência, comportamentos desfavoráveis (uso de álcool e outras drogas).

Por sua vez, Spínola, Beria e Schermann (2017) referem que a iniciação sexual emerge como fator associado à menarca precoce (12 anos ou menos), devido à motivação originada

pelas mudanças hormonais que ocorrem no organismo das adolescentes. A relação entre relação sexual também aparece relacionada à condição socioeconômica mais baixa, situações de violência, bem como comportamentos desfavoráveis como uso de álcool, tabagismo e outras drogas (SASAKI ET AL., 2015)

Campos, Schall e Nogueira (2013) sustentam que a iniciação sexual tem ocorrido mais cedo nos últimos anos, sendo que grupo de adolescentes meninos tem sua primeira relação sexual mais cedo do que o grupo das adolescentes meninas, instigando reflexões acerca da necessidade de que a educação em sexualidade tenha início mais cedo entre os adolescentes meninos. Todavia, para os autores, figura como fundamental, tanto para os adolescentes quanto para as adolescentes, proporcionar um clima de debate aberto e franco sobre a sexualidade, abordando as questões de gênero, favorecendo uma preparação dos jovens de forma refletida sobre a entrada na vida sexual. Diante da prevalência de iniciação sexual precoce (observada entre adolescentes de 12 a 14 anos de idade), Borges et al (2016) reforçam a necessidade de que a educação para a sexualidade ocorra nos primeiros anos da adolescência.

No que se refere aos fatores relacionados ao comportamento sexual de risco, Oliveira-Campos et al. (2014) apontam que as desigualdades sociais aparecem como importantes marcadores, assim como o uso de substâncias psicoativas e a carência de informações sobre saúde sexual e reprodutiva na escola constituem fatores associados à relação sexual desprotegida entre adolescentes. Numa via semelhante, Silva et al. (2015), em relação à média de idade de início da relação sexual, salientam que adolescentes filhos de mãe analfabeta tendem a relacionar-se sexualmente de forma precoce, probabilidade que se reduz em adolescentes cujas mães têm ensino superior. Ademais, a frequência de adolescentes que não residiam com os pais e que já iniciaram a atividade sexual é maior do que daqueles que residiam com os pais.

No que concerne aos fatores de vulnerabilidade à IST, figuram origem indígena [sic] e ser adolescente solteiro (FONTES et al., 2017), embora o estudo conduzido por Pereira et al. (2014) tenha indicado maior frequência de soropositivos entre indivíduos do sexo feminino, fato que pode ser explicado pelo maior volume de atendimentos de mulheres. Em relação à prevalência da infecção por HIV, adolescentes na faixa etária dos 13 aos 19 anos representam o grupo mais precocemente acometido por via sexual direta, havendo, ainda, significativa associação entre soropositividade e situação conjugal estável, entre jovens do sexo feminino, bem como alta proporção de indivíduos com baixa escolaridade e a maioria exercendo ocupações diversas da prática estudantil (PEREIRA et al., 2014).

No que versa acerca do uso de métodos contraceptivos, é consenso que o uso de métodos contraceptivos na adolescência se restringe ao preservativo masculino e à pílula anticoncepcional. Todavia, entre os adolescentes, observa-se a tendência à flexibilização do uso do preservativo masculino e demais métodos quando os relacionamentos tornam-se mais estáveis ou duradouros (BORGES et al., 2016). Nesse sentido, Felisbino-Mendes et al (2018) reiteram que a não adesão ao preservativo pelos adolescentes tem sido relacionada à baixa credibilidade depositada no método ou sua banalização, crença na invulnerabilidade às infecções, menores sensações prazerosas, situações de marginalização social, natureza contestadora, não concordância do parceiro, dentre outros.

Acerca do conhecimento e uso de métodos contraceptivos por parte dos adolescentes, o principal local de aquisição de ambos os sexos é a farmácia. Enquanto isso, a participação dos serviços de saúde é considerada ínfima, principalmente para as meninas (VONK et al., 2013), ficando evidente no que se refere ao acolhimento e orientação relacionados aos métodos contraceptivos, chamando a atenção para a medicalização do corpo das mulheres, evidenciada pela escolha do método contraceptivo (França & Frio, 2018). No que tange aos principais métodos abortivos escolhidos pelas adolescentes, destaca-se o medicamentoso, com o uso do medicamento misoprostol, com destaque para a marca Cytotec™ (FERRARI, PERES, NASCIMENTO, 2018; MARANHÃO, GOMES, BARROS, 2016).

Acerca da aids, Melo et al. (2016) identificaram elevados coeficientes de incidência de aids em menores de 14 anos em Porto Alegre, em comparação aos do Estado e da região Sul do país. Os autores evidenciam, também, que os declínios mais expressivos incidiram na faixa etária de crianças menores de 1 (um) ano, fato que pode estar relacionado a ações de tratamento/prevenção às mães com uso de antirretrovirais durante a gestação, na capital Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS).

Nessa direção, no que tange os fatores de proteção às IST e à aids/HIV, ter os pais e os profissionais de saúde como principal fonte de educação sexual e ter o professor(a) como principal pessoa de referência contribuem significativamente para redução de vulnerabilidades, independentemente da etnia, gênero, idade, renda e escolaridade (FONTES et al., 2017). Outro importante fator de proteção associado à saúde sexual e reprodutiva seria tornar o conhecimento e o acesso universal ao preservativo feminino, o que possibilitaria maior autonomia e poder de decisão às mulheres, culminando na modificação no cenário que envolve as questões de gênero no campo da sexualidade. Entretanto, na compreensão de Campos, Schall e Nogueira (2013), as mídias não enfatizam esse recurso, nem mesmo existem programas educativos que incluam

o treino para seu uso com modelos, como ocorre para o preservativo masculino. Ademais, para os autores, o preservativo feminino é um método pouco disponibilizado nas unidades básicas de saúde.

Quanto ao aborto, Neiva-Silva et al. (2018) identificam que o aborto está associado a alguns fatores, tais como a fase do desenvolvimento e a situação de vulnerabilidade inerente ao contexto de rua, que os expõe à muitos riscos sociais e ambientais. De modo similar, identificou-se que a probabilidade de ter a experiência de gravidez se intensificou em consonância do aumento da idade, o que para os autores pode ser explicado por um maior tempo de exposição a todos os fatores de vulnerabilidade envolvidos. No entendimento de Maranhão, Gomes e Barros (2016), no entanto, o fato da jovem ter tido mais de uma gravidez mostrou-se como fator preditor do abortamento. Em relação aos motivos para o procedimento, os autores indicam a pressão e influência de familiares e/ou do parceiro (o homem de quem a jovem engravidou figurou como o responsável pela prática, seguido pelos amigos e pela mãe).

Acerca do aborto clandestino, Ferrari, Peres e Nascimento (2018) argumentam que a maioria das adolescentes realiza o procedimento em clínicas clandestinas. Por sua vez, Ferrari e Peres (2020) argumentam que, em relação ao diálogo com familiares, a notícia não é compartilhada com a mãe, devido ao fator religião que abre margem para moralidades religiosas frente ao aborto. No que versa acerca da vivência das adolescentes no contexto do SUS, as equipes de saúde perpetuam julgamentos morais e éticos, bem como negligências nos atendimentos e penalização das mulheres que cometem aborto clandestino (FERRARI, PERES, 2020; FERRARI, PERES, NASCIMENTO, 2018).

No que tange às fontes de informação e à tomada de conhecimento, afere-se que a via preferencial de consulta sobre (contra)concepção entre as adolescentes é a internet, enquanto o colégio e a família não são citados como alternativa para obtenção de informações (FERRARI, PERES, NASCIMENTO, 2018). Nessa perspectiva, Silva et al. (2015) e Menezes et al. (2016) referem que a televisão e o rádio são os meios mais acessados pelas mesmas. Vonk et al. (2013), por outro lado, apontam que, no caso das adolescentes meninas, a orientação acerca do método provém sobretudo de amigas, colegas e parceiros, seguidos dos pais e professores, e profissionais de saúde, enquanto televisão, internet e outras mídias apareceram em baixa proporção. Por sua vez, Genz et al (2017) argumentam que a busca de informações, por parte dos adolescentes, ocorre junto a fontes seguras, como os pais, os irmãos, os professores e os serviços de saúde.

Campos et al. (2018) consideram que a principal fonte de informação e aprendizagem dos adolescentes têm sido suas próprias experiências, por meio do ensaio e erro e de amigos

que já passaram por outras experiências sexuais. Afinal, para os autores, os adolescentes não têm espaços para dialogarem sobre temas relacionados à sexualidade e nem mesmo orientações acerca de seus direitos sexuais, pois quando se fala em sexualidade, é sempre sobre prevenção, residindo a ênfase na doença, relacionada ao medo da gravidez e de IST.

Acerca do diálogo com pais e mães com relação à decisão e do processo do aborto, as amigas e outras adolescentes figuram como as grandes confidentes e companheiras no itinerário do aborto das jovens (FERRARI, PERES, 2020), põe em evidência que a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes permanece estigmatizada, tanto no âmbito familiar quanto nas escolas. Quanto às fontes de informação sobre anticoncepção de emergência, os amigos/conhecidos são os mais citados pelos adolescentes, de acordo com o exposto por Chofakian (2014).

No estudo conduzido por Chofakian (2014), embora haja ciência das especificidades existentes entre adolescentes estudantes de escolas públicas e privadas, as fontes de informação não diferiram entre estas, evidenciando-se que os locais onde as informações são buscadas, bem como o compartilhamento do conhecimento, ocorre mediante diálogo entre os pares, independente do ambiente escolar ao qual os adolescentes estão inseridos. Em relação ao tipo de escola (pública e particular), Sasaki et al. (2014) referem que nas instituições públicas a prevalência de relação sexual alguma vez na vida foi mais alta do que nas instituições privadas. Quanto à distribuição por sexo, esta foi mais elevada entre os meninos.

Outra problemática envolvida no que tange à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, refere-se à presença de inequidades de gênero (discutida adiante), posto que os homens tendem a retardar ao máximo a busca por assistência à saúde ou buscá-la nos serviços de atenção especializada, tomando a prevenção e/ou a promoção da saúde como práticas imprescindíveis apenas para as mulheres. No entendimento de Vasconcelos et al (2016), isso reflete as concepções tradicionais de gênero, por meio das quais, as mulheres, as adolescentes, neste caso, seriam mais frágeis e mais complexas em relação à saúde, justificando a presença mais rara dos homens na atenção primária.

Considerando a estigmatização e práticas discriminatórias sofridas pelos adolescentes, Santos et al. (2018) salientam que os adolescentes permanecerão procurando informações e desvendando curiosidades via internet e/ou com amigos, encontrando respostas que, não raro, são advindas de experiências, o que pode ocasionar complicações e iniciativas incorretas quando correlacionadas à saúde.

Nesse sentido, Taquette et al. (2017), em relação aos serviços de saúde, salientam que a baixa cobertura de exames complementares, a obrigatoriedade de responsável maior de idade para agendar consulta, bem como a não inclusão de ações direcionadas especificamente aos adolescentes, figuram como fatores que contribuem para o aumento dos índices de aids em adolescentes. Numa direção similar, os autores argumentam que a exigência da presença do responsável para marcação da consulta e atendimento explicita a falta de preparo das unidades de saúde para lidar com os adolescentes, uma vez que as atitudes e comportamentos dos profissionais de saúde podem configurar uma grande barreira no acesso aos serviços dessa população.

Chofakian et al. (2016) compreendem ser preocupante a baixa menção dos profissionais da saúde como fonte de informação sobre anticoncepção de emergência, pois entende-se que há certo pudor em buscar informações sobre sexualidade com adultos, bem como os profissionais são despreparados para abordar a anticoncepção de emergência com os adolescentes. A precariedade de recursos humanos treinados para o atendimento de adolescente também constitui a principal barreira apontada no estudo de Taquette (2017), sendo que, para a autora, a maioria das escolas de formação profissional na área de saúde ainda não incorporou à grade curricular conteúdos técnicos que possam capacitar o recém-formado a atender, habilmente, a população adolescente.

Afinal, conforme evidenciaram Bellenzani, Campos e Paiva (2012), o campo da sexualidade figura com *status* menos relevante, se comparado às outras necessidades sociais e de saúde que são percebidas como “urgências”, tais como o abuso de álcool e de outras drogas, a pobreza e as condições habitacionais precárias. Contudo, a sexualidade tem sido considerada, tanto pela ciência quanto pelo poder público, um ponto essencial para a redução de problemas de saúde pública entre os adolescentes. Diante disso, a educação sexual ganha vultuosidade e relevância nos espaços onde circulam os adolescentes (NERY et al., 2016).

Gravidez da adolescente e Paternidade do adolescente

A escolaridade baixa e a iniciação sexual precoce constituem fatores significativos associados à experiência de repetição de gravidez na adolescência. Ademais, existe uma diferença significativa para cor da pele não branca, uso de drogas e primeira relação sexual abaixo de 15 anos para as meninas (GALVÃO et al., 2018).

Albuquerque et al. (2017), todavia, apontam que a maior prevalência de gravidez de repetição (GRR) associa-se também à diferença na estrutura sociocultural e econômica do país

e à baixa escolaridade. Além disso, os autores também referem que o não uso de métodos contraceptivos associa-se ao aumento das chances de repetição de gravidez, enquanto a não realização de planejamento da gestação anterior diminui as chances de nova gestação não programada. Em relação à prevalência de gravidez entre adolescentes, estima-se maior frequência entre as adolescentes de 18 anos, com maior prevalência da primeira gestação aos 15 e 19 anos (SILVA et al., 2016). Por outro lado, no que se refere às motivações para a gravidez, sustentam que estas podem variar desde a falta de contracepção até a confiança de que não iria engravidar por haver uma grande prática de atividade sexual desprotegida (COSTA et al., 2018).

Nery et al (2016) também referem que a escolaridade constitui uma variável diferencial e resolutive quanto à questão social da gravidez na adolescência. Dessa forma, a pobreza é o horizonte mais provável na vida destas jovens, visto que é pouco provável que elas retornem aos estudos. Na visão desses autores, outro aspecto negativo para a vida da jovem que precocemente assume a vida conjugal, diz respeito à dependência financeira de terceiros, principalmente do companheiro, que pode originar situações de violência (física e de outras naturezas), tanto do parceiro quanto de familiares. Dados similares podem ser encontrados no estudo conduzido por Farias e Moré (2012), os quais destacam que as adolescentes assumem a posição de principal cuidadora da criança, embora as principais dificuldades encontradas pelas adolescentes não se relacionam à capacidade de exercer o cuidado e atender às necessidades do(a) filho(a) mas à autonomia financeira, dificultada pela incompletude dos estudos motivada por conflitos com o companheiro (FARIAS, MORÉ, 2012).

No que concerne aos fatores que podem interferir na adesão ao pré-natal, Santos et al. (2018) referem a ausência de um companheiro. Os autores informam também que as adolescentes iniciam mais tardiamente o acompanhamento, realizando menos consultas se comparadas às adultas, embora cumpram com as seis consultas previstas. Nery et al (2016), nesse sentido, argumentam que a descoberta da gravidez leva a adolescente a se responsabilizar mais pela vida reprodutiva, bem à reformulação de projetos de vida, à valorização dos estudos associada a dificuldades em retomá-los. Contudo, os autores também sustentam a importância do parceiro e da mãe como fontes de suporte emocional, o que nem sempre acontece, devido ao fato de a paternidade ainda não se constituir alvo de ações e intervenções.

Nesse viés, Bellenzani, Campos e Paiva (2012) ressaltam que somente quando as adolescentes se tornam gestantes passam a integrar o grupo prioritário de intervenções em saúde sexual e reprodutiva, sendo esta temática, não raro, associada às questões do universo feminino

e da saúde da mulher, fato que contribui para a manutenção da tendência à “invisibilidade” dos adolescentes pelos profissionais e serviços de saúde. Na perspectiva de refletir acerca da paternidade do adolescente, Vonk, Bonan e Silva (2013) indicam que o “silêncio” frente à paternidade, em contraponto com todas as ações desenvolvidas junto à gravidez na adolescência (mote de intervenções específicas), parece se relacionar com um pressuposto implícito de que a paternidade é por excelência secundária para os rapazes.

Numa direção similar, no que diz respeito aos fatores associados à paternidade do adolescente, a ausência de pai e a convivência com um padrasto, despontam como significativos, sendo a maior prevalência entre jovens com cor de pele não branca, menor poder aquisitivo, escolaridade baixa, com estreia sexual considerada precoce (OLIVEIRA et al., 2015).

Acerca da paternidade, as diferenças relacionadas a gênero também apareceram no estudo conduzido por Vasconcelos et al (2016), à medida que os adolescentes participantes da pesquisa, ao refletirem sobre o impacto da parentalidade para homens e mulheres, compreendiam que ter um filho na adolescência teria consequências maiores para as mulheres, uma vez que elas vivenciam a maternidade de forma distinta desde a descoberta da gestação, com as alterações físicas decorrentes do processo gestacional e os cuidados implícitos à mulher, como a amamentação e os cuidados ao recém-nascido. Todavia, para esses adolescentes, os homens, ao vivenciarem a paternidade deveriam manter financeiramente o filho, embora sofressem um impacto menor em outras dimensões da vida quando comparado às mulheres.

Orientação e educação sexual nas instituições escolares

No que diz respeito à iniciação sexual, na Pesquisa Nacional sobre a Saúde do Escolar - PeNSE (2012), que descreve o comportamento sexual de 107.468 estudantes cursando o 9º ano do ensino fundamental em turnos diurnos de escolas públicas e privadas do Brasil (OLIVEIRA-CAMPOS et al., 2014), identificou-se que mais de um quarto dos estudantes já tiveram relação sexual, havendo um maior percentual entre os meninos. Observou-se que a presença de uso de substâncias psicoativas e não ter informações sobre saúde sexual e reprodutiva na escola estão associados com o adolescente ter relação sexual, com maior magnitude para o sexo desprotegido.

As escolas públicas apresentam maior frequência de escolares que já tiveram relação sexual com e sem preservativo do que os estudantes de escolas privadas. Estima-se, portanto, que adolescentes que estudam em escolas públicas possuem mais possibilidades de iniciação

sexual precoce (a própria palavra precoce é preconceituosa) do que adolescentes estudantes regulares de escolas privadas (OLIVEIRA-CAMPOS et al., 2014; SASAKI et al., 2015). Nesse sentido, Felisbino-Mendes et al (2016) referem que não receber orientações na escola está relacionado à maior chance de iniciação sexual considerada precoce, bem como ao comportamento sexual de risco quando do ato sexual sem proteção.

Contudo, Borges et al (2016) sustentam que os comportamentos relacionados ao início da vida sexual e ao uso de métodos contraceptivos na última relação sexual têm sido influenciados pelas características sociodemográficas dos adolescentes, havendo uma tendência de aumento da prevalência de iniciação sexual conforme aumenta a idade (BORGES et al. 2016). Em relação ao conhecimento sobre uso de métodos contraceptivos, o uso de contracepção de emergência não tem sido abordado satisfatoriamente nas escolas públicas, apresentando menores índices do que as instituições particulares de ensino, conforme ressaltam Chofakian et al (2014). Tal resultado, para os autores, parece indicar que o nível de conhecimento acerca do tema está relacionado ao nível socioeconômico, sendo uma das variáveis mais importantes em sua definição.

No mesmo estudo, Chofakian et al (2014) reiteram que a maioria dos adolescentes participantes revelou nunca ter participado de oficinas sobre a anticoncepção de emergência nas escolas, evidenciando que, apesar de ter sido a segunda fonte de informação mais referida, aparentemente a escola é apenas o local onde ocorrem trocas de experiências entre os amigos, não atuando como instituição promotora de informações relativas à anticoncepção de emergência. Quanto às orientações sobre prevenção da gravidez e das IST/aids, Sasaki et al (2014) chamam a atenção para o fato de terem sido menos frequentes nas instituições públicas, à medida que há ciência de que, geralmente, tais espaços atendem escolares oriundos de estratos socioeconômicos mais baixos e, em decorrência, mais vulneráveis a fatores de risco à saúde. Felisbino-Mendes et al (2018), por sua vez, observaram uma discreta diminuição da orientação sobre gravidez nas escolas públicas e menor orientação sobre preservativo gratuito nas escolas privadas.

No que concerne à gravidez, no entendimento de Albuquerque et al. (2017), as mulheres com gravidez de repetição possuem maior prevalência de abandono e repetência escolar entre as gestantes. Quaresma (2015), por sua vez, sustenta que, entre os fatores associados ao abandono escolar por parte de gestantes adolescentes, figuram a inexistência de um projeto institucional particular para a transversalização da educação sexual e a ausência de metodologias participativas no planejamento e elaboração das atividades de educação sexual.

Para a autora, as escolas supõem que se deve falar de educação sexual apenas diante das inquietudes dos alunos da existência explícita de demanda de diálogo sobre relações sexuais, contraceptivos e gravidez.

A maioria das adolescentes que engravidam não permanecem na escola após a gravidez, (COSTA et al., 2018; MENEZES et al., 2016), nem são objeto de investimento por parte das escolas ou de cuidados por parte do Conselho Tutelar (SILVA et al., 2016). Esse desinvestimento leva à compreensão do abandono como algo normal, sendo raras as ocasiões em que ocorre visita de um conselheiro tutelar na escola ou na casa da aluna que evadiu, contribuindo para que a educação, informal doméstica ou instrução escolar, se constitua em uma das bases da exclusão e da violência contra o feminino (SILVA et al, 2016).

Acerca disso, Furlanetto, Lauermann, Costa e Marin (2018) e Vieira e Matsukura (2017) argumentam que a educação sexual escolar poderia oferecer aos alunos, espaços de aprendizagem comprometidos com uma cultura de prevenção e promoção da saúde sexual desde a infância. Nessa direção, a educação e a orientação sexual devem ser consideradas também como responsabilidade da família. Todavia, tais temas geram constrangimentos e aflições para pais e filhos, cujas origens desses são diversas, mas a vergonha e a maneira como os pais foram educados constituem os maiores entraves ao diálogo franco entre a família, ocasionando dificuldades para que a orientação sobre sexualidade ocorra (FONSECA, GOMES, TEIXEIRA, 2010).

Nesse sentido, Domingues et al. (2013) alertam para a resistência das escolas privadas frente à realização de estudos, à medida que algumas delas recusa peremptoriamente e outras dificultam sobremaneira a realização da coleta de dados. Ademais, os autores salientam que a abordagem de temas relacionados às IST/aids, à gravidez planejada e ao sexo seguro é diferente entre as escolas públicas e privadas. Essas diferenças, para os autores, tornam-se evidentes no que se refere às atividades mais efetivas, como a realização de oficinas, abordagem conjunta de temas correlatos, distribuição de material educativo e participação de professores e profissionais de saúde. Em todas as atividades mencionadas, foram registradas maiores referências nas escolas públicas.

Nesse viés, Fonseca et al. (2018) reiteram que a naturalização da violência, sobretudo no discurso das adolescentes, evidencia-se por meio de situações que remetem a comportamentos entendidos como aceitáveis em um dado relacionamento. Esses comportamentos não foram identificados como violência, mas como integrantes naturais da relação. Os autores revelam também, por intermédio do discurso dos adolescentes entrevistados, que as relações de intimidade entre adolescentes parecem ser marcadas por

disputas de poder que influenciam a determinação de situações de violência. Nesse sentido, os autores apontam que a prática sexual pode representar um instrumento de dominação (eminentemente masculina), visto que a relação sexual foi considerada uma forma de agressão à mulher, por meio do emprego do órgão sexual masculino.

Pirotta, Barbosa e Puppo (2013), ao discutirem como a sexualidade dos adolescentes vem sendo abordada nas escolas, reiteram que essa, frequentemente, tem sido tratada a partir de uma ótica moralizadora, de disciplinarização dos corpos, tomando por base saberes oriundos das práticas médicas e biológicas. No que concerne à orientação sexual, no entendimento dos autores, pouco tem se discutido do ponto de vista da autonomia, da construção de um projeto de vida, da equidade e do respeito à diversidade, presentes nos marcos norteadores dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos dos(as) adolescentes.

Afinal, no Brasil, a educação sexual tem sido reduzida ao estudo da fisiologia humana e do aparelho reprodutivo (FURLANETTO et al., 2018; VIEIRA, MATSUKURA, 2017). Além disso, ressalta-se a importância do uso de metodologias ativas nas ações envolvendo a saúde sexual e reprodutiva, que despertem a análise das escolhas dos adolescentes, por meio da resolução de problemas e da tomada de decisão. Desse modo, podem ser empregados artifícios atraentes e de fácil percepção, tais como a criação de desafios educativos, jogos que instiguem suas competências, que solicitem raciocínio crítico e que estimulem a participação tanto individual como coletiva (SANTOS et al., 2019).

Ademais, em relação às ações voltadas à educação sexual, Silva et al. (2015) referem que a educação sexual é mais dirigida às alunas que aos alunos. Entre as justificativas para a ênfase das intervenções sobre as alunas adolescentes, os autores referem a presença de estigmas relacionados ao amadurecimento precoce das mesmas que, portanto, devem saber mais sobre sexualidade. Afinal “são elas que engravidam”.

Nessa direção, em relação ao contexto escolar, Higa et al. (2015) salientam que a maioria das instituições parceiras das escolas realiza ações muito pontuais e não atinge os adolescentes de maneira adequada. Além disso, as atividades realizadas nas escolas de ensino fundamental emergem por meio de critérios pessoais dos responsáveis pela tarefa, que definem os temas prioritários e organizam as palestras ou oficinas que serão realizadas. Os autores referem que a realização de oficinas é considerada rara, posto que, na maioria das vezes, convida-se um palestrante externo à escola, para falar sobre sexualidade (de preferência um profissional da saúde).

Quaresma (2015) sustenta que essas oficinas, na maioria das vezes, envolvem a

prevenção, do uso de preservativos e as DSTs, temas considerados relevantes, apesar da redução do amplo sentido da educação sexual ao enquadre específico dessas palestras. Nesse sentido, Silva et al. (2015) apontam que o desenvolvimento de ações em saúde sexual ainda enfrenta alguns obstáculos, tais como o despreparo de muitos professores para abordar e esclarecer dúvidas sobre o tema, enquanto outros ainda esperam que esse papel seja realizado pelos pais dos adolescentes. No entanto, no entendimento dos autores, outros pais e até mesmo professores se mostram contrários à educação sexual nas escolas, temendo que o aumento do conhecimento dos alunos incentive a experimentação e promiscuidade.

Considerando a temática da gravidez e da educação sexual, a falta de intersetorialidade na educação sexual realizada nas escolas atribuída, muitas vezes, à não-percepção das falhas existentes na educação preventiva, culmina em ações que estão aquém do preconizado pelos programas governamentais vigentes (HIGA et al., 2015). De forma similar, evidencia-se que a interdisciplinaridade do cuidado, apesar da necessidade da criação de vínculo entre os profissionais da ESF e as adolescentes grávidas, ainda constitui um desafio, notável por meio da invisibilidade dos trabalhadores da saúde nos relatos de vida das adolescentes.

Diante disso, Higa et al. (2015) pontuam que a intersetorialidade pode ser uma estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, à medida que as ações realizadas pelas escolas não ultrapassam os limites propostos pelos materiais curriculares e pelas vivências individuais dos educadores, formando indivíduos poucos críticos, que podem perpetuar preconceitos, estigmas e comportamentos. Monteiro et al. (2018), nesse viés, apontam para a importância do uso de jogos em ações educativas no campo da educação em saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.

A interdisciplinaridade também é identificada como fator significativo no cuidado à saúde do adolescente. Entretanto, no entendimento de Taquette (2017), as equipes de saúde da família são constituídas por médico, enfermeiro, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, excluindo profissionais de outros campos disciplinares, como psicólogo, nutricionista e assistente social. Ademais, há necessidade de investimentos em ações coletivas, que envolvem diversos atores, incluindo família, adolescentes e profissionais de saúde e educação, com de respeito às distintas formas de se relacionar, pautando-se pela ótica da garantia dos direitos humanos, particularmente dos direitos sexuais e reprodutivos (GAVA, VILLELA, 2016).

Inequidades de gênero e homofobia

A construção desigual das identidades de gênero na infância e adolescência desencadeia a constituição da identidade das mulheres edificada por normas que restringem o papel destas ao espaço privado e, quando fora dele, requerem constante vigilância pela figura opressora (masculina) ou por outro agente cumprindo sua designação, tais como mãe, irmão, tia, avó, entre outros (FRANÇA, FRIO, 2018).

Nesse sentido, Spínola, Béria e Schermann (2017) sustentam que as inequidades de gênero têm interferido nas escolhas reprodutivas dos adolescentes, principalmente em relação ao momento da primeira relação sexual, ao primeiro parceiro sexual (SPÍNOLA, BÉRIA, SCHERMANN, 2017). De modo semelhante, Sasaki et al. (2015) argumentam que essas iniquidades influenciam o comportamento sexual dos adolescentes, produzindo normativas sociais de retardo da iniciação sexual das adolescentes, enquanto do adolescente menino esperase o início precoce, como maior número de parceiras possíveis (SASAKI et al., 2015).

Diferenciais de gênero também influenciam a idade da iniciação sexual. Tal entendimento é exposto por Vonk, Bonan e Silva (2013), ao observarem que os adolescentes meninos vivenciam em idade mais precoce a sexualidade. Na compreensão dos autores, a existência de uma dupla moralidade sexual influencia outros aspectos da vivência sexual dos adolescentes, à medida que, entre os participantes do estudo, a iniciação sexual das meninas ocorreu com namorados e homens mais velhos, enquanto a metade dos meninos iniciou-se em relações eventuais, com adolescentes.

Gonçalves et al (2015) indicam que os meninos se iniciam sexualmente antes das meninas, bem como têm mais parceiros(as) sexuais do que elas. No contexto brasileiro, para os autores, esses dados podem ser explicados por questões sociais e culturais, tais como a valorização da masculinidade pela idade da iniciação sexual e pelo número de relacionamentos vivenciados. Semelhantemente, Felisbino-Mendes (2017) informam que, socialmente, há uma pressão social para comprovação da sua masculinidade, o que incentiva a iniciação precoce, o sexo casual e maior número de parceiros sexuais entre os adolescentes meninos. Para os autores, essa maior vulnerabilidade deve ser levada em consideração ao se planejar intervenções para esse público adolescente, considerando a existência de menor uso do preservativo entre eles.

Acerca da colocação do adjetivo "normal" nas conversas sobre a sexualidade masculina, Silva et al. (2015) referem que esta se associa às tradicionais expectativas de ser "homem forte", conquistador, potente e assustador, constituindo atributos que podem se converter em fatores de risco para o surgimento da gravidez precoce, violência, contágio de DST, abuso sexual e psicológico. Ainda em relação ao desdobramento da dinâmica de gênero na (contra)concepção

na adolescência, Silva et al. (2015) salientam que as adolescentes se envolvem mais com a contracepção, enquanto os homens vivenciam sua sexualidade de uma forma despreocupada. No que diz respeito à relação entre iniquidades de gênero e o conhecimento e uso de métodos contraceptivos, Menezes, Delmondes e Vieira (2016) argumentam que embora as adolescentes tenham conhecimento sobre métodos, muitas vezes, a razão para não utilizá-los é a vontade do parceiro.

Embora o comportamento esperado para cada sexo estar apresentando um processo de mudança, Taquette, Rodrigues e Boryolotti (2015) referem que as convenções de gênero e sexualidade marcadas pela assimetria entre o masculino e o feminino ainda se traduzem nas vivências práticas da vida sexual, em relações de submissão e controle da sexualidade, sobretudo nas classes sociais mais pobres do ponto de vista econômico e de menor escolaridade. Nesse sentido, Ferrari, Peres e Nascimento (2018) argumentam que, ao mesmo tempo que o poder de escolha das adolescentes encontra-se subjugado pelas iniquidades de gênero, os padrões de gênero hegemônicos da sociedade expõem os homens (adolescentes meninos) ao risco de infecções sexualmente transmissíveis. Afinal, a violência de gênero originada da lógica heteronormativa de gênero, incide sob a negociação do uso do preservativo masculino nas relações homossexuais, enquanto relação baseada na hierarquia do gênero, por linhas de atividade e passividade (simbolicamente relacionada ao papel da mulher).

Ademais, Vasconcelos et al (2016) inferem que, apesar de haver reconhecimento relativo aos avanços da mulher na esfera profissional, os adolescentes meninos participantes de seu estudo expressaram uma concepção hegemônica de submissão das mulheres em relação aos homens. Foi encontrada no estudo uma valorização da atividade sexual para os meninos, em contraponto à inexperiência sexual para as meninas. Ainda no contexto das discussões relativas ao gênero, os participantes demonstraram dificuldade na aceitação de uma orientação sexual que não lhes fosse tradicionalmente compatível com os papéis masculinos, incluindo o de pai.

Vasconcelos et al (2016) observaram também que, quando estimulados a explicitar o que compreendiam quanto a gênero, os adolescentes participantes do estudo possuíam uma compreensão restrita do assunto com a classificação relacionada às diferenças dos atributos genitais, em masculino e feminino. De forma similar, a virgindade é compreendida como algo relegada ao plano da mulher (rompimento do hímen), independente de experiências sexuais sem penetração ou de vivências da sexualidade. Souza (2011) encontrou dados similares, apontando que nas falas dos adolescentes participantes da investigação conduzida por ela, principalmente as que envolviam gênero, sexualidade e a prática de sexo seguro, foram marcadas por valores tradicionais, regulatórios, morais e éticos.

No que tange às prevalências de iniciação sexual entre adolescentes, Borges et al (2016) argumentam que estas, estatisticamente, diferem para ambos os sexos, o que indicam ser um evento em que as relações de gênero atuam de forma inquestionável. Logo, os adolescentes iniciam a vida sexual motivados por normas vigentes de comportamentos sexuais, que diferenciam papéis masculinos e femininos no que tange ao momento mais adequado para iniciação sexual. Observa-se que essas iniquidades permeiam a inexistência de diálogos relativos aos direitos sexuais dos adolescentes, bem como acerca do exercício positivo de suas sexualidades e a dimensão amorosa, relacional, ligada ao prazer e intimidade que os circunda (CAMPOS et al., 2018; HIGA et al., 2015). No entendimento dos autores, os adolescentes têm questionado as normativas de gênero, ressaltando suas percepções sobre direitos sexuais, sobre o direito de ter relação sexual sem coerção e violência e a respeito do direito de decidir sobre o próprio corpo, bem como ao direito à liberdade para ter relação sexual com quem quiserem, podendo ser com pessoa do mesmo sexo ou sexo oposto.

Numa perspectiva similar, Spínola et al. (2017) e Souto et al. (2017) denunciam a situação de relação sexual de adolescentes efetuada de modo coercitivo, apontando para a iniciação sexual como um problema de saúde pública, à medida que, em muitos casos, ocorre em meio à situação de violência sexual (estupro). Souto et al. (2017), especificamente, alertam para questões relacionadas às condições socioeconômicas e desigualdades sociais historicamente conhecidas, que contribuem para a maior vulnerabilidade de meninas de até 13 anos de idade. Além disso, os autores referem maior vulnerabilidade associada à condição de desigualdade social, na qual crianças e adolescentes negras estão mais suscetíveis à violência sexual.

Em relação às fontes de informação, identifica-se também a presença de inequidades de gênero, sendo a mãe a principal fonte de amparo quando os adolescentes precisam conversar acerca de problemas pessoais. Enquanto isso, o pai aparece atrás de amigos, parceiros e irmãos (FONTES et al., 2017).

Limitações e sugestões indicadas pelos estudos

No que se refere às limitações, embora a maioria dos estudos analisados nesta revisão não tenha exposto suas limitações, alguns deles apontaram interferências e viesamentos que possivelmente causam alterações em seus resultados.

Problemas relacionados à participação nos estudos

Inclusão restrita a adolescentes e jovens de classes sociais menos favorecidas do ponto de vista econômico, visto tratar-se da parcela da população que mais utiliza os serviços públicos de saúde e, atualmente, a mais atingida pela aids (TAQUETTE, RODRIGUES, BORYOLOTTI, 2015). Expressiva subnotificação de casos de violência sexual e ocorrência de notificação de estupro devido apenas à questão legal, mesmo quando a relação sexual foi consentida (MELO et al., 2016; SOUTO et al., 2017). Reduzido número de participantes, devido à dificuldade de encontrar adolescentes, por não comparecerem regularmente ao pré-natal (Silva et al., 2016) e limitação da participação, à medida que restringiu-se aos estudantes com frequência regular na escola (BORGES et al., 2016; SASAKI et al., 2015).

Menor número de participantes, devido ao caráter regional do estudo (SANTOS et al., 2018), inclusão restrita de adolescentes estudantes de municípios de grande porte (BORGES et al., 2016) e expressiva subnotificação de casos, à medida que muitos homens não sabem que são pais, bem como pela faixa etária dos entrevistados (14 anos), que podem se tornar pais antes de atingir 20 anos (OLIVEIRA et al., 2015). Incapacidade de generalização e atribuição de causalidade (ALBUQUERQUE et al., 2017; SPÍNOLA et al., 2017).

Viés de memória/recordatório e de seleção

Viés de seleção (OLIVEIRA-CAMPOS et al., 2014; NEIVA-SILVA et al., 2018; SPÍNOLA et al., 2017). Perguntas sobre o passado desses indivíduos e falsa resposta, devido à valores socialmente aceitos (NEIVA-SILVA et al., 2018; SPÍNOLA et al., 2017) e dificuldades dos adolescentes em responder com fidelidade a perguntas relacionadas à temática (FELISBINO-MENDES et al., 2018).

Algumas considerações devem ser feitas quanto aos participantes dos estudos, posto haver limitação aos estudantes com frequência regular na escola, excluindo os adolescentes fora do sistema educacional regular e aqueles em situação de rua (SASAKI et al., 2014).

Fatores socioculturais

Incompreensão das perguntas por jovens de regiões específicas do país (FONTES et al., 2017) e interpretação do que possam ter considerado como relação sexual (GONÇALVES et al., 2015).

Questão ética

Não autorização para o acesso aos casos de curetagem da instituição privada incluída, em função ao caráter sigiloso dessa informação, resultando na falta de significância estatística após ajuste entre a ocorrência de abortamento e o nível socioeconômico (MARANHÃO, GOMES, BARROS, 2016).

Tipo de método utilizado na coleta de dados

Uso da escala CAP de IST/aids, que não se apropria de todos os elementos que definem a sexualidade humana e suas vulnerabilidades mais específicas (FONTES et al., 2017). Coleta de informações sem abrangência do relacionamento dos adolescentes com seus pares, à medida que o grupo figura como uma forte influência sobre comportamentos de risco

A partir dessas limitações, algumas sugestões foram elencadas, com o intuito de contribuir para futuras investigações, sendo elas:

Estabelecimento de estratégias de prevenção e orientação sobre saúde sexual e reprodutiva, tanto para mulheres quanto para os homens, no sentido de minimizar a exposição à gravidez não planejada ou mesmo às DST (SPÍNOLA et al., 2017). Compreensão do adolescente como sujeito de direitos e de sua sexualidade como algo singular, de busca por autonomia, por meio da qual a identidade delinea-se (CAMPOS et al., 2018; HIGA et al., 2015; SPÍNOLA et al., 2017).

Formação continuada aos profissionais de saúde, no que concerne ao aconselhamento sobre educação sexual, diversidade sexual, prevenção em saúde, contracepção e planejamento familiar para o público adolescente (Albuquerque et al., 2017; FONTES et al., 2017; GENZ et al., 2017; PEREIRA et al., 2014; SANTOS et al., 2018; TAQUETTE, RODRIGUES, BORYLOTTI, 2015).

Inclusão dos adolescentes em ações acerca da paternidade responsável e desenvolvimento de ações voltadas à saúde sexual e reprodutiva nas escolas, como instrumento de prevenção à gravidez/parentalidade indesejada e IST, por meio de programas como o PET-Saúde (CAMPOS et al., 2018; FONTES et al., 2017; HIGA et al., 2015; OLIVEIRA-CAMPOS et al., 2014; SILVA et al., 2015; SOUTO et al., 2017; VONK et al., 2013). Compreender o sentido do cuidado atribuído pelos homens a fim de promover ações que contextualizem as necessidades dessa população e permitam incorporar a importância do autocuidado e suas implicações à saúde (VASCONCELOS et al., 2016).

Necessidade de ações de promoção de saúde e de consolidação de políticas públicas que promovam debates acerca da educação sexual e do planejamento reprodutivo, unindo forças entre ambiente escolar e unidades de saúde (COSTA et al., 2018). As políticas de saúde sexual e reprodutiva devem considerar diferenças e especificidades regionais na atenção à saúde do adolescente (BORGES et al., 2016). Desenvolvimento de políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva específicas para os adolescentes que vivem em situação de rua figura como estratégia para protegê-las dos fatores de risco (NEIVA-SILVA et al., 2018). Necessidade de formulação de políticas públicas e de maior compromisso com a prática educativa nas escolas com relação à promoção da saúde sexual e reprodutiva e ampliação de ações voltadas para os adolescentes nas unidades de saúde (CAMPOS, SCHALL, NOGUEIRA, 2013).

Descentralização das ações de prevenção, controle e tratamento do HIV/aids para municípios menores, como modo de viabilizar a inclusão no sistema de saúde (PEREIRA et al., 2014). Incorporação da saúde sexual nas ações desenvolvidas na Atenção Básica (CAMPOS et al., 2018). Sensibilização de gestores, líderes e coordenadores de unidade para treinamento e capacitação da equipe multidisciplinar (TAQUETTE et al, 2017).

Inclusão do uso de jogos digitais como estratégia diferencial na abordagem da sexualidade e da saúde sexual dos adolescentes (MONTEIRO et al., 2018). Elaboração e execução de novas propostas para educação em saúde reprodutiva nas escolas e nos serviços de saúde (CHOFAKIAN et al, 2016). Necessidade de reflexões acerca da qualidade das informações ofertadas a tal população e de como entregar essas intervenções de maneira eficaz e adequada às necessidades dos jovens, tendo em vista as desigualdades de gênero, e incluindo os adolescentes mais jovens (FELISBINO-MENDES et al., 2018).

Pesquisas no ambiente escolar que possibilitem que os resultados sejam utilizados na indução de políticas públicas de promoção à saúde e prevenção para a população adolescente (SASAKI et al., 2015). Ampliação de estudos relativos aos fatores de risco e proteção associados à saúde sexual e reprodutiva, acrescentando-se determinantes sociais relacionados ao processo saúde-doença, que se correlacionam às questões da sexualidade e interferem no cuidado consigo e com o outro (CAMPOS, SCHALL, NOGUEIRA, 2013). Utilização de questionários anônimos e autopreenchidos tende a reduzir o viés de memória (FELISBINO-MENDES et al., 2018). Promoção de investigações amplas acerca dos determinantes individuais que impactam no conjunto de conhecimentos, atitudes e práticas preventivas (FONTES et al., 2017) e realização de estudos com populações maiores, de diferentes regiões do país, com o objetivo de identificar fatores que contribuem para a gravidez na adolescência (Albuquerque et al., 2017; SILVA et al., 2015). O uso de uma definição mais específica de

relação sexual em novos estudos (GONÇALVES et al., 2015).

Fomento ao relacionamento mais equânime entre os gêneros, com o intuito de garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, principalmente daquelas que se encontram em condições de maior vulnerabilidade, jovens, pobres e negras (GENZ et al., 2017; FERRARI et al., 2018). Desenvolvimento de uma política de atenção integral à saúde dos adolescentes homossexuais, uma vez que a sexualidade dos mesmos é diversa do padrão hegemônico da sociedade (TAQUETTE, RODRIGUES, BORYLOTTI, 2015). Inclusão de diálogos sobre o aborto induzido enquanto um evento legítimo relativo à saúde sexual e reprodutiva das adolescentes (FERRARI, PERES, 2020) e relativos à naturalização da prostituição, por tratar-se, não raro, de um abuso sexual não percebido como tal (TAQUETTE, RODRIGUES, BORYLOTTI., 2015).

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Relações entre as abordagens em educação sexual e as representações sobre adolescência

Em relação às diferenças relativas às abordagens em educação sexual nas escolas, os estudos indicaram que as escolas públicas apresentam maior frequência de escolares que já tiveram relação sexual com e sem preservativo, em comparação aos estudantes de escolas privadas. Os estudos analisados estimam, portanto, que adolescentes que estudam em escolas públicas possuem mais chances de iniciação sexual precoce, em comparação com adolescentes regulares de contextos de ensino particulares.

Todavia, compete destacar que, no que concerne ao termo “iniciação sexual precoce”, este aparece, muitas vezes, associado à idade biológica dos/as adolescentes e a vivência “do primeiro sexo” as variáveis preditivas para a iniciação sexual ser considerada precoce. Em um estudo de revisão de literatura empreendido por Moraes et al (2019), a idade considerada como precoce variou entre 13 e 18 anos nos estudos analisados, sendo a idade relativa aos 15 anos a mais utilizada. Para os autores, esse fenômeno pode ser interpretado como uma tentativa de considerar a influência das diferenças regionais, culturais e temporais de cada população para o que deve ser considerado precoce. No entanto, o que se percebe, é que o conceito de iniciação sexual precoce tem sido amplamente utilizado nos estudos, sem que as características socioculturais dos contextos de vida dos adolescentes sejam reconhecidas.

No que tange às representações sobre adolescência presentes nos estudos analisados,

evidencia-se o viés biológico, associado aos fatores hormonais e cronológicos da “fase da adolescência”. Desse modo, percebe-se que a maioria das investigações ressalta o ser adolescente a partir de uma conotação desenvolvimentista (embora tal abordagem seja relevante cientificamente, o que parece digno de nota, é que tal enquadre inviabiliza outras formas de conceber, olhar e compreender o ser/estar adolescente), determinando-se adolescência mediante determinações biológicas e cronológicas.

Nessa direção, Menandro, Trindade e Almeida (2003) salientam que, embora hajam avanços na compreensão dos direitos dos(as) adolescentes, bem como maior reconhecimento dessa população enquanto classe e grupo social, percebe-se, ainda, a vigência de uma concepção de adolescência enquanto período com características fixas, naturalmente constituinte do desenvolvimento humano, presente em produções dos meios de comunicação, na compreensão popularmente difundida e compartilhada do que seja a adolescência, e mesmo em algumas das proposições originárias de setores da Psicologia. Para as autoras, ao mesmo tempo que a heterogeneidade parece ser reconhecida, também se manifesta uma pressão para a homogeneização da experiência vivida por essas pessoas, tanto em decorrência do processo de internacionalização dos interesses econômicos, quanto do papel que a circulação de informações nos meios de comunicação de massa, no que concerne aos interesses comerciais em quase todas as sociedades com acesso às tecnologias da informação.

Diante disso, torna-se crucial colocar em evidência o(s) “lugar(es)” que os adolescentes estão ocupando nos discursos das ciências, no senso comum e nos espaços que frequentam em seu cotidiano, incluindo no que se refere à saúde sexual e reprodutiva e às intervenções e ações relacionadas à sexualidade dessas pessoas. Nesse sentido, sabemos que muitos desses estigmas remontam suas origens à apropriação de conceitos da psicologia, por parte da sociedade e, especialmente, por profissionais das áreas da saúde e da educação, com o intuito de “explicar” o que e como estão relacionados aos momentos de vida dos adolescentes. Assim, entendemos que a concepção vigente sobre a adolescência, além de estar fortemente ligada à uma visão desenvolvimentista, carregada de determinações biológicas e cronológicas, que originam diversos estereótipos, tais como momento de crise, indecisão, período de dificuldades, contribui para práticas não acolhedoras, repletas de determinismos acerca dos adolescentes, levando à desconsideração pelos saberes e práticas destes para com seu cotidiano, vivências e acerca de sua saúde.

Logo, no que diz respeito à sexualidade dos adolescentes, incluindo as questões de gênero, esta é compreendida como “menos importante”, sendo mais frequentes intervenções relacionadas ao viés médico biológico, tais como as ações desenvolvidas, por profissionais de

saúde e educação junto aos adolescentes, as quais enfatizam as infecções sexualmente transmissíveis, suas formas de prevenção e tratamento; a gravidez “precoce” (indesejada) e o uso correto de métodos contraceptivos, majoritariamente. Embora saibamos que tais ações também são importantes, o fato de estas ocorrerem, não raro, em formato de palestras e/ou sua ênfase residir na aplicação de instrumentos de coleta de dados, denota a pouca valorização dos desejos dos adolescentes, suas experiências e saberes. Desse modo, o enfoque biologicista dessas ações culmina na exclusão, na impossibilidade dos adolescentes exercer seu protagonismo, de compartilhar afetos e vivências no/com o grupo de pares, bem como pode inviabilizar os questionamentos e a superação das concepções hegemônicas relativas aos adolescentes e sua sexualidade.

Considerando as concepções preponderantes sobre os adolescentes, entendemos que os estereótipos e estigmas acerca da adolescência se fazem presentes desde que Stanley Hall a identificou como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade. Essa concepção foi reforçada por algumas abordagens psicanalíticas, que caracterizam a adolescência enquanto etapa de confusões, estresse e luto também causados pelos impulsos sexuais que emergem nessa fase do desenvolvimento (OZELLA, 2002). A concepção desenvolvimentista (embora saibamos se tratar de uma abordagem científica e comprovada, sem demérito), dotada de uma noção homogênea e instituída da adolescência apresenta como pioneiro o psicanalista Erik Erikson (1976), por meio do conceito de "moratória" (p.128), a partir do qual esse teórico passou a identificá-la como uma fase com confusão de papéis e dificuldades de estabelecer uma identidade própria, e como um período que passou a “ser quase um modo de vida entre a infância e a idade adulta” (ERIKSON, 1976, p. 128).

Ao postular a adolescência como a fase da vida entre a infância e a idade adulta que culmina com a constituição da identidade, o autor sustenta que a identidade é entendida como o resultado das relações entre as dimensões biológica e social que vão se amalgamando, mediante as vivências do indivíduo ao longo dos anos. Deste modo, os adolescentes, durante esse período (igualmente conhecido pelas transformações que ocorrem em seu corpo em decorrência da puberdade) vivenciam uma crise decorrente do processo de construção da identidade e projeção do futuro). A partir da expressão “crise de identidade”, o período da adolescência é associado a insistentes lutas psicológicas inerentes à formação da identidade. Tal concepção naturalizada e universal sofreu incremento, ao ser adotada pela psicologia,

incorporada pela cultura ocidental e assimilada pelas pessoas comuns, muitas vezes por meio dos meios de comunicação de massa (OZELLA, 2002).

Em relação à participação da orientação psicanalítica na instituição desta concepção naturalizada da adolescência, as teorizações de Aberastury (1980) e Aberastury e Knobel (1981) compõem um marco teórico e histórico, na América Latina e, particularmente, no Brasil, no que diz respeito às investigações acerca da adolescência na perspectiva psicanalítica. Para Aberastury (1980), a adolescência trata-se de “um momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento”, com destaque para as contradições, confusões e dores marcantes deste período (ABERASTURY, 1980, pp. 15-16), constituindo-se, ainda, no momento mais difícil da vida de uma pessoa. Knobel (1981), por sua vez, contribuiu enormemente à perspectiva psicanalítica acerca da adolescência, ao introduzir a “síndrome normal da adolescência”, na qual se enfatizam: a rebeldia, a instabilidade afetiva, a tendência grupal, as crises religiosas, as contradições, as crises de identidade (KNOBEL, 1981); partindo dos pressupostos de que “o adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas” e que o “adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos de pais, irmãos, amigos e de toda a sociedade” (KNOBEL, 1981, pp. 9-11).

Para Knobel (1981), a síndrome normal da adolescência é composta por 10 sinais, sendo eles a 1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associativas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que institui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo.

No entanto, muitos estudos e autores têm questionado a concepção naturalizada e universal da adolescência, bem como tentado desmistificar a noção de crise que atravessa muitas investigações e práticas desenvolvidas junto à adolescência (BARONCELLI, 2012; BERNI, ROSO; 2014; BOCK, 2007; CIAMPA, 1984). As investigações conduzidas por esses autores ressaltam a construção histórica da adolescência, elucidando o papel do impacto gerado pelo desenvolvimento científico sobre a prolongação da vida e o conseqüente aumento de adultos jovens em idade de trabalho nessa construção. Além disso, os autores mencionam o aumento do tempo de permanência nas escolas (motivado pela demanda de formação mais

sofisticada e "necessidade" de escolarização prolongada) como elementos da constituição moderna da adolescência, que auxiliaria, inclusive, a regular a alta taxa de desemprego dos estágios iniciais do desenvolvimento industrial.

Na esteira de estudos que buscam questionar as concepções e representações naturalizadas a respeito da adolescência, Becker (1989) propõe olharmos a adolescência como “a passagem de uma atitude de simples espectador para uma outra ativa, questionadora, que possibilita a revisão, a autocrítica e transformação” (BECKER, 1989, p.10). A adolescência concebida como transformação, toma da sociedade e da cultura, as formas para se expressar.

Em um estudo no escopo dos pressupostos ontológicos e epistemológicos da Psicologia Social Crítica e da Teoria das Representações Sociais, Berni e Roso (2014) buscaram (re)introduzir alguns elementos para construir uma concepção alternativa de adolescência/adolescente. A partir de uma experiência com seis adolescentes que viviam com HIV/aids em um hospital público do Sul do Brasil, as autoras discutem “o que está aí”, aquilo que já está dado acerca adolescência, tal como as proposições da psicologia do desenvolvimento e da psicanálise, que adentraram no universo consensual das pessoas, naturalizando as representações que permeiam a adolescência como uma fase de crise.

Berni e Roso (2014), ao trazerem uma alternativa à compreensão da adolescência, ressaltam que as concepções “naturalistas e universais sobre a adolescência podem ser facilmente capturadas por agentes sociais que não têm interesse em reconhecer o “adolescente” como um sujeito capaz de viver a “experiência de um grupo sujeito” (Berni; Roso, 2014, p. 132). Diante disso, a perspectiva assumida pelas autoras, é a de repensar a adolescência como uma fabricação social dotada de interpretações e significações produzidas em sociedade, entendendo a adolescência enquanto processo, ou enquanto devir, conceito que apresenta “a possibilidade de vir-a-ser, tornar-se, transformar-se, metamorfosear-se” (CIAMPA, 1984; BERNI, ROSO, 2014, p. 132).

Por sua vez, numa perspectiva semelhante, um estudo empreendido por Quiroga e Vitale (2013), com o propósito de problematizar a construção da identidade do adolescente por meio das representações sociais pertencentes ao momento sócio histórico em que ele se encontra. Os autores partem do entendimento de que a imagem social da adolescência (associada à crise, amplamente difundida pela tradição científica, carregada de fortes marcas da epistemologia ascendente da segunda metade do século XX) passou por um processo de transformação que viria a corroborar uma nova fonte de interpretação do fenômeno e consequente forma de representá-lo socialmente. Mediante a discussão, os autores buscam

demonstrar que o adolescente, ao invés de associar a sua representação social àquilo que se compreende como processo histórico (a do indivíduo sujeito à crise, ou do sujeito em busca da construção da identidade), atualmente, possa criar outras representações sociais, respaldando-se pelo percurso sociocultural mais recente; este que o legitima como grupo social, no qual possui representatividade simbólica sancionada pela mídia, pelo consumo, pelo cinema, pelo esporte, dentre outras produções culturais.

Diante disso, nossa compreensão é de que, no que se refere aos adolescentes, os fatores sociais são encarados de forma abstrata e genérica, tornando a influência do meio difusa e descaracterizada contextualmente, agindo apenas como um pano de fundo no processo de desenvolvimento já previsto no adolescente.

Escola Pública x Escola Privada – que “sujeitos” de pesquisa?

No que versa acerca das abordagens em saúde sexual, observa-se a presença de divergências evidentes entre instituições de ensino públicas e particulares, sobretudo quanto às atividades mais efetivas, tais como a realização de oficinas e abordagem conjunta de temas correlatos, distribuição de material educativo e participação de professores e profissionais de saúde. Em todas as atividades mencionadas, foram registradas maiores referências nas escolas públicas.

Entretanto, no que versa sobre tal ênfase dos estudos na esfera das escolas públicas, compete destacar que a incursão de pesquisadores em espaços privados encontra dificuldades. Afinal, os interesses financeiro e político podem falar mais alto diante de uma proposta de pesquisa sobre uma temática cercada de “tabus”. Ademais, há ciência de que as políticas públicas e ações relativas à educação sexual, mediante os Parâmetros Curriculares Nacionais⁸ (PCN), não são adotados, obrigatoriamente, em todos os estados brasileiros (BRASIL, 2000) sendo, portanto, não raro, negligenciados pelas instituições escolares, muitas vezes, em virtude das próprias dificuldades, pré-conceitos e moralidades dos educadores responsáveis por trabalhar o tema da educação sexual⁹, culminando num “recorte” curricular e escolha de temas que gostariam de trabalhar.

⁸ Conjunto de propostas educativas, publicadas pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1997, que visam trabalhar temas sociais de modo transversal nas disciplinas curriculares diversas. Entre os temas estão ética, saúde, meio-ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

⁹ O termo orientação sexual vem sendo utilizados por alguns teóricos, enquanto é alvo de críticas por parte de outros, devido à possibilidade de ser confundido com orientação sexual - direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico de cada pessoa. No presente estudo, adotou-se o conceito de educação sexual.

Nessa direção, Furlanetto et al. (2018) referem que, de modo geral, as atividades desenvolvidas em educação sexual nas escolas se caracterizam por intervenções temporárias, realizadas por profissionais que não pertencem ao quadro escolar. Essas atividades atingem apenas uma parte da população escolar, concentrando a maioria das ações no ensino fundamental. De modo similar, Russo e Arreguy (2015) salientam que os profissionais da escola não aprovam o trabalho da sexualidade em ambiente escolar.

Além disso, o fato de a maioria dos documentos e normativas referentes à SSR dos(as) adolescentes virem do Ministério da Saúde (Política de Atenção Integral à saúde de adolescentes e jovens - 2007; Programa Saúde na Escola - PSE - 2007; Caderneta de Saúde do Adolescente - 2009, entre outros) ocasiona, muitas vezes, ações de cunho preventivo, biologicista, como foco na anticoncepção e prevenção de IST/HIV e AIDS. Diante disso, evidencia-se que aos(às) adolescentes inseridos nesses locais, cabe uma posição de plateia, que negligencia seus saberes e experiências, culminando em intervenções com pouco ou nenhum protagonismo. Logo, temas como o respeito à diversidade sexual e de gênero, as inequidades de gênero, exercício das sexualidades sem julgamentos, entre outros, permanecem tabus, em virtude de valores morais, religiosos, quanto pela falta de informações e formação específica para o trabalho de educação sexual (PINHEIRO, SILVA, TOURINHO, 2017; VIEIRA, MATSUKURA, 2017); o que fere o pleno exercício dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR).

Ademais, o que tais dados também parecem indicar, é a existência de representações acerca da sexualidade da população adolescente como algo que não deve ser comentado, à medida que pode incentivar a prática de relação sexual e, de modo semelhante, no que tange às ações relacionadas à diversidade sexual, estas podem incitar vivências de relacionamentos homossexuais por parte dos(as) adolescentes. Tais representações podem estar relacionadas ao movimento conservador atual, ao expressivo aumento da bancada evangélica em postos políticos e pré-conceitos enraizados na sociedade em relação ao exercício da sexualidade.

Afinal, na consolidação de práticas conservadoras, em março de 2019, Bolsonaro, então Presidente da República, afirmou “que o Ministério da Saúde iria recolher e reformular a Caderneta de Saúde do Adolescente¹⁰, publicação que traz ilustrações sobre como usar

¹⁰ A Caderneta de Saúde do Adolescente (CSA) foi lançada em 2009 pelo Ministério da Saúde e reúne informações sobre sexual e reprodutiva, entre outras. Na pesquisa conduzida por Lima et al. (2019), observou-se a falta de capacitação, desinteresse e despreparo dos profissionais em promoverem ações utilizando o instrumento.

preservativos. [...] ele também sugeriu aos pais que cortassem essas páginas da publicação, [...]” (SCHREIBER, 2019, online). Em consonância com Bolsonaro, a chefe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves tem defendido que nas escolas brasileiras, os jovens (principalmente as meninas) devem ser orientados a não fazer sexo, ou seja, a ministra defende a abstinência sexual (DESIDERI, KADANUS, 2019, online).

Ações e discursos como estes serviram de alerta para a possível redução nos investimentos em políticas de educação sexual progressistas e pouco reconhecimento da função ocupada pela escola e educadores nas ações relativas à tal temática, diante da omissão e/ou dificuldades encontradas por muitos pais em tratar do assunto.

Os dados oriundos dos estudos também indicam que, em relação às fontes de informação, estas não diferem entre escolas privadas e públicas, sendo o grupo de pares o espaço onde as informações e o compartilhamento de conhecimento mediante diálogo ocorre, independente do ambiente público ou privado. No que se refere ao conhecimento sobre uso de métodos contraceptivos, o uso de contracepção de emergência não tem sido abordado satisfatoriamente nas escolas públicas, apresentando menores índices do que as instituições particulares de ensino. Identificou-se, também, inequidades de gênero relacionadas à iniciação e prática de relação sexual entre os adolescentes, bem como associações entre iniciação sexual precoce e escolas públicas. Ademais, as ações em educação sexual são mais dirigidas às adolescentes do que aos adolescentes, fato justificado pela presença de estigmas relacionados ao amadurecimento “precoce” das mesmas que, portanto, devem saber mais sobre sexualidade.

Essa realidade faz com que o abandono da escola por parte das adolescentes gestantes torne-se uma prática comum, frente à inexistência de um projeto institucional particular para a transversalização da educação sexual e a ausência de metodologias participativas no planejamento e elaboração das atividades de educação sexual. Logo, embora a educação formal e a instituição escolar figurem como fatores protetores relativos à evasão escolar, dados apontam que, em 2014, cerca de 1/3 das jovens brasileiras de 15 a 17 anos que abandonaram a escola já era mãe, e, daquelas que estudavam, apenas 2% tinham filho. Essa realidade não se faz presente apenas no Brasil, mas na América Latina, à medida que, no ano de 2016, as mulheres latinas representaram 2/3 das jovens de 15 a 17 anos que não estudavam nem trabalhavam, com a gravidez na adolescência sendo apontada como uns dos principais fatores de risco para o abandono escolar (IBGE, 2015; WORLD BANK, 2016).

Ademais, as ações em saúde sexual e reprodutiva direcionadas ao público adolescente, no contexto brasileiro, se orientam a partir da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e, principalmente, a Política Nacional dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos

(BRASIL, 2013). Mediante esse direcionamento, o que se observa, apesar dos avanços, é a presença de uma ênfase nos aspectos biológicos da reprodução, com foco na prevenção de IST, HIV/aids e "gravidez na adolescência"; iniciação sexual "precoce" e no uso correto de métodos contraceptivos (CAMPOS et al., 2017; PINHEIRO, SILVA, TOURINHO, 2017; VIEIRA, MATSUKURA, 2017), à medida que as orientações se originam na associação entre as práticas contraceptivas e a figura das mulheres, responsabilizadas, historicamente, pelo cuidado de si, da família e dos outros.

Essa responsabilização histórica das mulheres pela reprodução pode ser consequência das representações sociais de mulheres enquanto cuidadoras do lar, dos filhos, do marido, acolhedoras, orientadoras, fonte de suporte emocional, conciliadora. Assim, as mulheres necessitam ser verdadeiras "heroínas" para cumprir todas as tarefas atribuídas à ela. Esse fato parece indicar um dos caminhos possíveis na busca por compreensão dos "porquês" da existência de ênfase, no que versa acerca das ações, orientações e intervenções em educação sexual, serem voltadas, quase que exclusivamente, para a prevenção da gravidez (pouco se dialoga acerca dos adolescentes meninos nesses momentos). Tais discursos se ancoram nas condições histórico-sociais atuais, materializando-se por meio de condutas que negligenciam as adolescentes gestantes. Afinal, "engravida quem quer", "porque não se preveniram", sem considerar a gravidez como resultado do exercício da sexualidade, cuja responsabilidade deveria também ser associada ao adolescente menino.

Outro modo de olhar para esse fenômeno, diz respeito à atribuição da concepção de uma "adolescência normal", ao invés de "devir", de processo que não é estático e nem similar para todos. Diante dessas concepções naturalizantes e homogêneas sobre adolescência, a gravidez constitui um "atraso", "um desperdício da juventude", "um ponto final numa trajetória pensada como "natural" para as adolescentes meninas". Essas representações acabam por deslegitimar as vivências dessa população, relegando-as ao plano da irresponsabilidade, negando-as como expressão de direitos, autonomia e exercício da sexualidade.

Iniquidades de gênero e homofobia

Revelou-se a nítida presença de iniquidades de gênero, manifestadas no comportamento sexual e na iniciação sexual, divergentes entre as e os adolescentes. Dessa forma, permanecem padrões patriarcais esperados no que tange ao exercício da sexualidade entre homens e mulheres. Enquanto espera-se que o adolescente menino inicie a vida sexual mais cedo e com

quantas parceiras possível, a adolescente é colocada numa posição de castidade (permanecer “virgem”), espera e fidelidade.

Tais representações parecem resistir ao tempo, à medida que, ainda hoje, apesar da crítica e dos movimentos feministas, tendências próximas às verificadas no final do século XIX e início do século XX, por meio das quais as mulheres são analisadas, observadas, em relação à sua vida sexual, enquanto os homens são julgados de acordo com a sua disposição para o trabalho (COULOURIS, 2010). Por sua vez, a antropóloga social Silvana de Souza Nascimento (2016) considera ser necessário refletirmos acerca da representação das mulheres como “pecadoras”, desde os tempos da figura de Eva. Para a autora, a associação das mulheres à perversão e ao vício (naturalmente incitadoras da luxúria) de um lado, e à sujeição aos homens (“mais fracos às tentações da carne”), de outro, constitui um dos elementos que, inclusive, levam à legitimação da prática do estupro.

Observou-se que a educação sexual nas escolas, majoritariamente, encontra-se atrelada à realização de palestras sobre uso correto de métodos contraceptivos, prevenção de IST/HIV/aids e de gravidez na adolescência, considerada precoce e inadequada. A ênfase das ações de educação e orientação sexual acaba recaindo sobre as adolescentes meninas, à medida que continuam à mercê de estigmas como “amadurecimento precoce” e “responsáveis pela gravidez” (associação com menstruação e padrões de gênero sobre o papel da mulher na sociedade). Diante disso, apresenta-se, para além de ações focais e específicas para alguns temas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, a falta de intersetorialidade (profissionais de saúde, assistência, família, comunidade) e a nítida presença de perpetuação de iniquidades de gênero na abordagem da sexualidade realizada pelas instituições escolares.

Identificou-se, também, iniquidades de gênero relacionadas à iniciação e prática de relação sexual entre os adolescentes, bem como associações entre iniciação sexual precoce e escolas públicas, situações de violência (sobretudo sexual, no caso das adolescentes meninas), uso de drogas, tabagismo e condição socioeconômica mais baixa. Desse modo, a relação sexual é resultante da interação entre fatores individuais, condições de vida, questões familiares e exposição a fatores de risco.

Essas iniquidades também se fazem presentes no planejamento familiar e reprodução, bem como nas temáticas de gênero e contracepção, à medida que as adolescentes parecem ser mais envolvidas, tanto nas ações de educação e orientação sexual, quanto na responsabilidade pela contracepção e planejamento familiar. Ademais, essas iniquidades mostram-se presentes nos relacionamentos homoafetivos, uma vez que a sociedade dita ideais de masculinidades e feminilidades, originando relações homoafetivas permeadas por passividade (feminino) e

atividade (masculino) e vivências de abuso e violências, muitas vezes não percebidas como tal.

Os estudos também informam a presença de viés nas práticas de educação sexual realizadas na escola, ao enfatizarem maior participação das adolescentes meninas e pouco incentivo aos adolescentes para estarem presentes nessas atividades. Essa “flexibilização” da participação dos adolescentes meninos parece indicar um padrão comum em nossa sociedade, a de que a mulher é mais frágil e, portanto, mais responsável pela saúde dela e da família. Enquanto isso, os homens (os adolescentes meninos, nesse caso), por estarem inseridos e atuantes numa sociedade em que a construção das masculinidades (e também das feminilidades) se sustenta no machismo e na cultura patriarcal, podem ser mais “relapsos” em relação às suas responsabilidades por sua saúde e dos demais; culminando em condutas negligentes para com suas parceiras, principalmente no cuidado para com os filhos.

Nessa direção, compreendemos que às adolescentes recai a responsabilidade quase exclusiva pela contracepção, em detrimento das poucas ações envolvendo a paternidade responsável entre os adolescentes meninos. Essa iniquidade de gênero fica explícita, ainda, no que dizem diversos estudos, quando referem as poucas menções ao pai/padrasto como fonte de informação (mães como fontes de informação mais citadas, em comparação), a exclusão escolar das adolescentes em virtude da gestação, enquanto os adolescentes podem manter os estudos.

Em relação ao uso da expressão “gênero”, embora em alguns autores efetuem críticas ao modelo binário, há predominância de um enquadre teórico/epistemológico baseado no binarismo de gênero (sexo feminino e sexo masculino) na maior parte dos estudos avaliados. Em grande parte dos artigos, o entendimento relativo à categoria gênero encontra-se vinculada ao sexo, dividindo as relações entre homens e mulheres em dois eixos distintos e desconectados, masculino = homem e feminino = mulher. Assim, desconsidera-se que, para além dos elementos biofisiológicos, as dimensões socioculturais, estruturais, institucionais e subjetivas fabricam múltiplos modos de expressão de gênero (SANTOS, 2018).

Tal binarismo culmina em modos de ver e representar masculinidades e feminilidades e contribui para a manutenção da heteronormatividade compulsória, sustentada e operada por meio de representações sociais de gênero como categoria biológica relativa ao sexo feminino e masculino, enquanto “naturais, estáveis e opostos”, levando ao incremento significativo dos índices de tentativas de suicídio e de suicídios consumados entre adolescentes, com destaque para as mulheres, as quais seriam “mais suscetíveis” devido a traços de personalidade (SARAIVA, DOS SANTOS, PEREIRA, 2020; SCHLICHTING, MORAES, 2018). Diante disso, entende-se a relevância de ampliar as possibilidades de compreender a categoria gênero,

para além do sexo=gênero e da heterossexualidade hegemônica e compulsória; até o uso deturpado e corriqueiro do termo “ideologia de gênero”, utilizado nos discursos conservadores no cenário político atual brasileiro (REIS, EGGERT, 2017, p.20).

No que versa acerca da temática do estupro, evidenciou-se quantitativo substancial de estupros cometidos contra adolescentes de até 13 anos, sendo que as notificações que chegam aos serviços são apenas as de maior gravidade, havendo uma significativa subnotificação de casos. Considera-se, também, que a existência de condições socioeconômicas e desigualdades sociais historicamente conhecidas, contribuem para a maior vulnerabilidade dessas meninas. Em relação ao exercício da sexualidade, encontrou-se associação entre desigualdades sociais e fatores de risco para a iniciação sexual, tais como ausência dos pais e despreparo destes em dialogar acerca do comportamento sexual, vivência nas ruas, ter mãe analfabeta, uso de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas), idade da mãe e ser do sexo masculino e ser negro.

Saúde sexual e reprodutiva dos(as) adolescentes: quem quer falar sobre isso?

Em relação à saúde sexual e reprodutiva, verificou-se que tal temática se encontra, ainda, muito vinculada à esfera de prevenção à gravidez precoce, ao uso de preservativos e uso correto dos métodos contraceptivos, principalmente do preservativo masculino, como estratégia de prevenção de IST//HIV/aids. A prevalência de gravidez de repetição encontra-se associada a fatores como baixa escolaridade, cor da pele não branca, idade da mãe, bem como predominância entre a população menos favorecida financeiramente. No entanto, a gravidez entre adolescentes permanece sendo nomeada como “precoce”, “indesejada”, “problema a ser combatido”. Diante disso, negligencia-se a experiência da gravidez como algo genuíno relacionado à dimensão do desejo ou do exercício da sexualidade.

Revelou-se, ainda, diálogo reduzido com a família e não revelação da gravidez. No que se refere aos serviços de saúde e ao atendimento prestados às adolescentes que vivenciaram o aborto, ressaltou-se a carência de intersetorialidade e presença de julgamentos morais, éticos e religiosos por parte dos profissionais e equipes de saúde, fato que contribui para a perpetuação da prática clandestina e do pouco acesso dessa população ao SUS. Verificou-se também a maior vulnerabilidade de jovens indígenas e adolescentes meninas e adolescentes solteiros ao HIV, às IST e à aids. Contudo, esse fato pode estar relacionado, respectivamente, ao fator socioeconômico, ao maior atendimento de mulheres pelos serviços de saúde e ao exercício da sexualidade de forma mais livre. Em relação aos fatores protetores, ter os pais e os profissionais

de saúde como principal fonte de educação sexual e ter o professor(a) como principal pessoa de referência contribuem significativamente na redução de vulnerabilidade.

No que tange às fontes de informação e à tomada de conhecimento, afere-se que a via preferencial de consulta sobre (contra)concepção entre as adolescentes é a internet, enquanto o colégio e a família não são citados como alternativa para obtenção de informações. Identificou-se também a presença de iniquidades de gênero, sendo a mãe a principal fonte de amparo quando os adolescentes precisam conversar, enquanto isso, o pai aparece atrás de amigos, parceiros e irmãos. Essa iniquidade de gênero fica explícita, ainda, no que dizem diversos estudos, quando referem as poucas menções ao pai/padrasto como fonte de informação.

Evidencia-se, nesse viés, a contracepção como responsabilidade das mulheres, no que concerne às mães (fontes de informação mais citadas). De modo similar, em relação à contracepção, a reduzida menção de diálogo com parceiras e figura paterna, também parece indicar que às mulheres, as adolescentes nesse caso, figuram como responsáveis pelas práticas contraceptivas. Nessa perspectiva, Cabral (2017) refere que o cenário cultural de maior responsabilização das mulheres pela contracepção e a correlata minimização da participação dos homens evidencia as assimetrias de gênero na esfera da reprodução. No entendimento da autora, a literatura sobre contracepção igualmente se caracteriza por um enfoque quase exclusivo sobre as mulheres, como se gravidez e contracepção não implicassem também a participação dos homens.

Lacunas nas pesquisas: uma questão de classe/raça?

No que tange aos locais de pesquisa, a maioria dos estudos foi realizada na rede pública de ensino, abrindo margem para aferições que não podem ser tomadas como universais, posto que as instituições particulares constituem cenário adotado por poucas investigações. Portanto, embora os estudos tratem de questões relevantes dentre daquilo a que se propõem, o fato de as escolas públicas constituírem o mote de investigação da maior parte dos estudos e, em decorrência, os adolescentes oriundos de extratos econômicos mais baixos, parece apontar para as dificuldades (sejam elas políticas, de cunho religioso, econômicas, jurídicas afins) das escolas particulares e dos pais dos alunos a aceitarem participar desses estudos.

Salienta-se, também, que a aplicação de instrumentos de pesquisa, em grande parte questionários e inventários, bem como as ações em educação sexual realizadas nas escolas (palestras com profissionais da área da saúde, majoritariamente), não parecem abrir

possibilidades para a superação das concepções universalizantes acerca dos adolescentes, à medida que trazem em seu arcabouço representações e modos de olhar cristalizados, que engessam e enquadram práticas e saberes.

Destaca-se, ainda, que as pesquisas empreendidas sobre adolescência, em sua maioria, são realizadas junto à adolescentes de classe média/alta urbana, homem-branco-burguês-racional-ocidental, oriundo em geral da Europa ou dos Estados Unidos, em detrimento das outras classes sociais, etnias, ou a outros contextos, tal como o rural. A partir desses estudos, os demais grupos apenas recebem o que já está dado, apenas para a aplicação dos conceitos já construídos, posto que a adolescência, ao ser tomada como universal e naturalizada, não comporta a necessidade de buscar outros grupos para completar os estudos (BOCK, 2007; OZELLA, 2002; SANTOS, 1996).

Contudo, deve-se atentar para o fato de que a pouca ou nenhuma menção de estudos que se detenham sobre as categorias de classe e raça, bem como das especificidades da saúde sexual e reprodutiva da população negra pode indicar, também, a negligência histórica para com os direitos dessas pessoas, sobretudo no que diz respeito ao racismo nas práticas em saúde e em outros contextos, entre eles a escola.

Nesse viés, Sacramento e Nascimento (2011), em um de abordagem multi metodológica apoiado na Teoria das Representações Sociais, com o objetivo de apreender as representações que o quesito cor tem para usuárias e profissionais de serviços públicos de saúde, argumentam que Cor/raça e etnia são categorias ainda pouco valorizadas nas práticas dos serviços de saúde e nas análises da produção científica sobre a saúde no Brasil. Na compreensão dos autores, dentre outras categorias, cor/etnia, gênero, processo saúde-doença, educação, nível socioeconômico, possuem uma inter-relação e manifestam-se na vida dos grupos populacionais e indivíduos em graus e modos diversos. Em decorrência disso, reiteram a relevância da incorporação de tais categorias como dimensões de análise em diversos estudos, incluindo os processos de morbidade e mortalidade e das desigualdades sociais.

APRESENTAÇÃO DA REVISÃO/SÍNTESE DO CONHECIMENTO

Considerando o objetivo de esclarecer acerca das principais temáticas abordadas por estudos no contexto brasileiro, entende-se que a maioria das investigações não dialoga complexamente acerca dos aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. Ademais, as relações envolvidas na saúde sexual e reprodutiva dessa população são desconsideradas, à medida que é compreendida, majoritariamente, como a prática de

intervenções de cunho preventivo, prevenção de iniciação precoce, uso correto de métodos contraceptivos, gravidez precoce/gravidez na adolescência, tratamento e prevenção de IST/HIV/aids.

No entanto, torna-se importante ressaltar que tais enfoques biologicistas se originam, muito em parte, em representações de adolescência enquanto fase natural do desenvolvimento humano, crise de identidade e etapa da vida em que as características fisiológicas e corporais tendem a ser valorizadas, havendo uma preocupação especial quanto à reprodução, uma vez que, agora, os/as adolescentes são capazes de gerar um(a) filho(a).

Nessa perspectiva, evidenciou-se, ainda, que os diálogos e intervenções em saúde sexual e reprodutiva, para além de serem norteadas por normativas oriundas do Ministério da Saúde, revelam a ênfase das ações em educação sexual sobre a temática da gravidez, enquanto “precoce” e “indesejada”, prevenção de IST/HIV/aids, revelando o caráter biomédico de tais momentos. Todavia, a presença de iniquidades de gênero e homofobia foi evidenciada pelos estudos relativos à saúde sexual e reprodutiva dos(as) adolescentes. Tais iniquidades se fazem presentes frente à denominada “gravidez na adolescência”. Apesar de a quantidade de estudos relativos à temática ser significativa em comparação com estudos realizados acerca das demais temáticas, destaca-se a necessidade de discutir as representações que circundam sobre a chamada “gravidez precoce”, “gravidez indesejada” e/ou “gravidez na adolescência”, posto que grande parte dos estudos e ações realizadas nas escolas reside sobre essa temática

Além disso, em relação à gravidez, as ações majoritariamente, são realizadas junto às adolescentes meninas, principalmente sobre uso de métodos contraceptivos e prevenção da “gravidez na adolescência”. Tais dados permitem a associação histórica das mulheres como figuras responsáveis pelo cuidado do lar, da família, do marido e dos outros; funções a elas atribuídas, ao longo do decurso histórico, em decorrência da vinculação à imagem da Virgem Maria, casta, acolhedora, assexuada, responsável e servil.

Acerca da prática de aborto, identificou-se fatores de risco como vulnerabilidades (sociais, financeira, entre outras) e experiência de gravidez anterior. A decisão pela prática do aborto clandestino e apresenta-se vinculada à influência do parceiro (sobretudo de companheiros mais velhos), enquanto figura responsável pela obtenção da medicação utilizada pelas adolescentes. Identificou-se, também, redução do amplo sentido da educação sexual ao enquadre específico de palestras realizadas pelos professores e/ou profissionais convidados pela escola.

O desenvolvimento de ações em saúde sexual ainda enfrenta obstáculos, como o despreparo de muitos professores para abordar e esclarecer dúvidas sobre o tema, enquanto outros ainda esperam que esse papel seja realizado pelos pais dos adolescentes. Entretanto, enquanto isso, outros pais e até mesmo professores se mostram contrários à educação sexual nas escolas, temendo que o aumento do conhecimento dos alunos incentive a experimentação e promiscuidade. Nesse sentido, em relação à educação sexual, para além da ênfase biologicista e preventiva, destaca-se as dificuldades, os pré-conceitos, o desconhecimento e a falta de capacitação na formação dos professores para trabalharem tais temáticas no âmbito escolar.

Entretanto, destaca-se que, entre outros motivos, a presença de pré-conceitos, “ismos” e fobias encontra ressonâncias à nível social, uma vez que o avanço do movimento conservador, materializado na expansão da bancada evangélica e ocupação de cargos públicos por políticos de extrema direita, tem unido diversos setores, na “defesa da família” burguesa nuclear tradicional e “proteção das crianças e adolescentes” contra a chamada “ideologia de gênero” que os incitaria a prática de relação sexual mediante as ações que versam sobre diversidade sexual, saúde sexual e reprodutiva e educação sexual nas instituições escolares.

No que tange às diferenças entre as abordagens em educação sexual empreendidas em instituições escolares públicas e privadas, os resultados indicam que a maioria das pesquisas efetuadas junto aos(às) adolescentes, são realizadas junto às escolas públicas. Isso pode indicar que há uma abertura maior nos espaços públicos, em detrimento dos particulares, nos quais as incursões são menos bem-sucedidas, possivelmente devido a interesses financeiros, políticos e religiosos. Também pode ser um agravante do fato de que não há obrigatoriedade das escolas adotarem as orientações sobre educação sexual (orientação sexual) presentes no PCN. No entanto, tais estudos se ocupam de concepções de adolescência oriundos de estudos internacionais realizados com adolescentes de classe média/alta urbana, homem-branco-burguês-racional-ocidental, em geral da Europa ou dos Estados Unidos, em detrimento das outras classes sociais, etnias, ou a outros contextos, tais como o meio rural.

Apesar dos avanços nas intervenções em termos de saúde sexual e reprodutiva e educação sexual, no que concerne à raça e classe, infere-se a carência de estudos que possam se debruçar sobre as práticas de cuidado realizadas junto à população negra, bem como sobre as relações existentes entre práticas reprodutivas e contraceptivas e classe social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo de identificar a presença de iniquidades de gênero na abordagem da sexualidade dos adolescentes e nas ações desenvolvidas nas escolas e questão “como a educação sexual, bem como as ações correspondentes vêm sendo abordadas no âmbito das instituições escolares?”, elucidou-se que a maioria das investigações não dialoga complexamente acerca dos aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.

Ademais, as relações envolvidas na saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes são desconsideradas, posto que é compreendida, majoritariamente, como a prática de intervenções de cunho preventivo, prevenção de iniciação precoce, uso correto de métodos contraceptivos, gravidez precoce/gravidez na adolescência, tratamento e prevenção de IST/HIV/aids.

No que tange às instituições escolares públicas e privadas, evidenciou-se que a maioria das pesquisas efetuadas quanto à temática da SSR dos(as) adolescentes, são realizadas junto às escolas públicas. Isso pode indicar que há uma abertura maior nos espaços públicos, em detrimento dos particulares, nos quais as incursões são menos bem-sucedidas, possivelmente devido a interesses financeiros, políticos e religiosos.

Por outro lado, no que se refere às diferenças de abordagens em educação sexual entre instituições públicas e privadas, observa-se que as escolas públicas apresentam maior frequência de escolares que já tiveram relação sexual com e sem preservativo, em comparação aos estudantes de escolas privadas. Os estudos analisados estimam, portanto, que adolescentes que estudam em escolas públicas têm maiores chances de “iniciação sexual precoce”. Esses dados revelam a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre a associação entre classe social e iniciação sexual, embora tais investigações possam se debruçar mais significativamente sobre as instituições particulares de ensino.

Em relação às fontes de informação, identificou-se a presença de iniquidades de gênero, sendo a mãe a principal fonte de amparo quando os adolescentes precisam conversar acerca de problemas pessoais, enquanto o pai aparece atrás de amigos, parceiros e irmãos. A internet aparece como uma das fontes de informação mais utilizadas pelo grupo adolescente sobre (contra)concepção. Nesse sentido, verificou-se a presença de iniquidades de gênero, explícita, ainda, no que dizem diversos estudos, quando referem as poucas menções ao pai/padrasto como fonte de informação.

Além disso, evidenciou-se que essas iniquidades figuram também em relação à temática gravidez, cujas ações, majoritariamente, são realizadas junto às adolescentes meninas, enfatizando-se o uso de métodos contraceptivos e a gravidez “indesejada”. Tais dados permitem

a associação histórica das mulheres como figuras responsáveis pelo cuidado do lar, da família, do marido e dos outros; funções a elas atribuídas, ao longo do decurso histórico, em decorrência da vinculação à imagem da Virgem Maria, mulher acolhedora, responsável e servil. A reduzida menção de diálogo com parceiros e figura paterna, também parece indicar que as mulheres, as adolescentes nesse caso, figuram como responsáveis pelas práticas contraceptivas.

Em relação às categorias de raça e classe, ressalta-se a necessidade de inclusão das variáveis culturais religião e religiosidade em estudos de âmbito demográfico, à medida que interferem no comportamento sexual relacionado à iniciação sexual, buscando-se identificar a presença de outras possíveis relações. Novas investigações no escopo da saúde sexual e reprodutiva da população negra, possibilitando a identificação dos entraves existentes ao acesso aos serviços de saúde e representações que norteiam as relações de cuidado construídas com profissionais de saúde. De modo semelhante, sugere-se a realização de estudos na esfera das instituições da rede particular de ensino, à medida que constitui-se um contexto explorado insuficientemente.

Enquanto limitações deste estudo, situam-se a não inclusão de artigos de origem internacional, dados oriundos de teses de doutorado, número reduzido de base de dados consultadas e curto período de tempo analisado (últimos dez anos), ressaltando-se a necessidade de revisões mais amplas acerca da temática da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.

No que tange às sugestões para futuras intervenções e pesquisas, sugere-se o estabelecimento de estratégias de prevenção e orientação sobre saúde sexual e reprodutiva, formação continuada aos profissionais de saúde, inclusão dos adolescentes em ações acerca da paternidade responsável e desenvolvimento de ações voltadas à saúde sexual e reprodutiva nas escolas, desenvolvimento de políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva específicas para os adolescentes que vivem em situação de rua e para adolescentes homossexuais. Além disso, sugere-se a incorporação da saúde sexual nas ações desenvolvidas na Atenção Básica, inclusão do uso de jogos digitais como estratégia diferencial na abordagem da sexualidade e da saúde sexual dos adolescentes, garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres jovens, pobres e negras e promover investigações mais amplas e com populações mais significativas, de diferentes regiões do país.

6 ESTUDO 2 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: ADOLESCER NO CONTEXTO RURAL

INTRODUÇÃO

As tecnologias da Informação e Comunicação¹¹ (TIC) desencadearam mudanças profundas nas sociedades a partir do fim do século XX, tanto nas formas de socialização e comunicação quanto nas esferas de trabalho e de entretenimento. Nesse viés, as TIC têm oportunizado a apropriação de novos saberes e linguagens, modificando a cultura local, evidenciando o papel potencial e a visibilidade que ocupam, ao colocarem em xeque o caráter universal da cultura e o processo de construção identitária.

Haja vista que o advento das TIC têm intensificado os processos subjetivos e de construção de identidades, proporcionando novas formas de identificação (MARTÍN-BARBERO, REY, 2004), entende-se que a tecnologia vem sendo incorporada pelas pessoas, produzindo uma revolução das tecnicidades, que dizem respeito especialmente ao papel dos meios de comunicação como renovadores dos níveis de percepção das pessoas.

No que tange ao conceito de identidade, entende-se que as identidades são múltiplas e postas em conflito constantemente, sucumbindo umas, momentaneamente e, ao mesmo tempo, prevalecendo outras, em combate contínuo com outras na formação de si mesmas, em um contexto histórico específico, em estreita relação com a conjuntura cultural, política, econômica, aparatos de poder e afins (HALL, 2006; CASTELLS, 1999). Esta compreensão de identidade pautada no contexto histórico auxilia a desconstruir a ideia de identidade biológica, essencialista, enquadre que se relaciona a um modelo alicerçado na perfeição genética, que seria a do homem caucasiano.

A partir de uma abordagem construtivista de tecnologia, e não determinista, entende-se tecnologia como algo que busca “revestir de elementos sociais e culturais os processos de desenvolvimento tecnológico e os dispositivos culturais que subjazem à sua produção e consumo, assim como também identificar os mecanismos pelos quais a tecnologia configura uma cultura e formas de proceder e atuar socialmente” (QUIROZ, VÉLEZ, 2014, p. 130). Mediante tal entendimento, os atores sociais constituem parte ativa e imprescindível ao darem sentido a tais aparatos, que não existem sem a participação de um processo sociocultural.

¹¹ As TICs constituem as iniciais de Tecnologias de Informação e Comunicação, referente à pluralidade de tecnologias (equipamentos e funções) que permitem criar, capturar, interpretar, armazenar, receber e transmitir informações (ANDERSON, 2010). Neste trabalho o termo TIC refere-se aos smartphones, computadores, notebooks, tablets e similares, com acesso à Internet.

Considerando o advento das TIC no cenário contemporâneo, os modos de uso das TIC, permeados pelo advento da globalização, podem estar afetando a construção de identidades no adolescer. Enquanto fabricação social que sofre inferências e se constitui a partir do decurso histórico, entende-se adolescência como construção dotada de interpretações e significações produzidas em sociedade. Desse modo, o(a) adolescente é um ser social e histórico, que sofre as influências da cultura, mas, igualmente, se constitui a partir dela, sendo a adolescência um processo de “devir”, vir-a-ser, tornar-se, metamorfosear-se (CIAMPA, 1984; BERNI; ROSO, 2014), no qual as tecnologias podem exercer efeitos.

Em relação às apropriações das TIC no contexto rural¹², pesquisas têm indicado que, no Brasil, houve um aumento no percentual de domicílios brasileiros que possuem equipamentos de TIC na última década, com destaque para o expressivo aumento da presença do telefone celular nos domicílios da zona rural entre 2009 e 2014, de 58% para 82%. De modo similar, constatou-se significativo incremento em termos de computador portátil, de 2% para 13% (CETIC.BR, 2014, 2009; PNAD, 2014).

Já no ano de 2018, evidenciou-se que o crescimento mais acelerado da utilização da internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana. De 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizada passou de 80,2% para 83,8%, em área urbana, e aumentou de 41,0% para 49,2%, em área rural (PNAD TIC, 2018). Todavia, apesar dos avanços tecnológicos, o acesso às TIC neste meio é dificultado pelas condições socioestruturais e características próprias deste espaço. Além disso, enquanto tema de pesquisa, as especificidades, apropriações¹³ e modos de uso das TIC nesse contexto têm sido abordados de forma escassa (FELIPPI, ESCOSTEGUY, 2017).

No que se refere às apropriações das TIC por adolescentes que vivem em meio rural, a a TIC Kids Online (2018) salienta haver diferenças nas proporções de uso da rede de internet (frequência do uso, principalmente) entre a população adolescente oriunda de diferentes perfis sociodemográficos, sendo mais frequente entre as crianças e adolescentes de áreas urbanas

¹² Há um equívoco muito grande quando se imagina que o espaço rural está reduzido à dimensão agropastoril. O rural aqui referido trata-se de um espaço maior, cuja vitalidade as estatísticas oficiais não conseguem revelar. Nesse sentido, o rural não se refere a um mundo isolado, e sim a um lugar de vida, no qual se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e de onde se vê e se vivencia o mundo (VEIGA, 2002; WANDERLEY, 2013).

¹³ Usos das TIC referem-se à utilização dessas tecnologias, tais como o celular, o computador, a internet na vida cotidiana para comunicação e troca de informações, enquanto apropriações dizem respeito ao maior domínio dessas tecnologias, ou seja, sua utilização para além da troca de informação (FELIPPI, DEPONTI, DORNELLES, 2015, p. 10).

(77%) e de classes AB (87%) do que entre os residentes na área rural (63%) e os pertencentes às classes DE (64%).

Embora esses dados indiquem a existência de TIC nos domicílios localizados em contexto rural, o que mais interessa ao presente estudo é identificar analisar os impactos das TIC no processo de construção identitária de adolescentes que vivem no contexto rural e, em específico, os modos de uso e apropriação dessas tecnologias, bem como os sentidos e saberes atribuídos à elas por adolescentes que vivem em um município de pequeno porte localizado na zona rural.

Para alcançar tais objetivos, elenca-se a questão norteadora que movimenta essa escrita: “*De que modos as TIC participam da construção identitária de adolescentes que vivem no contexto rural?*”. Com o intuito de responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos do estudo, empreendemos uma aproximação entre Estudos Culturais (EC) e Teoria das Representações Sociais (TRS), no que diz respeito ao conceito de identidade.

MÉTODO

A investigação é de natureza qualitativa do tipo descritiva, cujo enfoque responde a questões muito particulares, à medida que ela se preocupa “com um nível de realidade que não pode ser quantificado, posto que ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1995, p. 21, 22). Tal delineamento nos parece pertinente de aplicabilidade ao estudo, à medida que visa compreender os saberes e sentidos atribuídos às TIC por adolescentes que vivem em um município rural e como estas impactam a constituição identitária dos mesmos.

O cenário da pesquisa

O município de Lagoa Bonita do Sul/RS; Brasil está localizado a 230, 4 km da capital gaúcha, Porto Alegre/RS, tratando-se de um município de pequeno porte situado na região centro-serra do estado, contando com uma população de 2.662 habitantes (IBGE, 2010).

A escola Estadual de Ensino Médio José Luchese encontra-se situada na área urbana atendendo cerca de 250 escolares de todas as localidades do município, divididos entre séries iniciais, anos finais e ensino médio (50 estudantes, aproximadamente).

Participantes

A pesquisa foi desenvolvida com adolescentes escolares do 2º ano do ensino médio de uma escola estadual localizada no município rural de Lagoa Bonita do Sul/RS. Participaram da pesquisa 04 adolescentes (01 adolescente menino e 03 adolescentes meninas), com idades entre 17 e 18 anos.

NOME (FICTÍCIO)	IDADE	SEXO (ATRIBUÍDO)
Marcela	18	Feminino
Bento	18	Masculino
Helena	17	Feminino
Joana	17	Feminino

Coleta de dados (construção das informações)

Para a construção das informações, recorreu-se à utilização de entrevistas semiestruturadas, que consistem em um instrumento que visa à delimitação de tópicos essenciais que contemplem as informações buscadas pela pesquisa, servindo como um guia da entrevista com itens indispensáveis para a investigação e que possibilite a abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação (MINAYO, 2010). O roteiro das entrevistas foi dividido em três sessões: características sociodemográficas, concepções sobre o meio rural e sentidos e saberes acerca das TIC (apropriações). Os colaboradores do estudo foram quatro adolescentes do 3º ano do Ensino Médio de uma instituição pública estadual.

Procedimentos éticos

O estudo vincula-se ao projeto guarda-chuva “Políticas de Reprodução no Cíbermundo: Investigações em Tecnologias (Contra)Ceptivas, (In)fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades, aprovado pelo comitê de ética (CAAE:20532119.4.0000.5346). O objetivo geral do projeto guarda-chuva é refletir sobre como as Políticas de Reprodução estão entrelaçadas com uma rede de representações sociais, particularmente representações sociais de masculinidades e feminilidades, e explorar o que esses entrelaçamentos produzem. em termos de impacto nas relações de gênero, identidades sociais, saúde e direitos. Ademais,

constituindo parte de uma dissertação de mestrado, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob o CAAE 37234120.3.0000.534.

A primeira etapa do estudo ocorreu mediante contato e submissão do projeto de pesquisa à 6ª Coordenadoria Regional de Educação (6ª CRE), localizada em Santa Cruz do Sul/RS. Após o aceite da 6ª CRE, foi realizado contato com a instituição escolar, a fim de que fosse obtida a autorização institucional. Posteriormente, após aceite da instituição, a proposta foi apresentada ao colegiado (órgão escolar que envolve a participação representativa de pais/responsáveis, discentes, docentes e direção), sendo a proposta aprovada para apresentação aos alunos.

Depois da obtenção das autorizações, a segunda etapa da pesquisa foi realizada mediante apresentação da proposta aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio, por meio de vídeo, em virtude da suspensão das aulas, ocorrida no mês de Março de 2020 e do contexto de pandemia vivenciado. Aos interessados(as) em participar do estudo, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento, para que fosse alcançada a anuência dos pais/responsáveis.

A terceira etapa da pesquisa ocorreu no mês de Dezembro de 2020, quando da realização das entrevistas, via Google Meet. Os nomes dos(as) participantes foram substituídos por nomes fictícios ao longo da escrita.

Análise das Informações (interpretação)

As entrevistas foram gravadas, transcritas e armazenadas na plataforma Google Drive. Posteriormente, empreendeu-se uma primeira imersão nos dados. Partindo dos pressupostos de Arruda (2005), a interpretação foi procedida em quatro estágios: micro-interpretações, interpretação readequadora, interpretação integradora e interpretação conclusiva - estágio final. Na etapa final da análise de dados, empreendeu-se a discussão dos resultados mediante uma aproximação entre os Estudos Culturais (EC) e Teoria das Representações Sociais (TRS), no que concerne ao conceito de identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Concepções sobre adolescência: sentidos do adolecer no contexto rural

[...] *as pessoas pensam que ser adolescente é não saber das coisas... não querer nada com nada, não ter compromisso. Como se todos fossem assim, mas não é verdade* (Bento, 18 anos).

Com a fala do participante Bento iniciamos este momento da escrita, abrindo passagem para que o processo de adolecer no contexto rural possa se fazer presente.

As concepções de adolescência enquanto fase do desenvolvimento, preparação para a vida adulta, foram as mais identificadas nas verbalizações de todos os participantes, o que não nos causa surpresa, à medida que as representações que circulam acerca de adolescência, na maioria dos espaços, sejam eles acadêmicos, sociais, midiáticos, políticos, públicos ou, ainda, no corpo teórico científico, apresentam tal delineamento.

Na percepção dos participantes, trata-se de uma fase decisiva, em que se deixa de ser criança e há o ingresso na vida adulta, um marco referenciado pela tomada de responsabilidades pela vida e pelo futuro, sobre a qual incidem novas cobranças do “mundo adulto”, pois é o momento que “... *o adolescente deixa de ser criança e entra na idade adulta, assume responsabilidades*’ (Joana, 18 anos). “*Acaba tendo mais atividades pra fazer, as coisas da escola ficam mais difíceis, os pais cobram mais, conversam mais com a gente* (Helena, 17 anos).

Todavia, eles(as) também referem que o “ser/estar” adolescente também é demarcado pelas crises, pela instabilidade e incertezas, sendo que “*ser adolescente é ter as emoções à flor da pele, tudo é insuficiente... nada está bom e sempre querer mais e mais. Ser adolescente é conviver com mudanças de humor, de amor e amizades* (Marcela, 18 anos). “*É uma fase que a gente não sabe muito certo o que a gente vai fazer no futuro, enfim... De aproveitar mais a vida com os amigos, não ter tanta responsabilidade com as coisas*” (Joana, 17 anos).

Diante do exposto, as concepções acerca do adolecer parecem relacionar-se à apropriação de representações de adolescência oriundas do universo reificado (saber científico) pelo universo consensual dessas pessoas (saber do senso comum). É o que nos alertam Berni e Roso (2014), ao referirem que, embora não seja possível estabelecer limites entre quando começa um e termina o outro, as características de adolescência foram inicialmente produzidas por meio de um universo reificado, cujo interesse era atender a um interesse social e político da época. Assim que foram difundidas as características do adolecer para a sociedade, novas representações sociais foram criadas, agora pelo universo consensual, para dar conta daquele “fenômeno” desconhecido.

Ainda, para as autoras, a criação e institucionalização dessas representações homogêneas sobre adolescência, enquanto etapa de preparação para a vida adulta e de experimentar a vida, culminaram na criação de espaços para a implementação de tratamentos específicos e/ou de serviços especializados para os adolescentes, sendo ratificados os papéis de especialistas e instituições de poder-saber, que passam a classificar entre “normais” e “anormais” as características de vida do ser humano.

Resultados semelhantes foram obtidos na investigação conduzida por Borges (2014), junto a adolescentes do município de Três de Maio/RS. Sendo, também, um estudo no âmbito rural, evidenciou-se as percepções acerca de adolescência remontam a alterações de comportamento e papéis (deixar de ser criança e ingressar no mundo adulto, assumir responsabilidades) e mudanças corporais (começar a “virar homem e/ou mulher”, crescer) que, apesar de atravessadas por fatores culturais e socioeconômicos, culminam na construção de um modo de ser homogêneo quanto ao adolecer.

Por outro lado, a ambivalência entre “ser responsável” e “não querer nada com nada” também surge quando falam sobre seu cotidiano de vida, de que modos percebem como os outros (os pais, os professores, os familiares, os conhecidos e os amigos) concebem e representam o “ser/estar” adolescente. Desse modo, suas concepções passam a oscilar entre as esferas da responsabilidade, quando mencionam ajudar os pais no trabalho, ser responsável e realizar as tarefas da escola, “correr atrás do futuro”, ser cobrado pelos professores, agir de forma responsável, pois “... *os pais passam a cobrar mais, porque pensam que é a hora de assumir mais responsabilidades, não ficar só na internet, com os amigos. Ajudar mais os pais em casa*” (Bento, 18 anos).

Os participantes também referem ser vistos e representados como instáveis, desleixados, indispostos, repletos de incertezas frente à vida, à medida que “... *as pessoas veem o adolescente como alguém que não sabe o que quer da vida*” (Joana, 17 anos). “*Pensam que ser adolescente é não querer nada com nada, digamos assim. Dá pra contar nos dedos os adolescentes que ajudam os pais nas tarefas de casa*” (Marcela, 18 anos). Inclusive no contexto escolar, eles(as) são divididos entre os “responsáveis” e os “sem futuro”.

Esses dados se aproximam do exposto por Menandro, Trindade e Almeida (2005), cujo “compromisso com o prazer” foi um dos conteúdos da representação de adolescentes identificados nos textos jornalísticos do período compreendido entre 1996 e 2002. Afinal, “*eles pensam que os adolescentes são assim mesmo. Uns correm mais para conseguir um futuro melhor e outros não, não querem nada com nada*” (Marcela., 18 anos). Na escola, “os

professores tentam repassar que os alunos tenham responsabilidade do que eles fazem, né? (Joana, 17 anos). Todavia, *“sempre têm aqueles que não estão pensando no futuro, têm problemas em casa, às vezes, aí os professores ficam em cima, orientando”* (Bento, 18 anos).

Nessa direção, Paixão, Almeida e Rosa-Lima (2012) argumentam que a ideia de que os adolescentes passam por fases de mudanças e estão em processo de amadurecimento se coaduna a com “velha” representação de adolescência disseminada pela Psicologia do Desenvolvimento em que o fator biológico comanda um processo de mudanças no corpo em função da puberdade. Para os autores, essas modificações seriam acompanhadas por um amadurecimento, não apenas do corpo, mas, igualmente, no âmbito psicológico. Consequentemente, entendemos que, por meio dessas representações, o adolescer é concebido apenas em referência ao mundo adulto, logo, “adultocêntrico”, repleto de cobranças nos mais diversos espaços, carecendo de reconhecimento enquanto grupo social e sujeitos de plenos direitos.

Nota-se, todavia, que essa ideia de adolescência enquanto fase é muito forte no imaginário social quando as pessoas pensam e falam sobre o que caracteriza o adolescer. No entanto, é válido apontar a necessidade de que se repense o/a adolescente como alguém que vivencia experiências e passagens transitórias à medida que (re)configura sua existência, pois, conforme expõe Ozella (2003), isso indica que ele(a) está em um constante movimento de transição para a vida adulta. Logo, a partir das representações homogêneas da adolescência, entende-se que o sujeito reifica e (re)constrói em um “recorte no tempo” onde misturam-se as características que o tipificam como um adolescente homogêneo e a fluidez das identidades.

Rural x Urbano: eu e (*versus*) os outros

Quanto ao contexto de vida dos(as) participantes, quando versam em relação ao meio no qual vivem, afirmam sentirem-se adolescentes rurais, que vivem em um local “*longe da cidade*”, apontando para uma diferenciação atrelada ao cotidiano vivenciado no contexto social em que estão inseridos, sobretudo no que tange às características estruturais do município, como ênfase nas dimensões da agricultura, do trabalho, da localização geográfica e do acesso às tecnologias.

[...] é um município pequeno, que as pessoas daqui trabalham com agricultura. (Pausa). Também porque é longe da cidade (Marcela, 18 anos).

Não só porque é um município pequeno, longe da cidade, não tem muito acesso às coisas... Acho que porque também é bem diferente da cidade, sabe, não tem muita tecnologia (Helena, 17 anos).

Diante disso, ao que parece, a presença de ênfase nas diferenças entre o rural e o urbano, clarificada no “eles” e “nós”, contribui para o sentimento de pertencimento e constituição de “identidades rurais”, uma vez que eles(as) argumentam “...*ser diferente da cidade. Aqui no interior é longe de tudo, a gente tem outros trabalhos. Por que, por exemplo, a gente que mora no interior, não tem como, por exemplo, trabalhar. Porque, os adolescentes de 16 anos já podem trabalhar* (Joana, 17 anos). De modo similar, a localização geográfica e a atividade laboral realizada juntos aos pais na agricultura também são apontadas como fatores de diferenciação, “... *porque aqui a gente trabalha com agricultura, fica longe da cidade* (Helena, 17 anos).

Nessa perspectiva, embora o trabalho realizado pelos(as) participantes não pareça ser reconhecida por eles como uma atividade laboral, os relatos de suas vivências se aproximam do exposto por Martins-Silva (2003), em cujo estudo o local de moradia constituiu variável relevante na construção de representações sociais de adolescência por parte dos participantes. Na compreensão da autora, as diferenças entre os espaços sociais são de fundamental importância para compreendermos as diferentes formas de vivenciar o adolescer, à medida que, embora existam similaridades, o viver adolescente se diferencia de acordo com a inserção sociocultural, confirmando a construção sócio-histórica deste fenômeno.

O acesso e a incorporação das TIC também figuram como diferenças entre adolescentes “da cidade” e do “interior” assinaladas pelos participantes, ao passo que “*os adolescentes da cidade têm mais oportunidade! Podem arrumar um emprego melhor, ter acesso à educação boa, recursos, tecnologias* (Helena, 17 anos). “*Lá (na cidade), os adolescentes ficam trancados em casa, nos quartos, passam muito tempo no celular*” (Marcela, 18 anos).

No que se refere aos sentidos atribuídos ao contexto rural e como se sentem vivendo nesse local, identificou-se afetos variados, sendo a oposição rural *versus* urbano identificada na fala das participantes Joana (17 anos) e Helena (17 anos):

Eu gosto de viver aqui, porque é muito calmo, tenho mais tranquilidade (Joana, 17 anos).

É bom, pelo menos pra mim, porque tenho mais liberdade (Helena, 17 anos).

Essas experiências compartilhadas caminham na direção das informações apresentadas por Biasus e Branco (2013) em investigação empreendida junto a jovens residentes no meio rural, na qual perceberam que as representações sociais dos participantes retratavam o meio rural com uma visão mais negativa no que tange ao trabalho, renda e, ainda, em relação às

possibilidades de futuro. Em contrapartida, os dados do estudo revelaram que a vida no meio rural é vista com mais positividade, abordando aspectos ligados à calma, à tranquilidade e à melhor qualidade de vida.

Características de uso do *smartphone*

Nesta categoria, apresentamos os modos como os participantes descrevem o uso do *smartphone*. Para eles, os momentos de utilização oscilam em decorrência das atividades cotidianas, sendo mais frequente durante a noite e nos horários de aula e reservados ao lazer, conforme relatos a seguir.

Ah, tudo depende do dia. Às vezes mais, às vezes menos... Final de semana sempre uso mais, né? Mas, no geral, umas 5h no dia e umas 30h na semana, por aí... (Bento, 17 anos).

Mais ou menos 4, 5 horas por dia... mas é de noite que eu uso bastante, mais de madrugada... Umas três horas... (Joana, 17 anos).

Porque, assim... quando eu conto, dá umas 5h... mas acho que a maioria das pessoas não se liga muito no quanto usa (Bento, 18 anos).

Diariamente, uso para fazer os trabalhos da escola... (pausa). Porque agora, a gente tá estudando em casa. Uso umas 3h por dia, acho. Fora isso, só uso quando algum amigo vem aqui em casa pra acessar a internet ou entrar em alguma rede social, jogar (Helena, 17 anos).

Percebe-se que o *smartphone* é utilizado para acessar internet (pesquisas para tarefas escolares) e redes sociais, conversar, interagir e jogar estando, desse modo, inseridos no contexto das TIC. Essas informações vão a encontro da pesquisa TIC Kids Online (2018), a qual aponta que, desde 2014 o telefone celular tem sido o dispositivo mais utilizado por crianças e adolescentes no Brasil para acesso à Internet, sendo que, em 2018, cerca de 22,7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros acessaram a rede por meio do celular, o que equivale a 93% de usuários de Internet entre 9 e 17 anos do país (TIC KIDS ONLINE, 2018).

Entretanto, conforme indica a participante Helena (17 anos), o acesso às TIC, principalmente a internet, não é garantido para todos na zona rural, à medida que alguns amigos, talvez colegas, se dirigem à sua residência para acessar essa tecnologia, sinalizando a exclusão digital já identificada por Viero e Silveira (2011). Para esses autores, as empresas de telecomunicações não têm interesse em investir nesses espaços, aumentando a desigualdade histórica no acesso às TIC entre os meios rural e urbano no Brasil, embora, em virtude do tardio reconhecimento da importância desta temática no escopo das políticas públicas, atrelada à

escassez de fontes de informação de cunho sistemático, existem diagnósticos insuficientes sobre o binômio inclusão/exclusão digital, sobretudo no meio rural.

Com relação aos entendimentos dos(as) participantes sobre riscos, danos e prejuízos associados ao uso de *smartphone*, os jovens se dividem entre reconhecer ou desconhecer a existência de danos relacionados à sua utilização, conforme excertos:

Com certeza... Por exemplo, pode causar estrabismo, problemas de visão, prejudicar o sono da gente. Também pode prejudicar a relação com as pessoas próximas, assim, atrapalhar no trabalho, no diálogo como os pais (Bento 18 anos).

Para quem sabe usar, não é prejudicial... Porque, assim, tem gente que usa para expôr a sua vida e não usa para a internet para coisas que realmente importam (Marcela, 18 anos).

Por passar muito tempo em frente a tela, a gente perde tempo de passar com os pais... com as pessoas que a gente tem por perto. Dá insônia também, de ficar usando de madrugada (Joana, 17 anos).

Não, mas tudo depende de como as pessoas usam, né?! Não dá para ficar só no celular e na internet e não ajudar os pais (Helena, 17 anos).

Informações similares foram encontradas no estudo conduzido por Correr e Faidiga (2017), ao mencionarem que a contínua evolução tecnológica está afetando as relações sociais, posto que os/as adolescentes, muitas vezes, desconhecem os riscos aos quais estão expostos, não possuem a atenção dos pais quanto ao tempo excessivo de uso, bem como têm sofrido redução nas interações sociais presenciais com familiares, conhecidos e amigos.

Em relação ao diálogo com os pais/responsáveis, não conversam sobre o uso do *smartphone*, revela-se apenas conversas referentes ao tempo excessivo de uso do aparelho, não sendo mencionado o conteúdo acessado e/ou compartilhado via *smartphone*. Ademais, o que parece evidente são as dificuldades desses pais/responsáveis em dialogar sobre o tema, bem como o desconhecimento destes acerca dos aparatos tecnológicos, à medida que eles vêm de gerações diferentes, no qual o uso de tecnologias não fazia parte do cotidiano.

Não, não conversam... Acho que é porque eles não estão ligados nessas coisas de tecnologia, de celular, sabe?! Porque eles são de uma época diferente, não tinham celular na minha idade. Acho que eles acham que faz mal usar demais, mas não falam pra gente, né!? (Bento, 17 anos).

Eles conversam, sim. Principalmente, quando acham que estou usando demais (Helena, 17 anos)

Difícilmente [...] Talvez porque eles não usam, eles não têm smartphone. Eles usam daqueles antigos, eles não têm acesso a Facebook, Whatsapp... Eu acho que talvez seja por isso, um pouco... (Joana, 17 anos).

Nesse viés, Neumann e Missel (2019) referem que, geralmente, são os pais que estabelecem regras sobre o uso de tecnologias (incluindo o *smartphone* e uso de internet) para os filhos(as). No entanto, para os autores, estas orientações parecem se restringir ao âmbito do limite de tempo de uso, posto que os(as) filhos(as) permanecem conectados sem supervisão ou orientação. Desse modo, ao que tudo indica, os desafios encontrados em relação ao uso de tecnologias, não parece ser uma dificuldade apenas dos pais/responsáveis que vivem no contexto rural, constituindo uma problemática que merece ser abordada em suas mais diversas facetas.

Por sua vez, Escosteguy, Felippi e Sifuentes (2020), argumentam que o modo de se relacionar das pessoas que vivem na zona rural tem sido afetado pela entrada das tecnologias, uma vez que o celular e a internet alteram os modos de se estar junto e o tempo de diálogo entre pais e filhos, havendo um relativo isolamento entre os membros da família, bem como determinado isolamento em relação aos vizinhos.

No entendimento de Ferreira et al. (2020), a explicação para o posicionamento dos pais frente à utilização em demasia de internet e mídias sociais por parte de adolescentes pode encontrar origem na ilusão de que seus filhos estão seguros em casa diante do computador. Para os autores, tal fato evidencia desconhecimento acerca dos riscos aos quais os adolescentes podem estar sujeitos ao fazerem leituras do conteúdo exposto na rede. Nesse sentido, observar e buscar entender como e por quais motivos e finalidades os jovens estão utilizando a internet assume-se de extrema relevância, à medida que o uso inadequado pode resultar em impactos psicológicos e comportamentais.

Contudo, os usos e apropriações das TIC pelos pais/responsáveis dos participantes podem estar condicionados, para além de questões geracionais e de desconhecimentos destes meios, a fatores financeiros e relacionados às dificuldades estruturais do meio rural, considerando as características das famílias estudadas. Nessa direção, Felippi, Deponti e Dornelles (2017) referem que as novas mídias parecem estar com seus usos ainda sendo explorados e, aos poucos, adaptados à rotina familiar. O computador (e seus similares) e a internet chegaram a partir de demandas da escola dos filhos(as), tendo de ser superadas as dificuldades técnicas e as barreiras dos custos de implantação e manutenção dessas ferramentas.

Internet e redes sociais: usos e finalidades em tempos de pandemia

A partir das verbalizações dos(as) participantes, entende-se que um dos principais modos de apropriação da internet reside na realização de tarefas escolares, principalmente frente ao contexto oriundo da pandemia causada pela COVID-19 (SARS-CoV-19), cuja manifestação levou a modificações do processo de ensino aprendizagem, mediante a instauração do ensino remoto. De acordo com o exposto, a internet e as redes sociais vêm ocupando um lugar de destaque no cotidiano desse grupo, à medida que referem aumento no uso dessas TIC, em decorrência da medida de distanciamento social.

Para fazer as pesquisas pros trabalhos e pra tá se aproximando dos familiares, né? Porque agora com essa pandemia é a base da internet. Principalmente para estudar, porque a gente tá fazendo as atividades em casa agora, né?... E para me comunicar com as pessoas também (Joana, 17 anos).

Agora na pandemia uso mais, porque tenho os trabalhos da escola para fazer e postar, acessar o Google Classroom, falar com professores e colegas e para falar com amigos e conhecidos, já que não podemos visitar agora (Helena, 17 anos).

Como estamos numa pandemia, acho que ela serve para aproximar quem tá longe, para ajudar nos nossos estudos (Marcela, 18 anos).

Diante do cenário atual, diversos estudos têm se ocupado de refletir sobre as vicissitudes do ensino remoto, as dificuldades e desafios enfrentados por docentes (DE PAULO, ARAÚJO, DE OLIVEIRA, 2020) e discentes e instituições escolares, desempenho dos estudantes diante das estratégias de ensino remoto (OLIVEIRA, GOMES, BARCELLOS, 2020), impactos do uso intensivo de internet e redes sociais sobre a saúde de crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 (DESLANDES, COUTINHO, 2020); bem como discutir o acesso à educação e a exclusão digital (DUTRA, 2020) em determinados contextos exposta pela situação de pandemia.

No Rio Grande do Sul, os pais de alunos sem acesso à internet retiram as aulas programadas nas escolas antes da suspensão das aulas. A implementação das aulas remotas na rede de ensino ocorreu a partir do dia 1º de junho por meio da plataforma Google Classroom. Todavia, Da Cunha, Silva e da Silva (2020) referem que, em tempos de pandemia, a exclusão digital pode alcançar os estudantes que estão na escola e aqueles que, até o início das medidas de isolamento, a frequentavam regularmente. Afinal, no entendimento dos autores, o distanciamento social e o predomínio de estratégias que dependem das TIC, fez com que uma

parcela dos estudantes enfrentassem dificuldades para acessar e permanecer vinculados à escola.

Dados da pesquisa realizada pelo CETIC (2019) informa que, no Brasil, 29% dos domicílios, aproximadamente 19,7 milhões de residências, não possuem internet. Do referido montante de desconectados, 59% alegaram não contratar porque consideram muito caro esse serviço, outros 25% porque não dispõem de internet em suas localidades. Destaca-se, ainda, que 41% dos entrevistados na pesquisa em questão não possuíam computador para tal e 49% que não sabiam usar a internet. Desse modo, os estudantes incluídos nestas estatísticas podem ser considerados “fora” da estratégia do ensino remoto mediado pelas tecnologias digitais adotada durante o distanciamento social.

Acerca dos impactos oriundos do período de distanciamento social, o aumento dos índices de uso de mídias sociais e internet por adolescentes têm sido apontado por alguns estudos (DESLANDES, COUTINHO, 2020; ORBEN, TOMOVA, BLAKEMORE, 2020; SÁ, ROSA, TARDIVO, 2020; SHIOZAWA, UCHIDA, 2020). Entre as vulnerabilidades que surgem do uso indiscriminado apontadas pelos estudos, figuram os transtornos de atenção, transtornos obsessivos, ansiedade e problemas com a linguagem e a comunicação, o que afeta diretamente a aprendizagem.

Numa via similar, em relação à interação social, as redes permitem interações com um grande número de pessoas. Entretanto, também levam inevitavelmente a uma redução na comunicação interpessoal dentro da família e no ambiente físico. É o que apontam Shiozawa e Uchida (2020), ao alertarem para a diminuição do tempo gasto na interação face a face, fator que pode contribuir para o desenvolvimento de problemas psicológicos. Conforme salienta Joana (17 anos), usar o smartphone e usar a internet e redes sociais durante a madrugada tem levado a mesma a sofrer insônia: *‘Dá insônia também, de ficar usando de madrugada [...] Umás três vezes na semana’*. O mesmo é apontado por Bento (18 anos) ao mencionar que [...] *prejudica o sono ficar assistindo muitos vídeos, no outro dia fico cansado, indisposto’*.

Na compreensão de Shiozawa e Uchida (2020), tempos mais longos gastos em mídia social podem originar impressões distorcidas de si mesmo e se relacionar com a intensidade de sintomas depressivos. Em uma direção semelhante, o estudo conduzido por Sá, Rosa & Tardivo (2020) sustentam que o uso de internet na pandemia aumentou 73% entre os participantes, sendo utilizada, principalmente, para assistir vídeos/filmes (44,7%) e falar com amigos (39,9%). Acerca das mídias mais utilizadas, despontam o Facebook (86,6%), seguido pelo Instagram (68,4%) e o E-mail (11,9%).

Diante do exposto, não há como desconsiderar que, devido às medidas de distanciamento social adotadas diante da pandemia de COVID-19, os adolescentes tiveram suas atividades em hiato: escola, encontros com amigos, colegas e grupo de pares, festas e programas “fora de casa”, entre outras.

Contudo, é importante salientar que os adolescentes buscam estar em rede, na maioria das vezes, com o intuito de constituir amizades e realizarem trocas com outros jovens. O estudo realizado por Sarriera et al. (2007) evidenciou que o tempo de lazer também pode surtir efeitos sobre a autoimagem e no autoconceito, visto que este tempo é entendido como um momento de maior liberdade que pode satisfazer desejos e necessidades pessoais que foram frustradas no cotidiano.

Nesse viés, a internet e as redes sociais também são apropriadas pelos participantes para integrar e manter os laços sociais com os familiares que residem longe, “na cidade”, bem como para acessar atualidades, notícias sobre contexto social e político, divulgar o trabalho e jogar online. Desse modo, ao que tudo indica e, como evidenciado anteriormente, as modalidades de uso das tecnologias existentes no meio rural e urbano têm estreitado suas diferenças, conforme evidenciado a seguir.

Para estudar e interagir com os amigos e colegas... Também para conversar com familiares que moram longe (Marcela, 18 anos).

Ah, para estar inteirado dos assuntos, saber sobre política e tal. Também para estar com os amigos e falar com os familiares que moram longe, assim... (Bento, 18 anos).

Acerca das redes sociais e aplicativos mais utilizados, os participantes referem uso mais significativo do WhatsApp e, em seguida, do Instagram, Facebook e Youtube.

Uso mais o WhatsApp... manhã, tarde e noite. Principalmente para conversar com meus amigos, familiares, colegas e familiares (Helena, 17 anos).

Uso WhatsApp e Instagram. Mais para interagir mesmo e conversar (Marcela, 18 anos).

O Instagram e o Whatsapp, umas 5 horas por aí (Joana, 17 anos).

Uso mais o Youtube quando estou, assim, mais interessado em me distrair. Fico assistindo vários vídeos e também fico lendo comentários em post no Facebook, principalmente sobre política e temas polêmicos (Bento, 18 anos).

Tais indicativos vão ao encontro do exposto por Bordignon e Bonamigo (2017), em um estudo conduzido junto a sete jovens do município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina (SC), por meio da técnica do grupo focal virtual. Os resultados indicaram que a maioria dos

jovens entrevistados passava conectada às plataformas digitais mais de quatro horas por dia e, entre os inúmeros motivos que levavam os participantes da pesquisa a aderirem às redes sociais, figuram a possibilidade de interagir com pessoas que não viam há muito tempo; para manter contato com amigos e familiares, curiosidade; facilidade em conhecer e conversar com pessoas pela internet do que pessoalmente, postar fotos de lugares visitados; para saberem das novidades, participar de grupos, como “fóruns”, formados por conhecidos.

Portanto, no que concerne às apropriações da internet e das redes sociais por adolescentes que vivem no contexto rural, as mídias sociais parecem oferecer oportunidades para que mantenham o convívio social com seus grupos de pares, bem como para a realização das atividades educativas, atualmente empreendidas de modo remoto. Contudo, a aplicação da modalidade remota de estudos aplicação, para além das mazelas mentais que a pandemia de COVID-19 pode originar, parece reproduzir as assimetrias previamente existentes nas sociedades, entre aqueles com acesso à internet e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e os que não são favorecidos por elas.

Usos das TIC e a dimensão da saúde sexual e reprodutiva

Acerca dos efeitos das TIC no que tange à dimensão da saúde sexual e reprodutiva (SSR), o que os/as participantes nos revelam é que a internet ocupa lugar de destaque no que concerne à busca por informações relativas à tal temática.

Para eles(as), o diálogo reduzido com os pais/responsáveis constitui uma das principais motivações para que busquem sanar suas dúvidas junto à rede, uma vez que estes “*não conversam sobre...*” (Marcela, 18 anos). “*... não gostam de falar sobre isso... Pode ter a ver com a idade, assim, né, de serem de outra geração... podem sentir vergonha*” (Bento, 18 anos). *Vergonha por... conversar, não se sentir à vontade...* (Joana, 17 anos).

No entanto, os relatos também indicam que há, por parte dos(as) participantes, certo desconforto em tratar dessas temáticas, à medida que não se sentem, igualmente, à vontade para dialogar com os pais/responsáveis, amigos, colegas, professores e/ou conhecidos sobre.

Quando tem que falar, pode ser com os amigos, mas, né (silêncio)... é complicado encontrar alguém que queira conversar. Sei que na escola os professores podem ajudar, mas é difícil entre amigos... Às vezes, a gente busca informação na internet (Bento, 18 anos).

Bem na real, eu não gosto muito desses assuntos. Então, quando tenho alguma dúvida, pesquiso na internet (Marcela, 18 anos).

Nessa perspectiva, Gondim et al (2015), em estudo realizado com 90 adolescentes do segundo ano do Ensino Médio de uma Escola Pública da periferia urbana de uma capital do Nordeste Brasileiro, evidenciaram que a maioria dos adolescentes estudados apropriou-se da televisão e da internet, como fonte de informação mais usadas na busca por informações referentes à SSR.

A carência de diálogo, atrelada aos sentimentos de vergonha, pudor e desconforto e à busca de informações junto à internet parece culminar em compreensões biologicistas da dimensão da SSR, pois para quase todos os/as participantes, a SSR apresenta-se vinculada ao viés preventivo das IST, da gravidez.

O sexo... No geral, vamos dizer... Não serve só pra... Prazer. É pra... Se reproduzir né? (Joana, 17 anos).

Significa que a pessoa pode ter uma vida sexual livre de doenças, como DST, aids e que seja prazerosa [...] Tem relação com as doenças... Também é a questão da gravidez, da prevenção (Marcela, 17 anos).

De modo similar, evidenciou-se a presença de viés binário quanto à categoria gênero expresso quando os/as participantes mencionam que gênero “*é o que eu me considero e o que o outro é, né?! Por exemplo, se é homem ou mulher... Se é do sexo masculino ou feminino*” (Bento, 18 anos), dizendo das “*características diferenciadas entre o masculino e o feminino*” (Marcela, 18 anos). “*Ser homem ou mulher. Pertencer ao sexo masculino ou feminino*” (Joana, 17 anos).

Diante dessas informações, entendemos que, apesar desses jovens se apresentarem conectados e apropriados das TIC, bem como à rede de internet, valendo-se de redes sociais, aplicativos e aparatos tecnológicos que facilitam a comunicação e o acesso a informações de modo instantâneo, essa comunicação pode ser imprecisa e incompleta onde muitas informações equivocadas são tomadas como verdades e se disseminam por entre os jovens (NERY et al., 2015; NELSON, 2014). Tal fato pode levar ao aumento de riscos para a SSR, sobretudo quando estes passam a tomar como referências essas informações, ao passo que em culturas onde os valores religiosos impedem um diálogo aberto com pais e escola, a internet se torna uma fonte poderosa de conectividade, com grande flexibilidade de sub fontes (FARIH et al., 2014; HEALEY, 2014).

Compete ressaltar que, no que se refere aos(às) participantes desta pesquisa, são todos pertencentes e praticantes da religião católica, sendo incentivados pelos pais a participar dos encontros na igreja. Tal fato revela a necessidade de que sejam aprofundadas as relações entre

a crença religiosa e as concepções de gênero, bem como os impactos dessas representações sobre a dimensão da SSR em futuras investigações

Usos e apropriações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e construção identitária

No que tange ao saberes e sentidos relativos às TIC, as verbalizações dos(as) participantes também permitem cogitarmos que as apropriações dessas tecnologias têm intensificado e expandido os modos de expressão, comunicação e interação entre os que vivem no meio rural e aqueles que residem no meio urbano, aproximando distâncias e fortalecendo os laços afetivos familiares e de amizade, conforme evidenciado nas falas dos(as) participantes.

Dados semelhantes foram encontrados no estudo conduzido por Borges (2014) junto a adolescentes residentes no município de Três de Maio/RS, localizado no interior do Rio Grande do Sul/RS. Entre os resultados do estudo, identificou-se que, tanto os participantes que viviam no meio urbano, quanto no rural, estavam interconectados com a internet e as tecnologias digitais. Assim, igualmente, adolescentes de contextos rurais estão se inserindo, embora de forma desigual, em uma sociedade globalizada.

... é um meio pra gente se expressar, interagir com pessoas diferentes, com os familiares e para acompanhar pessoas que a gente admira, né?! (Helena, 17 anos).

Nessa direção, Escosteguy, Felippi e Sifuentes (2020) argumentam que, em decorrência do isolamento geográfico comum no meio rural, a posse de telefone pode fortalecer relações e fazer com que não se perca contato, incrementando a socialidade. Informações similares foram identificadas em nosso estudo, de acordo com as verbalizações a seguir.

Para aproximar as pessoas, saber sobre o que tá acontecendo no mundo também, divulgar o trabalho... interagir com os amigos, familiares e com pessoas conhecidas (Bento, 18 anos).

Nesse sentido, Felippi e Escosteguy (2017) sinalizam que é possível considerar a existência de uma intensificação da comunicação entre os jovens que estão no meio rural, mas também destes com pessoas que vivem nas cidades. Nessa última direção, os autores apontam para a redução das distâncias entre espaço rural e urbano e um trânsito entre eles mais acentuado, seja pela melhoria da infraestrutura das estradas e do transporte, seja via o uso de TIC, mais especificamente, o telefone celular.

Embora as formas de apropriação das TIC tenham especificidades no contexto rural, bem como acesso limitado em muitas regiões interioranas, percebe-se que as lacunas entre os

modos de uso existentes entre zona rural e urbana vêm diminuindo. Desse modo, percebemos que a população adolescente local não utiliza a internet apenas para ver questões referentes ao clima como, muitas vezes, é visto pelo imaginário social. Ela é utilizada para estar em conexão com outras culturas, para acompanhar pessoas que lhe são referência, se atualizar sobre o contexto social e político, conversar com os pares e colegas, para estudar.

Acho que elas (as tecnologias) vêm para ajudar a resolver alguma necessidade das pessoas, né... Claro que tem algum interesse financeiro, mas se elas surgem, é porque houve abertura. E, assim... acho que elas têm um ponto negativo porque tudo anda muito fragmentado (Bento, 18 anos).

As tecnologias servem para deixar a gente mais conectado com o mundo... ajudar as pessoas nas suas necessidades (Marcela, 18 anos).

No que diz respeito aos usos das TIC, percebe-se a vinculação significativa às categorias comunicação, diversão (lazer) e ensino por parte dos participantes. Resultados similares foram encontrados por Lopes e Doula (2013), ao empreenderem estudo sobre usos da internet junto a 30 jovens rurais do município de Nanuque (Minas Gerais - MG). Os resultados da investigação conduzida pelos autores evidenciaram que os eixos diversão e comunicação foram os mais valorizados, sendo o uso das redes virtuais pelos jovens ancorado em fatores determinados pelos valores e significados atribuídos à rede. Em relação às apropriações dos jovens sobre a tecnologia, os dados indicaram que essas variam em função do nível de conhecimento e domínio que esses jovens têm em relação às ferramentas.

Entretanto, no caso dos(as) participantes do estudo conduzido por Felippi, Deponti e Dornelles (2017), junto a duas famílias produtoras de tabaco da microrregião de Santa Cruz do Sul/RS. Na investigação, algumas informações parecem caminhar na direção dos achados de nosso estudo. Os resultados da investigação conduzida pelos autores evidenciaram que os usos das TIC estão relacionados ao lúdico, na maior parte dos casos, para jogos, realização de fotos, audiência de filmes e desenhos animados. No entanto, em relação às utilizações das TIC, para além dos relatos do uso do computador e da internet para realização de trabalhos escolares, em termos de socialidade, o celular e o computador também estavam associados ao trabalho e contatos de amizade e namoro.

Diante do exposto, ao que tudo indica, em relação às apropriações das TIC, os (as) participantes exercem certo protagonismo¹⁴. Se, por um lado, os pais/responsáveis parecem ter

¹⁴ O protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente, por esta razão, não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também

dificuldades em mediar o uso e se aproximar das tecnologias das quais os filhos(as) se apropriam, pelo outro, os(as) participantes no nosso estudo revelam estar inseridos e atuantes diante dessas ferramentas.

Frente a isso, compreendemos que os(as) participantes parecem ter percebido o potencial representado pelas TIC para a prossecução das suas atividades expressivas. Em concordância com Simões e Campos (2016), ao renovar hábitos e permitirem a mobilidade, o maior impacto público dos meios digitais é a sua transformação em ferramentas de empoderamento de grupos e indivíduos que, de outra forma, teriam reduzido acesso a canais formais de comunicação social. Para os autores, as tecnologias servem como meios de expressão (representação) e de construção identitária mediante a elaboração de narrativas (individuais e coletivas) em torno de determinados interesses e causas; criando um discurso alternativo com um significado simbólico específico.

Considerando a construção identitária dessas pessoas, a partir dos resultados foi possível identificar que a atribuição de um “*eles*” e um “*nós*”, “*os de longe*” e “*os de perto*”, entre os que vivem na cidade e os que residem no meio rural, revela que a(s) identidade(s) dessas pessoas é relacional, podendo ser compreendida apenas na relação com os “*adolescentes urbanos*”, posto que, como enfatizam Hall (2005) e Woodward (2014), a identidade se constrói em um processo de relação e negociação com a diferença. Logo, as verbalizações dos(as) participantes apontam para essa diferenciação.

Eu gosto, sabe, porque é mais tranquilo, calmo..., mas tem lá as diferenças, com certeza. Os adolescentes da cidade têm mais oportunidade, né? (Helena, 17 anos).

... Tenho mais liberdade. Acho que existem diferenças entre ser adolescente aqui e na cidade. (Pausa). Lá (na cidade), os adolescentes ficam trancados em casa, nos quartos, passam muito tempo no celular (Joana, 17 anos).

No entendimento de Silva (2014), a identidade não pode ser tomada sem a consideração pela diferença, visto serem interdependentes e resultantes de atos de criação da língua. Então, ambas são instáveis e passíveis de significações novas, sem haver precedência de uma sobre a outra, tratando-se de uma construção simultânea. Em outras palavras, não há o ser sem a existência do não ser (a diferença).

reflete na dimensão política desta ação. Nessa perspectiva, o protagonismo é social, uma conduta, uma postura, “um modo de existência que envolve todas as esferas da vida humana, nas suas diversas dimensões, incluindo a dimensão cultural, compreendendo-se cultura como produção humana, na qual se inclui o objeto informação” (GOMES, 2019, p. 1).

Mediante o entendimento da identidade pautado no contexto histórico proposto por Hall (2006), compreendemos a existência intrínseca entre sociedade e identidade, uma vez que figuram como mutuamente intercambiáveis. Para Castells (1999), a identidade atua na constituição de um povo, de uma sociedade, sobretudo em relação com os atributos culturais e respectivos processos de significação envolvidos para que estes adquiram significado. Em consonância com o autor, compreendemos que as identidades são sempre construídas, sendo no processo constitutivo, valem-se de elementos da geografia, de organizações, instituições e memórias coletivas, da religião e aparatos de poder, os quais são processados e (re)interpretados pelas pessoas e grupos sociais, tanto na construção, quanto na reconstrução de seus significados.

Considerando a concepção de identidade como processo que acontece num contexto histórico e social específico e ancorados em Giddens (1989), compete salientar que os discursos devem ser entendidos como prática e por isso, dependem da localização espaço-temporal e dos processos de interação. Em decorrência disso, antes de interpretarmos o que dizem as participantes Joana (17 anos), Helena (17 anos) e Marcela (18 anos), há necessidade de entender de que atores estamos falando, onde eles vivem e como vivem, bem como contextualizar o momento em que ocorreu a entrevista.

Visando salientar o contexto sócio-histórico, econômico e cultural em que as participantes estão inseridas, atentamos para o fato de que ambas estão finalizando seus estudos junto ao Ensino Médio, com planos de “sair” para estudar e trabalhar. As participantes costumam auxiliar seus pais em um ou mais turnos do dia, a depender da quantidade de tarefas, reservando determinado horário para os estudos. Todavia, compete destacar, também, que ambas vêm de famílias com nível socioeconômico classificado como classe D e são estudantes de escola pública. Diante disso, para além da condição de “ser/estar adolescente”, entendemos que o cotidiano dessas(es) filhas(os) de agricultores, sustentado em modos de vida “camponês”, pode interferir nas representações de si e do(s) “outro(s)”, formando a base por meio da qual essas pessoas irão construir (por intermédio de um processo relacional e de negociação) suas identidades (HALL, 2003, 2005), conforme expõem as participantes.

Por que por exemplo a gente que mora no interior, não tem como, por exemplo, trabalhar. Porque, os adolescentes de 16 anos já podem trabalhar. Eu percebo mais no...tipo, no trabalho mesmo, porque se eu morasse na cidade eu ia querer trabalhar pra poder ter o meu dinheiro...(Joana, 17 anos).

Com certeza, porque é um município pequeno, que as pessoas daqui trabalham com agricultura. (Pausa). Também porque é longe da cidade (Marcela, 18 anos).

Nessa perspectiva, é importante salientar que é por meio do lugar de vida que os/as participantes constroem sua identidade, enquanto processo e na relação com os demais (os daqui) e com os outros, demarcados, principalmente, porém, não somente, no meio urbano. Salientamos, no entanto, que essa relação também é orientada por elementos relacionados à tradição dos modos cotidianos de vida rural, sendo a tradição, entretanto, continuamente reinventada (GIDDENS, 1991), bem como por aspectos da modernidade que passa a ser vivenciada nos mais diversos espaços e instituições, seja na escola ou demais espaços urbanos e/ou rurais. Consideramos que a relação entre esses dois espaços sociais ocorre dialeticamente, mediante continuidades e descontinuidades e que, embora seja constante, não enfraquece as diferenças que persistem nos elementos simbólicos que contornam e demarcam as identidades de adolescentes rurais.

Ademais, acreditamos que, apesar de não aparecerem grandes diferenças entre os modos de constituição do processo de adolecer na zona rural e urbana, em um município de pequeno porte, como é o caso de Lagoa Bonita do Sul/RS, tais diferenças parecem ser produzidas com base em elementos não tão nítidos, em um primeiro momento, mas que participam do processo de constituição identitária dos mesmos. Importante salientar, entretanto, que os significados e sentidos atribuídos a esses elementos não são fixos, podendo ser utilizados tanto para afirmar a identidade quanto para negá-la, tal como indica Silva (2014), ao referir que o processo de classificação trata-se de um processo central na vida social e pode ser compreendido como um ato de significação por meio do qual se divide e ordena – hierarquiza – o mundo em grupos. É desse modo que são construídas as oposições binárias (homem/mulher, branco/negro), nas quais um ganha valor positivo e outro negativo.

Portanto, é diante do agir sobre a própria tradição e respectivas possibilidades de reinventá-la (GIDDENS, 2003), que os jovens que vivem no contexto rural constroem “os outros” e, nesse processo constante, suas identidades. Inclusive, tais diferenças essenciais à construção da(s) identidade(s) podem ser construídas no seu próprio cotidiano e nas vivências com o(s) grupos e o meio em que estão inseridos. Tais diferenças se fazem presentes também nas apropriações e sentidos atribuídos às TIC, à medida que, para alguns elas são utilizadas como ferramenta de trabalho, incluídas no dia-a-dia, sendo mais do que meramente recursos tecnológicos. Enquanto isso, para outros, elas aparecem fortemente vinculadas às funções que ocupam diante das tarefas escolares e na manutenção da comunicação e interação com colegas, professores, amigos e familiares, de acordo com os trechos a seguir.

... como eu tenho a página de fotografia lá no insta, que é meu trabalho, passo mais tempo conectado também (Bento, 18 anos).

... para se expressar, falar com pessoas, com os amigos, estar conectada com as pessoas (Joana, 17 anos).

... Serve para aproximar quem tá longe, para ajudar nos nossos estudos (Marcela, 18 anos).

Em concordância com Simões e Campos (2016), compreendemos que os jovens parecem ter-se apercebido do potencial representado por estas tecnologias para a prossecução das suas atividades expressivas. Ao renovar hábitos e permitirem a mobilidade, o maior impacto público dos meios digitais é a sua transformação em ferramentas de empoderamento de grupos e indivíduos que, de outra forma, teriam reduzido acesso a canais formais de comunicação social. Para os autores, as tecnologias servem como meios de expressão (representação) e de construção identitária mediante a elaboração de narrativas (individuais e coletivas) em torno de determinados interesses e causas; criando um discurso alternativo com um significado simbólico específico.

Tomando a existência da diferença como elementar na constituição identitária, no que diz respeito às TIC, também residem diferenças nos modos de apropriação a nível local e entre o rural *versus* urbano, à medida que no contexto rural *“não tem muito acesso às coisas... também é bem diferente da cidade, sabe, não tem muita tecnologia* (Helena, 17 anos).

Nesse momento da escrita, chamamos atenção para o sentimento de pertencimento (DESCHAMPS, MOLINER, 2009) dessas pessoas ao contexto rural, atentando para as representações cognitivas-afetivas acerca das diferenças e semelhanças em relação aos outros, características da construção identitária.

Eu gosto de morar aqui, porque é um lugar sossegado. Na cidade, acho que, bom... Lá na cidade, eles têm mais acesso à boa educação, à escolas melhores. O modo de vestir, de falar também muda... acho que é isso aí (Helena, 17 anos).

Sendo os grupos importantes na/para a construção de identidades na perspectiva da TRS, Philogène (1994) compreende que os grupos definem-se geralmente por um sentimento de pertença subjetiva. No entanto, tal sentimento contém atributos positivos como fundamento para a construção da identidade, sendo que esta pode existir somente enquanto tal, quando em justaposição a todas as demais (aqui encontramos a diferença). Em outras palavras, só existe o “*nós*” em detrimento “*deles*”, só existe o “*eu*” porque existe o “*Outro*”. Então, “*nós*” somos os humanos e “*eles*” são menos humanos. Nesse viés, entende-se a importância representativa do

“*nós*”, do “*morar aqui*” e do “*eles*”, “*na cidade*”, à medida que só existe um “*eu*” e um “*outro*”, bem, como um “*nós*” e um “*eles*” porque existe a oposição, tão característica da presença de alteridade.

Num caminho similar, encontramos nos apontamentos de Deschamps e Moliner (2009) alguns apontamentos que nos auxiliam a compreender a construção identitária. No entendimento desses autores, a identidade é algo que serve para dizer da relação de uma pessoa para com as outras, no que diz respeito aos diferentes pertencimentos da mesma aos grupos dos quais faz parte (compreendidas como relações intragrupo) e destes para com outros grupos (relações intergrupais). Nas suas interações cotidianas, a pessoa é levada a avaliar essas semelhanças e diferenças que possui em relação aos outros e, desse modo, “experimentar um sentimento de continuidade ou de fluidez do si-mesmo” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 28).

Nessa perspectiva, os autores destacam três elementos que definem a identidade. No primeiro deles, a identidade é definida pelas características próprias e pertencimentos comuns de uma pessoa: “pertencer ao meio rural”. O segundo elemento apontado pelos autores remonta ao senso de continuidade nas diferenças, enquanto elemento constituinte da identidade pessoal: “*os adolescentes daqui são assim, têm aqueles que não querem nada com nada*” (Marcela, 18 anos). Por último, o terceiro elemento refere-se aos fatores (meio rural, condição socioeconômica, escola, grupos, cultura, entre outros) que podem explicar de que modo(s) a identidade pessoal se constitui.

Sustentados em Deschamps e Moliner (2009), entendemos que a representação possui participação central na discussão do conceito de identidade. Afinal, é estudando as representações sociais que se consegue compreender como o entorno humano é ao mesmo tempo interior e exterior ao sujeito, o que exprime a dimensão propriamente psicossocial da identidade. “Finalmente são as representações que partilhamos com outros, mas das quais singularizamos alguns aspectos, que fazem de nós seres ao mesmo tempo individuais e coletivos.” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 7). Desse modo, a partir do que referem os autores, encontramos a relevância de considerar a(s) identidade(s) em seus aspectos pessoal, intragrupo, intergrupo, posicional (inserções sociais das pessoas) e ideológico (crenças e discursos que atravessam os grupos e a sociedade em geral).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como objetivo identificar os impactos das TIC no processo de construção identitária de adolescentes que vivem no contexto rural e, em específico, os modos de uso e apropriação dessas tecnologias, bem como os sentidos e saberes atribuídos a elas por adolescentes que vivem em um município de pequeno porte localizado na zona rural.

Considerando a questão norteadora que movimenta essa escrita: “*De que modos as TIC participam da construção identitária de adolescentes que vivem no contexto rural?*”, identificou-se que as concepções de adolescência preponderantes oscilam entre a responsabilidade e a instabilidade, tanto no discurso dos participantes, quando no que os mesmos referem acerca das representações de outras pessoas (pais/responsáveis, professores, familiares, conhecidos) sobre o adolecer. Essas representações podem estar vinculadas à visão da psicologia do desenvolvimento (universo reificado), apropriada pelos(as) participantes para dar conta do fenômeno do adolecer em seu cotidiano (universo consensual).

Observou-se, ainda, que, entre os(as) participantes, assim como no ambiente escolar, os modos de ser/estar adolescente variam entre aqueles que buscam um futuro melhor, são responsáveis e ajudam os pais e os que “não querem nada com nada”. Todavia, um fato interessante foi a ausência de menção aos aspectos corporais, tão comentados quando se fala e pensa em adolescência. Uma possível explicação para esse fato, talvez possa ser encontrada no fato de que falar sobre/do corpo possa ser constrangedor, principalmente durante uma entrevista e diante da ausência dos pares.

Ainda em relação ao adolecer, os/as participantes apontam para as diferenças entre os modos de adolecer existentes entre o meio rural e urbano, sobretudo no concerne às dimensões da localização geográfica, atividade laboral (agricultura) e acesso e apropriações das TIC. Logo, nesse aspecto, percebe-se uma articulação com a construção identitária dos mesmos. Nessa perspectiva, no que diz respeito à construção identitária, identificou-se que a(s) diferença(s) e, em decorrência, a alteridade se faz presente na atribuição de oposições entre “rural” *versus* “urbano”. De modo similar, as oposições entre “*da cidade*” e “*os daqui*”, bem como entre “*eles*” e “*nós*”, “*eu*” *versus* “*outro*”, “*rural*” e “*urbano*”, constituem modos de adolecer diversificados e, em oposição, embora também diferenciados entre os/as próprios(as) participantes em seu cotidiano de vida.

Em relação à participação das TIC na construção identitária, revelou-se que, apesar das desigualdades no acesso, características da exclusão digital, os/as participantes não apenas fazem uso, mas, também têm se apropriado dessas em seu dia-a-dia. Todavia, as TIC, no que se refere às famílias dos(as) participantes, parecem, interferir na comunicação com os

pais/responsáveis (apesar de estes não estabelecerem uma aproximação significativa com essas tecnologias, sendo a restrição de tempo de uso a medida mais indicada quando conversam com os/as filhos(as) sobre elas), bem como originar distúrbios do sono, problemas audiovisuais e atrapalhar as tarefas laborais e escolares.

Verificou-se, ainda, que as TIC também têm sido utilizadas como fontes de informação no que tange à saúde sexual e reprodutiva, embora as informações que os participantes têm acesso nem sempre sejam adequadas, o que tem levado ao reducionismo da temática ao âmbito preventivo das IST e da gravidez. Além disso, as TIC participam ativamente dos modos de ser dessas pessoas, à medida que a atribuição de diferenças na apropriação dessas tecnologias é apontada, não somente entre os “adolescentes urbanos” e “adolescentes rurais”, mas, também entre os(as) próprios(as) participantes.

Similarmente, o acesso facilitado às tecnologias por parte de adolescentes que vivem na cidade apresenta-se como diferencial significativo. No entanto, as atribuições de diferenças na apropriação das TIC também se tornam evidentes diante da apropriação para fins de trabalho (página profissional), atividades escolares (sobretudo no contexto da pandemia) e lazer (expressão e comunicação).

Em relação às limitações deste estudo, destaca-se a entrevista semiestruturada mediante uso de meio virtual, à medida que compreende-se ser mais adequado tratar de determinados temas por meio de grupos focais e/ou rodas de conversa, com estímulo à participação dos pares. Salienta-se também que o quantitativo de entrevistas também pode constituir aspecto limitante dos resultados desta pesquisa, pois novas entrevistas poderiam ter evidenciado inúmeros outros elementos relativos às questões relativas à sexualidade e quanto ao impacto na saúde.

Diante disso, enquanto sugestões para novas investigações, sugere-se a realização de estudos que possam se debruçar sobre os impactos da pandemia de Covid-19 no ensino e aprendizagem de adolescentes que residem no meio rural, sobretudo nos municípios de pequeno porte. Reitera-se a relevância de pesquisas que se ocupem das diferenças entre usos e apropriações das tecnologias no contexto rural e sua associação com as condições socioeconômicas, bem como das relações de gênero associadas ao uso de TIC na zona rural e estudos relativos aos efeitos do distanciamento sobre a saúde mental de adolescentes que vivem em meio rural.

7 CONCLUSÕES

Considerando o contexto pós-moderno e o advento das tecnologias no cenário global, essa dissertação de mestrado teve como objetivo refletir acerca do processo de construção identitária na sua inter-relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a partir dos saberes, práticas e experiências de adolescentes que estudam em uma escola localizada em um município rural da região central do estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Ao longo do percurso dessa pesquisa, especificamente, empreendemos uma tentativa compreender como o adolescer é concebido no contexto rural e de que modo(s) as TIC impactam o cotidiano dessas pessoas, sobretudo no que concerne às dimensões da sexualidade, da Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) e da saúde mental, enquanto elementos que integram a dimensão da identidade.

No estudo 01, no qual abordamos a SSR de adolescentes e como o tema vem sendo abordada nas escolas, evidenciou-se ênfase nos aspectos biológicos e preventivos da SSR, com destaque para as temáticas da prevenção de IST, HIV, aids e “gravidez na adolescência/gravidez precoce”, com destaque para a responsabilização de adolescentes meninas pelas práticas contraceptivas e para o pouco incentivo à participação de adolescentes meninos. A reduzida menção de diálogo com parceiros e figura paterna, também parece indicar que as mulheres, as adolescentes nesse caso, figuram como responsáveis pela contracepção. Essas informações nos oferecem alguns indicativos dos motivos pelos quais a evasão escolar de adolescentes gestantes tem se tornado uma realidade naturalizada no meio escolar, bem como pelos órgãos fiscalizadores responsáveis, como o Conselho Tutelar.

Todavia, considerando que as ações e representações circulam num contexto social e histórico, torna-se possível interpretá-las por meio das representações sociais. A partir dessa perspectiva, vislumbra-se que as representações de adolescentes meninas como responsáveis pela contracepção e pelo cuidado encontram-se associadas à representações de mulheres, posto que essas, historicamente, têm sido concebidas como cuidadoras do lar, dos(as) filhos(as), dos companheiros. Logo, devem ser maternais, zelosas, acolhedoras, assexuadas e responsabilizadas, caso ajam de modo divergente do que se espera de uma mulher, em virtude da associação com a imagem da Virgem Maria.

Numa via similar, verificou-se a presença de homofobia, principalmente em relação entre aqueles(as) que se consideram bissexuais, à medida que são, não raro, representados como “promíscuos” e/ou “indecisos”. Notou-se, ainda, significativa diferença no quantitativo de

pesquisas e intervenções entre escolas públicas e particulares, sendo as instituições privadas menos citadas enquanto campo de estudos. Por outro lado, no que se refere às diferenças de abordagens em educação sexual entre instituições públicas e privadas, observa-se que as escolas públicas apresentam maior frequência de escolares que já tiveram relação sexual com e sem preservativo, em comparação aos estudantes de escolas privadas.

Os estudos analisados estimam que adolescentes que estudam em escolas públicas apresentam iniciação sexual mais “precoce” em comparação com adolescentes regulares de instituições de ensino do âmbito privado. Esses dados revelam a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre a associação entre classe social e iniciação sexual, embora tais investigações possam se debruçar mais significativamente sobre as instituições particulares de ensino. Para além da não obrigatoriedade de adoção dos PCN nas escolas, entende-se que as barreiras encontradas por pesquisadores no acesso às instituições particulares de ensino podem relacionar-se à existência de interesses econômicos, políticos e religiosos, entre outros. Ademais, observou-se, indiferentemente ao contexto privado ou público, representações de adolecer permeadas pela concepção da psicologia do desenvolvimento, sendo o adolescente aquele que cumpre uma etapa de seu desenvolvimento, cuja sexualidade precisa ser vigiada, posto que agora pode se reproduzir.

Em relação às categorias de raça e classe, ressalta-se a necessidade de inclusão das variáveis culturais religião e religiosidade em estudos de âmbito demográfico, à medida que interferem no comportamento sexual relacionado à iniciação sexual, buscando-se identificar a presença de outras possíveis relações. Novas investigações no escopo da saúde sexual e reprodutiva da população negra, possibilitando a identificação dos entraves existentes ao acesso aos serviços de saúde e representações que norteiam as relações de cuidado construídas com profissionais de saúde. Sugere-se a realização de estudos na esfera das instituições da rede particular de ensino, à medida que constitui-se um contexto explorado insuficientemente. Indica-se, ainda, a necessidade de estabelecimento de estratégias de prevenção e orientação sobre SSR, formação continuada aos profissionais de saúde, inclusão dos adolescentes em ações acerca da paternidade responsável e desenvolvimento de ações voltadas à saúde sexual e reprodutiva nas escolas, incentivo à promulgação de políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva específicas para os adolescentes que vivem em situação de rua e para adolescentes homossexuais.

Por sua vez, em relação ao estudo 2, no qual buscamos analisar como as TIC impactam na construção identitária de jovens rurais, incluindo as dimensões da sexualidade, da SSR e da saúde mental, bem como de que modos o adolecer é concebido por eles. evidenciou-se que,

embora de modo desigual, as TIC têm sido apropriadas pelos jovens que vivem no contexto rural.

Identificou-se que as concepções de adolescência preponderantes oscilam entre a responsabilidade e a instabilidade, tanto no discurso dos participantes, quanto no que os mesmos referem acerca das representações de outras pessoas acerca do adolecer. Essas representações parecem estar vinculadas à visão da psicologia do desenvolvimento, apropriada pelos(as) participantes para dar conta do fenômeno do adolecer em seu cotidiano.

Ainda em relação ao adolecer, os/as participantes apontam para as diferenças entre os modos de adolecer existentes entre o meio rural e urbano, sobretudo no concerne às dimensões da localização geográfica, atividade laboral (agricultura) e acesso e apropriações das TIC. Logo, nesse aspecto, percebe-se uma articulação com a construção identitária dos mesmos.

Nessa perspectiva, no que diz respeito à construção identitária, identificou-se que a(s) diferença(s) e, em decorrência, a alteridade se faz presente na atribuição de oposições entre “rural” *versus* “urbano”. De modo similar, as oposições entre “*da cidade*” e “*os daqui*”, bem como entre “*eles*” e “*nós*”, “*eu*” *versus* “*outro*”, “*rural*” e “*urbano*”, constituem modos de adolecer diversificados e, em oposição, embora também diferenciados entre os/as próprios(as) participantes em seu cotidiano de vida.

Evidenciou-se, ainda, que as tecnologias são utilizadas no cotidiano desses jovens, tanto como instrumentos para a realização das tarefas escolares, quanto para a comunicação e interação com familiares distantes, colegas, amigos e professores. Observou-se, no entanto, que os pais/responsáveis não dialogam com os filho(as) acerca do que é compartilhado e/ou acessado na rede, enfatizando-se, exclusivamente, o fator tempo de uso. No entanto, há de se destacar que o aspecto geracional, os sentimentos de inapropriação e vergonha desempenham função importante na abordagem desse tema.

No que diz respeito às apropriações das TIC, verificou-se que elas, para além da mera utilização, constituem possibilidades de expressão, interação e participação desses(as) jovens no mundo. Além disso, as TIC têm constituído um fator diferencial na construção identitária dessas pessoas, posto que o acesso facilitado às tecnologias por parte de adolescentes que vivem na cidade apresenta-se como diferencial significativo. No entanto, as atribuições de diferenças na apropriação das TIC também se tornam evidentes diante da apropriação para fins de trabalho (página profissional), atividades escolares (sobretudo no contexto da pandemia) e lazer (expressão e comunicação).

Em relação aos saberes e sentidos (representações sociais) associados às TIC, observou-se que os(as) participantes, com raras exceções, não são considerados que essas possam causar danos físicos, embora salientem que o uso de tecnologias (principalmente do *smartphone*) pode ser prejudicial ao diálogo com pais/responsáveis, bem como levar ao isolamento social. Quanto à participação das TIC nas questões referentes à sexualidade e à SSR, vislumbrou-se que o exercício da sexualidade figura como alvo de tabus e pré-conceitos, sendo as TIC utilizadas como fontes de informação, embora as informações que (as)os participantes têm acesso nem sempre sejam adequadas, o que tem levado ao reducionismo da temática ao âmbito preventivo das IST e da gravidez.

Contudo, salientamos que a realização de entrevista semiestruturada mediante uso de meio virtual (Google Meet), pode ter levado à alterações nas informações construídas ao longo do percurso da pesquisa, uma vez que compreendemos ser mais adequado, diante de algumas temáticas, o incentivo à participação do grupo de pares e modalidades participativas, tais como rodas de conversa e/ou grupos focais. O quantitativo de entrevistas pode constituir aspecto limitante dos resultados desse estudo, pois novas entrevistas poderiam evidenciar outros elementos relativos às questões relativas à sexualidade e impacto das TIC no cotidiano e na saúde. Diante do exposto, apontamos a relevância de pesquisas que se ocupem das diferenças entre usos e apropriações das tecnologias no contexto rural e sua associação com as condições socioeconômicas, assim como de estudos acerca de relações de gênero associadas ao uso de TIC na zona rural e relativos aos efeitos do distanciamento social sobre a saúde mental de adolescentes que vivem em meio rural.

Ao passo que a “linha de chegada” (que também pode ser (re)começo) dessa escrita se aproxima, há necessidade de destacar algumas das dificuldades encontradas no percurso de execução desse projeto. Nesse ponto, ressaltamos a impossibilidade de estar na escola e realizar as rodas de conversa junto aos(as) participantes, de capturar os sentidos e saberes relativos ao adolecer de modo mais participativo. Merece espaço, também, a impossibilidade de observar as interações entre o contexto escolar e os/as participantes de forma mais direta. Salientamos que a utilização de entrevistas semiestruturadas por meio virtual, não nos pareceu adequada ao tratarmos das questões relativas à sexualidade e à saúde sexual e reprodutiva com os(as) participantes.

Por outro lado, apesar de sabermos que vivenciar uma pandemia no ano de 2020 não era algo esperado e, talvez, nunca tenha sido para aqueles que viveram um contexto similar em outras épocas, compreendemos que os maiores obstáculos, para além da impossibilidade de ir a campo e realizar as rodas de conversa previstas na fase inicial da proposta, fizeram-se

presentes na materialização do preconceito, da homofobia e da discriminação pelo que é diferente, cujas manifestações, atualmente, encontram-se autorizadas e naturalizadas. O discurso de ódio semeado por nossos representantes encontra reverberação nas condutas sociais, autorizando o rechaço ao que foge à norma, às sexualidades dissidentes, à diversidade sexual, aos Direitos Humanos e à pesquisa que não segue padrões normativos e moralizantes, entre tantos outro(as). Ter as expectativas colocadas em suspenso devido ao momento pandêmico, não assola tanto quanto a desvalorização da pesquisa e das ciências, o descaso com a educação e as universidades públicas e o retrocesso no campo das políticas públicas.

Afinal, embora estejamos cientes de que a rejeição (entre tantas que podem ter sido empreendidas) de uma proposta de pesquisa têm impactos significativos em um contexto micro, tal como a cidade de Santa Maria/RS, por parte de um órgão público da esfera da educação, os efeitos no nível macro são ainda mais avassaladores, posto serem indicativos do que estamos vivenciando e daquilo que ainda pode estar por vir. Logo, entendemos que, enquanto psicólogos(as) sociais, ocupamos um lugar de resistência, por meio do qual falamos do que nem sempre é dito, mas, sobremaneira, sobre o que é dito e naturalizado, à medida que também somos responsáveis pela transformação de nosso contexto de vida, incluindo no que diz respeito à dimensão social e política.

Se há algo a ser tomado como maior aprendizado do percurso desse estudo, é o de que o pesquisar é construído no/pelo caminho, pouco a pouco, no ato de alterar planos, experienciar e estar sujeito à mudanças e surpresas, ora positivas, ora negativas, a depender do viés por meio do qual se observa. Pesquisar está para além do verificar, observar, aplicar, construir, escrever, embora seja também resultado dessas etapas. Nesse sentido, pesquisar, ao nosso ver, também é uma construção conjunta, à muitas mãos e fruto de inúmeras e significativas vivências. Mãos da orientadora, dos estudantes de Iniciação Científica, das(os) colegas de Mestrado, experiências marcantes das docências orientadas e encontros em sala de aula, trabalhos e escritas coletivas apresentadas em eventos e saberes (com)partilhados.

Por fim, se pesquisar é sempre um processo em construção, numa espécie de devir, em que cada experiência apresenta novas possibilidades, espera-se, futuramente, debruçar-se mais intensamente em estudos que se detenham a abordar as especificidades do rural, principalmente no que se refere às dimensões da SSR e dos Direitos Humanos, bem como para as questões de gênero e diversidade sexual nesse espaço. De modo similar, há desejo de que o ambiente escolar permaneça presente em futuras investigações, posto que, para além do interesse da

pesquisadora, tal contexto, sobretudo no meio rural, carece de reconhecimento em relação à participação e potencial que ocupa na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2. Ed., 1980.

_____.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artmed, 1981.

ALBUQUERQUE, A. P. S.; PITANGUI, A. C. R.; RODRIGUES, P. M. G.; ARAÚJO, R. C. de. Prevalência da gravidez de repetição rápida e fatores associados em adolescentes de Caruaru, Pernambuco. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 17, n. 2. p. 355-363, 2017, Recife. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93042017000200008>

ANDERSON, J. **ICT Transforming Education: a Regional Guide**. Bangkok: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001892/189216e.pdf> Acesso em 25 Jan. 2021.

ARAÚJO E OLIVEIRA, J. B.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 555-578, jul./set. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802885>

ARRUDA, A. M. S. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V. ; JESUÍNO, J. C.; NÓBREGA, S. M. (Org.). **Perspectivas teórico metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2005. v. 2. p. 229-258.

BARONCELLI, L. Adolescência: fenômeno singular e de campo. **Revista Abordagem Gestáltica**, v. 18, n. 2, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672012000200009 Acesso em: 10 ago. 2019.

BARKER, C. **Cultural Studies: Theory and Practice**. Los Angeles/London: Sage, 3rd, 2008.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. [Tradução de GUARESCHI, P. A.]. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, D. **O que é a adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BELLENZANI, R., SANTOS, A. O., & PAIVA, V. Agentes comunitárias de saúde e a atenção à saúde sexual e reprodutiva de jovens na estratégia saúde da família. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 637-650, 2012. Doi: [10.1590/S0104-12902012000300010](https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000300010)

BERNARDES, A.; HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da psicologia social. In: GUARESCHI, N. M. F.; BRUSCHI, M. (orgs.). **Psicologia social nos estudos culturais**: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis, Vozes, 2003.

BERNI, V. L.; ROSO, A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica.

Psicologia e Sociedade [online], v. 26, n.1, p.126-136, 2014. Doi:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100014>

BIASUS, F.; BRANCO, S. de. Representação social de meio urbano e meio rural de jovens residentes no meio rural. **Perspectiva**, Erechim. v. 37, n. 140, p. 27-37, 2013, dezembro/2013. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/140_370.pdf Acesso em 25 Jan. 2021.

BOCK, A. M. M. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, n.1, p. 63-76, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07> Acesso em: 04 jul. 2019

BORDIGNON, C.; BONAMIGO, I. S. Os jovens e as redes sociais virtuais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 12, n. 2, p. 310-316, abr./jun. 2017. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200006 Acesso em 23 Jan. 2021.

BORGES, R. F.; BORGES, Z. N. (). Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>

BORGES, A. L. V.; FUJIMORI, E.; KUSCHNIR, M. C. C.; CHOFAKIAN, C. B. do. N.; MORAES, A. J. P. de.; AZEVEDO, G. D.; SANTOS, K. F. dos.; VASCONCELLOS, M. T. L. de. ERICA: início da vida sexual e contracepção em adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. 1., p. 1-15. 2016. Doi:10.1590/S01518-8787.2016050006686

BORGES, J. L. Adolescência no contexto rural. In. HABIGZANG, L. F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre, Artmed, 2014, 332p.

BRASIL. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf . Acesso em: 23 jan. 2021.

CABRAL, C. da S. Articulações entre contracepção, sexualidade e relações de gênero. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 4, 2017, Oct-Dec. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017000001>

CAMPOS, H. M.; PAIVA, C. G. A.; MOURTHÉ, I. C. A.; FERREIRA, Y. F.; FONSECA, M. C. Direitos humanos, cidadania sexual e promoção de saúde: diálogos de saberes entre pesquisadores e adolescentes. **Revista Saúde Debate**, v. 41, n. 113, 658-669, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711324>

CAMPOS, H. M.; SCHALL, V. T.; NOGUEIRA, M. J. (). Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p. 336-346 Apr./June. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000200015 Acesso

em 20 dez. 2020.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CASTELLS, M.; CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CAUQUELIN, A. **No ângulo dos mundos possíveis**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil - TIC Kids Online Brasil 2018**. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, [editor]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216370220191105/tic_kids_online_2018_livro_eletronico.pdf Acesso em 23 Jan. 2021.

CHOFAKIAN, C. B. do. N.; BORGES, A. L. V.; FUJIMORI, E. B.; HOGA, L. A. K. Conocimiento sobre anticoncepción de emergencia en adolescentes de escuela secundaria en escuelas públicas y privadas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 7, p. 1525-1536, 2014. Rio de Janeiro, July. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00149413>

CIAMPA, A. C. Identidade. CODO, W.; LANE, S. T. M.(Orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento, São Paulo: Brasiliense, pp. 58-75, 1984.

CORDEIRO, F.; HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. da S; MORAES, C. L. de. Entre negociação e conflito: gênero e coerção sexual em três capitais brasileiras. **Ciências e Saúde Coletiva**, v.14, n.4, p.1051-1062, 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400012>.

CORRER, R.; FAIDIGA, M. T. B. O uso do celular por adolescentes: impactos nos relacionamentos. **Revista Adolescência & Saúde**, São Paulo, v. 14, nº 2, p. 24-39, 2017. Disponível em: http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=647 Acesso em 23 de Jan. 2021.

COSTA, G. F.; SIQUEIRA, D. D.; ROCHA, F. A. A.; COSTA, F. B. C.; BRANCO, J. G. de O. Fatores psicossociais enfrentados por grávidas na fase final da adolescência. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, v. 31, n. 2, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-906923> Acesso em 09 Jul. 2020.

COULOURIS, D. G. **A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. Dissertação (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp144338.pdf> Acesso em 09 Ago. 2020.

DA CUNHA; L. F.; SILVA, A. de S.; DA SILVA, A. P. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo**, v. 7, n. 3, p. 27-37, 2020. Disponível em:

<http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924/553> Acesso em 25 Jan. 2021.

DA SILVA, R. C.; FERREIRA, M. de A. F. Construindo o roteiro de entrevista na pesquisa em representações sociais: como, por que, para que. **Escola Anna Nery**, v. 16, n. 3, p. 607-611, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452012000300026>

DESCHAMPS, J.C.; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais**. [Tradução de Lúcia M. Endlich Orth]. Petrópolis: Vozes, 2009.

DE PAULO, J. R.; ARAÚJO, S. M. M. S.; DE OLIVEIRA, P. D. Ensino remoto emergencial em tempos de pandemia: tecendo algumas considerações. **Dialogia**, v. , n. 36, p. 193-204, set/dez de 2020. Doi: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n36.18318>

DESIDERI, L.; KADANUS, K. (2019). **Exclusivo**: Damares Alves fala sobre sexo precoce, “novo Bolsa Família” e pressões da esquerda. Gazeta do Povo, 17 de dez. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/exclusivo-damares-alves-sexo-entre-jovens-bolsa-familia-pessoas-esquerda/?utm_source=facebook&utm_medium=midia-social&utm_campaign=gazeta-do-povo&fbclid=IwAR3D-dG0yH2nkPulDwHuI9u4hpYicjqPaRJ_BN11gksMlcqCiXI0qp5VL3s Acesso em 10 Ago. 2020.

DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, Rio de Janeiro, p. June 2020, Epub June 05, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11472020>

DIMENSTEIN, M.; SIQUEIRA, K.; MACEDO, J. P.; LEITE, J.; DANTAS, C. Determinação social da saúde mental: contribuições à psicologia no cuidado territorial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, v.69, n.2, p. 72-87, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v69n2/06.pdf> Acesso em: 18 dez. 2019.

DO CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, n. 21, Porto Alegre, Jan./June 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100011>

DOMINGUES, Patrícia Mallú Lima; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do; OLIVEIRA, Jeane Freitas de; BARRAL, Fanny Eichenberger; RODRIGUES, Quessia Paz; SANTOS, Carla Cristina Carmo dos; ARAÚJO, Edna Maria de. Discriminação racial no cuidado em saúde reprodutiva na percepção de mulheres. **Texto e Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 22, n. 2., 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000200003>

DUBOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk**. Greenwich: Fawcett, 1961 (obra original publicada em 1903).

DUTRA, N. C. G. A Experiência da rede pública estadual do maranhão no contexto da covid - 19: os desafios das desigualdades sociais e as novas tecnologias na educação no século XXI. **Revista Pedagogia Cotidiano Ressignificado**, v. 1, n. 4, p. 1-9, 2020. Disponível em: https://rPCR.com.br/index.php/revista_rPCR/article/view/7 Acesso em 25 Jan. 2021.

EISENSTEIN, E.; SILVA, E. J. C. S. **Crianças, adolescentes e o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação: desafios para a saúde.** Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids online Brasil 2015. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, [editor]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf Acesso em: 10 dez. 2019.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESCOSTEGUY, A. C. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 9, 1998, p. 87-97. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3014/2292> Acesso em: 14 set. 2019.

ESCOSTEGUY, A. C. D.; FELIPPI, A. C. T.; SIFUENTES, L. Reconfigurações do espaço rural e do cotidiano familiar: os sujeitos e suas práticas com as tecnologias de comunicação. **Redes Revista do Desenvolvimento Regional** (Santa Cruz) [online], v. 25, n. 1, p. 211-231, 2020. Doi: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14243>

FARIAS, R. de.; MORÉ, C. O. O. Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, 2012. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000300020>

FARIH, M.; KHAN, K.; FREETH, D.; MEADS, C. Protocol study: sexual and reproductive health knowledge, information-seeking behavior and attitudes among Saudi women: a questionnaire survey of university students. **Reproductive Health**, p 11-34, 2014. Disponível em: <http://www.reproductive-health-journal.com/content/11/1/34> Acesso em: 27 Jan. 2021.

FERNANDEZ, E. M.. COSTA; S. S. B. Dossiê Migrações, Interculturalidades e Direitos Humanos. **Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder**, v.6, n.11, p. 87 -109, Jan-Jun/2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/9272>. Acesso em: 08 nov. 2019.

FELIPPI, A. C. T.; DEPONTI, C. M.; DORNELLES, M. TICs na agricultura familiar: os usos e as apropriações em regiões do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 1-29. 2017. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2727/569> Acesso em 26 Jan. 2021.

_____.; ESCOSTEGUY, A. C. Juventude rural e novas formas de sociabilidade: um estudo do uso do celular no sul do Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicacion**, v. 14, n. 16, p. 141-150, 2017. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/viewFile/906/481> Acesso em 26 Jan. 2021.

FELISBINO-MENDES, M. S.; PAULA, T. F. de.; MACHADO, I. E.; OLIVEIRA-CAMPOS, M.; MALTA, D. C. Análise dos indicadores de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes brasileiros, 2009, 2012 e 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 21, n. 1. 2018. Doi <https://doi.org/10.1590/1980-549720180013.supl.1>

FERRARI, W.; PERES, S. Itinerários de solidão: aborto clandestino de adolescentes de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 36, n. 1, p. 1-14, Feb. 10. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00198318>.

FERRARI, W.; PERES, S; NASCIMENTO, M. Experimentação e aprendizagem na trajetória afetiva e sexual de jovens de uma favela do Rio de Janeiro, Brasil, com experiência de aborto clandestino. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 9, p. 2937-2950, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.11312018>

FERREIRA, J. P. T.; MIRANDA, T.; BARONI, A. L. L. R. Conhecimento sobre as DST entre adolescentes escolares em Vespasiano, Minas Gerais. **Revista Adolescência e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 51-59. 2016, Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=584# Acesso em: 10 Jan. 2021.

FONSECA, R. M. G. S. da.; SANTOS, D. L. A. dos.; GESSNER, R.; FORNARI, L. F.; OLIVEIRA, R. N. G. de.; SCHOENMAKER, M. C. Gênero, sexualidade e violência: percepção de adolescentes mobilizadas em um jogo *online*. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online], Brasília, v. 71, n. 1, p. 607-614, 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0561>

FONSECA, A. D.; GOMES, V. L. O.; TEIXEIRA, K. C. Percepção de Adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos(as) de enfermagem. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 14, p.330-337, abr. 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452010000200017>

FONTES, M. B.; CRIVELARO, R. C; SCARTEZINI, A. M.; LIMA, D. D.; GARCIA, A. A.; FUJIOKA, R. T. Fatores determinantes de conhecimentos, atitudes e práticas em DST/Aids e hepatites virais, entre jovens de 18 a 29 anos, no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], 2017, v.22, n.4, p. 1343-1352, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017224.12852015>

FRANÇA, M. T. A.; FRIO, G. S. Factors associated with family, school and behavioral characteristics on sexual initiation: A gender analysis for Brazilian adolescents. **PLoS ONE**, v. 13, n. 12, p. 1-16, December, 10. 2018. Doi: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0208542>

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B. da.; MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/198053145084>.

GALVÃO, R. B. de F.; FIGUEIRA, C. O.; BOROVIAC-PINHEIRO, A; PAULINO, D. S. de M.; FARIA-SCHUTZER, D. B.; SURITA, F. G. Hazards of Repeat Pregnancy during Adolescence: A Case-control Study. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia** [online], v. 40, n. 8, p. 437-443, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1055/s-0038-1666811>

GAVA, T.; VILLELA, W. V. Educação em sexualidade: Desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 24, p. 157-171, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.24.07.a>.

GENZ, N., MEINCKE, S. M. K., CARRET, M. L. V., CORRÊA, A. C. L., ALVES, C. N. Doenças sexualmente transmissíveis: conhecimento e comportamento sexual de adolescentes **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 2 - 12, Epub June 26, 2017, Doi: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017005100015>.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade** (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 5, n. 2, p. 10-21, 20 mar. 2019. Doi: <https://doi.org/10.21728/logcion.2019v5n2.p10-21>

GONÇALVES, H.; MACHADO, E. C.; SOARES, A. L. G.; CAMARGO-FIGUERA, F. A.; SEERIG, L. M.; MESENBURG, M. A.; GUTTIER, M. C.; BARCELOS, R. S., BUFFARINI, R.; ASSUNÇÃO, M. C. F.; HALLAL, P. C.; MENEZES, A. M. B. Início da vida sexual entre adolescentes (10 a 14 anos) e comportamentos em saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online], v. 18, n. 1, p. 25-41. 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500010003>

GONDIM, P. S.; SOUTO, N. F.; MOREIRA, C. B.; DA CRUZ, M. E. C.; CAETANO, F. H. P.; MONTESUMA, F. G. Acessibilidade dos adolescentes às fontes de informações sobre saúde sexual e reprodutiva. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 50-53, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.7322/JHGD.96767>

GUARESCHI, P. A.; ROSO, A. Teoria das Representações Sociais: Sua história e seu potencial crítico transformador. In: CHAMON, E. M. Q. O.; GUARESCHI, P. A.; CAMPOS, P. H. F. (Org.). **Textos e debates em Representação Social**. Revista ABRAPSO, Porto Alegre, p. 17-40, 2014.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/24122/21517> Acesso em: 16 out. 2019.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In. SOVIK, Liv. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. pp. 25-50.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HEALEY, G. Inuit parent perspectives on sexual health communication with adolescent children in Nunavut: “It is kinda hard for me to try to find the words”. **Health Research Centre Canada**, v. 73, n. 1, p 1-6, 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.3402/ijch.v73.25070>

HIGA, E. de F. R.; BERTOLIN, F. H.; MARINGOLO, L. F.; RIBEIRO, T. F. S. A.; FERREIRA, L. H. K. A intersetorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 1, p.

879-891, 2015. Doi <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0751>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014/IBGE.** Rio de Janeiro: IBGE. 2015. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e> Acesso em 15 Jan. 2021.

_____. **Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal . PNAD contínua.** Coleção Ibgiana. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705> Acesso em 23 Jan. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – 2012.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf> Acesso em 15 Jan. 2021.

_____. **Censo demográfico de 2010.** 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 27 jan. 2021.

JIMENEZ, L., ASSIS, D. A., NEVES, R. G. (). Direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 107, p. 1092 - 1104, Oct.Dec. 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-110420151070385>

JODELET, D. Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito. **Cadernos de Pesquisa**, v.45, n. 156, pp. 1-14, 2015. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3203> Acesso em: 19 dez. 2019.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Tradução de Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p. 17- 44. Disponível em: <<http://spw.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>>. Acesso: 19 ago. 2019.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In. GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Os contextos do saber.** Petrópolis: Vozes, 2008.

KNOBEL, M. Síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal.** 9. ed. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 24- 62, 1981.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 39, Set, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>

LEMOS, A. Direitos sexuais e reprodutivos: percepção dos profissionais da atenção primária

em saúde. **Saúde em Debate** [online], v. 38, n. 101, p. 244-253, 2014. Doi: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140022>

LI, D. K.; CHEN, H.; FERBER, J. R.; ODOULI, R.; QUESENBERRY, C. Exposure to Magnetic Field NonIonizing Radiation and the Risk of Miscarriage: A Prospective Cohort Study. **Scientific Reports**, v. 7, n. 17541, p. 1-7, 2017.

LIMA, D. G. de; LIMA, R. de L. A EC-95/2016 e a educação superior no Brasil: a materialização perversa do novo regime fiscal. **Universidade e Sociedade**, v. 19, n. 63, p. 46-57, jan. 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0ec5f9ac2d526c8cf77a1ad0eeadc254_1549480264.pdf Acesso em 25 Out. 2021.

LOPES, K. C. D. L.; DOULA, S. M. Juventude rural na sociedade da informação: a internet e seus usos no Brasil. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 113-132, 2013. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3675> Acesso em 26 Jan. 2021.

LUSA, M. G.; MARTINELLI, T.; MORAES, S. A.; ALMEIDA, T. P. (). A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 3, 2019. Florianópolis Sept./Dec. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p536>

MARANHÃO, T. A.; GOMES, K. R. O.; BARROS, I. de C. Fatores preditores do abortamento entre jovens com experiência obstétrica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2016, v. 19, n.3, p. 494-508, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201600030003>

MARTÍN-BARBERO, Rey. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo. 2004.

MARTINS-SILVA, P. de O. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 555-568, 2003. Doi: [10.1590/S0102-79722003000300014](https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300014)

MELO, M. C. de; FERRAZ, R. de O.; NASCIMENTO, J. L. do.; DONALÍSIO, M. R. Incidência e mortalidade por AIDS em crianças e adolescentes: desafios na região sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n.12, p. 3889-3998, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.11262015>

MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A, M, de O. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 55, n.1, p. 42-55, Jun. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672003000100006 Acesso em 12 Jan, 2021.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto e Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-64, 2008. Florianópolis. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>

MENEZES, L. M. S.; DELMONDES, L. M.; VIEIRA, I. G. (). Demographic-socioeconomic profile and sexual behavior of pregnant adolescents in a city in northeastern Brazil. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, v. 38, n. 1, p. 1-7, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3072/307245984001/html/index.html> Acesso em 20 Jul. 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEIRO, R. J. S.; OLIVEIRA, M. P. C. de A.; BELIAN, R. B.; LIMA, L. S. de.; SANTIAGO, M. E.; GONTIJO, D. T. DECIDIX: encontro da pedagogia Paulo Freire com os serious games no campo da educação em saúde com adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 9, p. 2951-2962, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.12782018>

MORAES, L. de.; FRANÇA, C. de.; SILVA, B.; VALENÇA, P.; MENEZES, V.; COLARES, V. Iniciação sexual precoce e fatores associados: uma revisão da literatura. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 20, n. 1, p. 59-73, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.15309/19psd200105>

MOREIRA, M. C.; MAIA, A. C. B.; JACINTO, H. F. A. Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores. **Revista Psicologia e Educação** [online], v. 3, n. 1, p. 47 -54, 2020. Disponível em: <http://psicologiaeeducacao.ubi.pt/Files/Other/Artigos%20OnLine/2020V1/V3N1%20-%205.pdf> Acesso em 10 Set. 2020.

MOREIRA, B. D. Participar com os jovens e adolescentes da experiência de aproximação com o mundo adulto: o desafio da Educação. **Educação & Sociedade** [online], v. 36, n. 133, p.1137-1155, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201564973>.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução Sonia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. [Tradução Pedrinho Guareschi]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MURTA, S. G.; ROSA, I. O.; ; MENEZES, J. C. L.; RIBEIRO, M. R. S.; BORGES, O. S.; PAULO, S. G.; OLIVEIRA, V.; RIBEIRO, D. C.; DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE. Direitos sexuais e reprodutivos na escola: avaliação qualitativa de um estudo piloto. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 3, p. 335-344, 2012. Brasília. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000300009>

NASCIMENTO, S. D. **Cultura do estupro é o apogeu da (falida) dominação masculina**. Recuperado de <https://jornal.usp.br/artigos/cultura-do-estupro-e-o-apogeu-da-falida-dominacao-masculina/>. (J. d. USP, Entrevistador). 2016. Acesso em: 19 jan. 2021.

NEIVA-SILVA, L.; DEMENECH, L. M.; MOREIRA, L. R.; OLIVEIRA, A. T.; CARVALHO, F. T. de.; PALUDO, S. dos S. Experiência de gravidez e aborto em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 4, p. 1055-1066, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11342016>.

NELSON, E.; EDMONDS, A.; BALLESTEROS, M.; SOTO, D. E.; RODRIGUEZ, O. The unintended consequences of sex education: an ethnography of a development intervention in Latin America. **Anthropology & Medicine**, v. 21, n. 2, p. 189-201, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13648470.2014.918932>.

NERY, I. S. FEITOSA, J. J. de M.; DE SOUSA, A. F. L.; FERNANDES, A. C. N. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 287-92, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500048>

NERY, I. S.; MENDONÇA, R. de C. M.; GOMES, I. S.; FERNANDES, A. C.; OLIVEIRA, D. C. de Costa de. Reincidência da gravidez em adolescentes de Teresina, PI, Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 64, n.1, p. 31-37, Jan./Feb. 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000100005>.

NEUMANN, D. M. C.; MISSEL, R. J. Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 75-91, jul./dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200007 Acesso em 24 Jan. 2021.

OLIVEIRA, M. S. de.; BRANCO, J. C.; SOUZA, L. D. de M.; SILVA, R. A. da.; LARA, D. R.; MOTA, D. M.; JANSEN, K. Fatherhood in adolescence: prevalence and associated factors in a community sample of youngsters. **Ciência & Saúde Coletiva**, [online], v. 20, n. 11, p. 3487-3494. 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.20702014>

OLIVEIRA-CAMPOS, M.; NUNES, M. L.; MADEIRA, F, de C.; SANTOS, M. G.; BERGMANN, S. R.; MALTA, D. C. GIATTI, L.; BARRETO, S. M. Comportamento sexual em adolescentes brasileiros, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.17, n. 1, p. 116-130, 2014.. Doi: <https://doi.org/10.1590/1809-4503201400050010>.

OLIVEIRA, V. A. S. C. A intersectorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Interface**, Botucatu, v. 19, n.1, p.879-891, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0751>

ORBEN, A.; TOMOVA, L.; BLAKEMORE, S-J. The effects of social deprivation on adolescent development and mental health. **Psy Arxiv Preprints**, 2020. Doi: <https://psyarxiv.com/7afmd/>

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L. J. (Coord.) KOLLER, S. H. (Org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, p. 16-24, 2002.

PAIXÃO, D. L. L.; ALMEIDA, A. M. De O.; ROSA-LIMA, F. Representações sociais da adolescência por adolescentes e jovens. **Psicologia e Saber Social**, v. 1, n. 2, p. 278-294, 2012. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44065/2/ve_Divaneide_Paixao_etal.pdf Acesso em 26 Jan. 2021.

PEREIRA, B. de S.; COSTA, M. C. O.; AMARAL, M. T. R.; COSTA, H. S. da.; SILVA, A. L. da.; SAMPAIO, V. S. (). Fatores associados à infecção pelo HIV/AIDS entre adolescentes e adultos jovens matriculados em Centro de Testagem e Aconselhamento no Estado da Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 19, n.3, p.747-758, 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014193.16042013>

PHILOGENE, G. "African American" as a new Social Representation. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 24, n. 2, p. 89-109, 1994.

PIROTTA, K. C. M.; BARBOSA, R.; PUPPO, L. R.; UNBEHAUM, S.; CAVASIN, S. Programas de orientação sexual nas escolas: uma análise das lacunas na implementação de políticas públicas a partir da percepção dos alunos da rede municipal de ensino de São Paulo. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, v. 3, n. 1, p. 190-210, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97893/96686> Acesso em 03 Nov. 2020.

QUIROGA, F. L.; VITALLE, M. S. S. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. **Physis**, v.23, n.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000300011. Acesso em: 11 dez. 2019.

QUIROZ, J.; VÉLEZ, S. Tecnología y sociedad: una aproximación a los estudios sociales de la tecnología. **Revista CTS**, Buenos Aires, v. 9, n. 26, p. 129-144, maio 2014. Disponível em: <http://www.ppgcts.ufscar.br/arquivos/disciplinas/cts-014-topicos-especiais-12-desafios-em-pesquisa-em-cts>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

REBENITSCH, L.; OWEN, C. **Individual variation in susceptibility to Cybersickness: argument reality I**. Honolulu: ACM Editora, 2014.

REIS, R. Aprender na Atualidade e Tecnologias: implicações para os estudos no ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1185-1207, 2014. Disponível em: Acesso em: 19 nov. 2019.

ROCHA, A. P. R.; GARCIA, C. A. A adolescência como ideal cultural contemporâneo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.28, n.3, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000300014. Acesso em: 18 jul. 2019.

ROCHA, C. M. F.; DIAS, S. F.; GAMA, A. F. Conhecimentos sobre o uso de contraceptivos e prevenção de DST: a percepção de mulheres imigrantes. **Cad. Saúde Pública**, v. 26, n. 5, Rio de Janeiro, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000500022>

RUSSO, K.; ARREGUY, M. E. Projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas": percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar. **Physis** [online], v.25, n.2, p. 501-523, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000200010>.

SÁ, R. de C. de S.; ROSA, H. R.; TARDIVO, L. S. de la P. C. T. **Sentimentos e atitudes de adolescentes no isolamento social em período da pandemia por coronavírus**. Instituto de

Pesquisa da USP, 2020. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2020/06/RESUMO-PESQUISA-ADOLESCENTES-40-dias.pdf> Acesso em 25 Jan. 2021.

SACRAMENTO, A. N. do.; NASCIMENTO E. R. do. Racismo e saúde: representações sociais de mulheres e profissionais sobre o quesito cor/raça. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n.5, p. 1142-1149, São Paulo, 2011. Doi: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000500016

SANTOS, B. R. **Emergência da concepção moderna de infância e adolescência:** mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18409> Acesso em: 10 jun. 2019.

SANTOS, R. L. dos.; NOBRE, A. V.; MAGALHÃES, B, de C.; SILVA, C. F.; DANTAS, M. B. Utilização de metodologias ativas para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Interfaces Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.01-591, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19081/16165> Acesso em: 10 Jan. 2020.

SANTOS, L. A. V.; LARA, M. O.; LIMA, R. C. R.; ROCHA, A. F.; ROCHA, E. M.; GLÓRIA, J. C. R.; RIBEIRO, G. de C. História gestacional e características da assistência pré-natal de puérperas adolescentes e adultas em uma maternidade do interior de Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v.23, n. 2, p. 617-625, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.10962016>.

SANTOS, C. P.; BARBOZA, E. C. de S.; FREITAS, N. O. de.; ALMEIDA, J. C.; DIAS, A. C.; ARAÚJO, E. C. Adesão ao uso do preservativo masculino por adolescentes escolares. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, v. 18, n. 2, p. 60-70, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/15085> Acesso em 20 Nov. 2020.

SARRIERA, J. C; TATIM, D. C.; COELHO, R. P. S.; BÜCKER, J. Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 20, n. 3, p. 361-367, 2007. Porto Alegre. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000300003>

SASAKI, R. S. A.; LELES, C. R.; MALTA, C.; SARDINHA, L. M. V.; FREIRE, M do C. M. Prevalência de relação sexual e fatores associados em adolescentes escolares de Goiânia, Goiás, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 20, n. 1, p. 95-104, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014201.06332014>

SCHREIBER, M. **Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não fazer sexo.** BBC News Brasil em Brasília. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50682336>. Acesso em 6 dezembro de 2020.

SHIOZAWA, P.; UCHIDA, R. R. .Social media during a pandemic: bridge or burden? Department of Mental Health, Faculdade de Ciências Médicas, Santa Casa de São Paulo

(FCMSCSP), São Paulo (SP), Brazil. **São Paulo Med. J.**, São Paulo, v. 138, n. 3, May/June 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1516-3180.2020.0151.08052020>

SILVA, D. R. Q. de. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. **Revistas de Estudos em Sociologia**, [online], n. 57, p. 78-88, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.7440/res57.2016.06>

SILVA, G. S.; LOURDES, L. A. de; BARROSO, K. de A.; GUEDES, H. M. Comportamento sexual de adolescentes escolares. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 154-160, 2015. Doi: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20150013>.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SIMÕES, J. A.; CAMPOS, R. Articulações entre a rua e o digital nas práticas culturais juvenis: os casos do rap de protesto e graffiti ilegal em Portugal. **Sociologias** (online), Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 272-299, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-45222016000300272&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 Jan. 2021.

SOARES, R. Adolescência: monstruosidade cultural? **Educação & Realidade**, v. 25, n.2, p. 152-159, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46854> Acesso em: 07 set 2019.

SOUTO, R. M. C. V.; PORTO, D. L.; PINTO, I. V.; VIDOTTI, C. C. F.; BARUFALDI, L. A.; FREITAS, M. G. de.; SILVA, M. M. A. da.; LIMA, C. M. de. Estupro e gravidez de meninas de até 13 anos no Brasil: características e implicações na saúde gestacional, parto e nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2909-2918, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.13312017>

SOUZA, V. Adolescentes em cena: uma proposta educativa no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, p.1716-1721, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000800014>

SPINOLA, M. C. R.; BÉRIA, J. U.; SCHERMANN, L. B. Fatores associados à iniciação sexual em mães de 14 a 16 anos em Porto Alegre/RS, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, p. 3755-3762, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.00082016>

TANO, B. L.; MATSUKURA, T. S. Saúde mental infantojuvenil e desafios do campo: reflexões a partir do percurso histórico. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 23, n.2, p. 439-447, 2015. Disponível em: www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br. Acesso em: 18 ago. 2019.

TAQUETTE, S. R.; MONTEIRO, D. L. M.; RODRIGUES, N. C. P.; ROZENBERG, R.; MENEZES, D. C. S.; RODRIGUES, A. de O.; RAMOS, J. A. S. Saúde sexual e reprodutiva para a população adolescente, Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 22, n. 6, p. 1923-1932, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.22642016>

TAQUETTE, S. R.; RODRIGUES, A. de O. Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde. **Revista Interface-Comunicação, Saúde e**

Educação, Botucatu [online], v. 19, n. 15, p. 1181-1191, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0504>

TAQUETTE, S. R.; RODRIGUES, A. de O.; BORYOLOTTI, L. R. Infecção pelo HIV em adolescentes do sexo masculino: um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 20, n. 7, p. 2193-2200, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015207.18102014>

TELO, S. V.; WITT, R. R. Saúde sexual e reprodutiva: competências da equipe na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 11, p.3481-3490, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.20962016>.

VASCONCELOS, A. C. de S.; MONTEIRO, R. J. S.; FACUNDES, VL L. D.; TRAJANO, M. de F., C.; GONTIJO, D. T. Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. **Saúde e Sociedade** [online], v. 25, n.1, p. 186-197. 2016 Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016145555>.

VEIGA. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano de que se imagina. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. SO. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 22, n. 69, pp.453-474, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782017226923>.

VIERO, V. C.; DA SILVEIRA, A. C. M. Apropriação de tecnologias de informação e comunicação no meio rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n.1, p. 257-277, jan./abr. 2011. Doi: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2011.v28.12042>

VILAÇA, M. T. M. Competência para a ação na educação em sexualidade: potencialidades da parceria entre profissionais da educação e saúde com integração das TIC. In: VILELA, P. (Coord.), **Educação sexual do saber ao fazer: um** contributo para a formação de professores. Braga: Centro de Formação de Associação de Escola. Braga/Sul, Repositório Universidade do Minho, pp. 29-47, 2015. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35394> Acesso em: 10 nov. 2019.

VONK, A. C. R. P; BONAN. C.; SILVA, K. S. da. Sexualidade, reprodução e saúde: experiências de adolescentes que vivem em município do interior de pequeno porte. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 18, n. 6, p. 1795-1807, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600030>

WANDERLEY, M. de N. B. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2013.

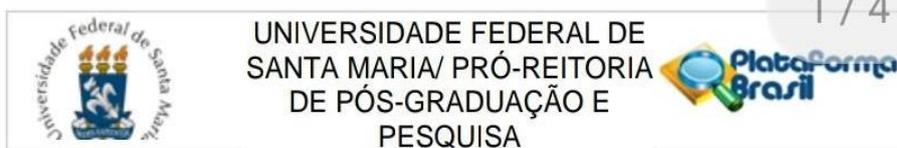
WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 7 – 72, 2014.

WORLD BANK. **Relatório Anual de 2016** [Internet] Washington; 2016. Recuperado de <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/788831468179643665/pdf/102724-WDR->

WDR2016Overview-PORTUGUESE-WebResBox-394840B-OUO-9.pdf Acesso em: 18 Jan. 2021.

YILDIRIM, M. E.; KAYNAR, M., BADEM, H.; CAVIS, M., Karatas; O. F.; CIMENTEPE, E. What is harmful for male fertility: Cell phone or the wireless internet? J. Kaohsiung **Journal of Medical Sciences**, n. 31, p. 480-484, 2015.

ANEXO 1 – PARECER DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Tecnologias da Informação e Comunicação e identidades: diálogos com adolescentes em uma escola

Pesquisador: Adriane Rubio Roso

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 37234120.3.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.350.055

Apresentação do Projeto:

Este projeto de dissertação de mestrado vincula-se ao projeto guarda-chuva "Políticas de Reprodução no Ciber mundo: Investigações em Tecnologias (Contra)Ceptivas, (In) fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades, aprovado pelo comitê de ética". Seu objetivo geral é refletir sobre como as Políticas de Reprodução estão entrelaçadas com uma rede de representações sociais, particularmente representações sociais de masculinidades e feminilidades, e explorar o que esses entrelaçamentos produzem em termos de impacto nas relações de gênero, identidades sociais, saúde e direitos.

Tomará como foco adolescentes de duas turmas de 2º ano do Ensino Médio, em uma escola pública na cidade de Lagoa Bonita do Sul, Rio Grande do Sul. O estudo apresenta como objetivo refletir acerca do processo de construção das identidades na sua inter-relação com as TICs, a partir dos saberes, práticas e experiências de adolescentes que estudam em uma escola localizada em uma cidade da região central do Rio Grande do Sul. Assim como o Projeto de nível superior (projeto guarda-chuva), trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho participante, que adotará Rodas de Conversa, Observação Participante e Diário de Campo como estratégias de aproximação e estudo do campo. Na construção das informações durante as rodas de conversa, também serão utilizadas dinâmicas de grupo, recursos audiovisuais (filmes e documentários), com temáticas

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763

Bairro: Camobi

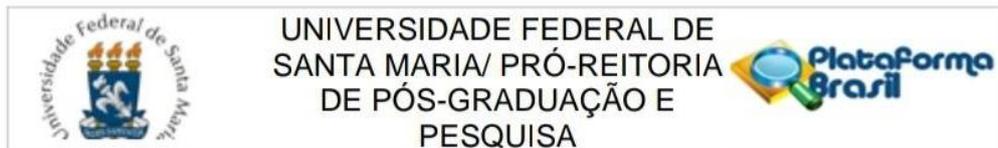
CEP: 97.105-970

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.350.055

pertinentes às TICs e à construção de identidades, bem como à saúde mental, sexualidade e saúde sexual e reprodutiva. Em relação à análise e discussão dos dados, as informações coletadas via rodas de conversa e Observação Participante serão analisadas e interpretadas psicossocialmente, a partir dos pressupostos da abordagem processual da Teoria das Representações Sociais (TRS), que possibilita a compreensão e complexificação das identidades e sociabilidades na pós-modernidade.

Espera-se contribuir para o campo da saúde mental e da saúde sexual e reprodutiva, ao abordarmos as TICs e fortalecer o combate às formas universalizantes de olhar e pensar as identidades na adolescência, instigando estudos que coloquem em questão as vivências, desafios, saberes e a autonomia dessas pessoas.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o processo de construção das identidades na sua inter-relação com as TICs, a partir dos saberes, práticas e experiências (representações sociais) de adolescentes que frequentam o Ensino Médio de uma escola localizada em um município rural, situado na região central do estado do Rio Grande do Sul (RS).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Tendo em vista as características do projeto, a descrição de riscos e benefícios apresentada pode ser considerada suficiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

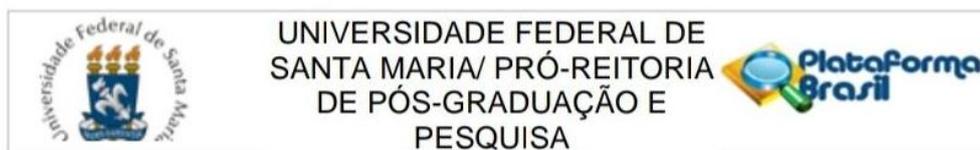
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória podem ser considerados suficientes.

Recomendações:

Veja no site do CEP - <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/> - modelos e orientações para apresentação dos documentos. ACOMPANHE AS ORIENTAÇÕES DISPONÍVEIS, EVITE PENDÊNCIAS E AGILIZE A TRAMITAÇÃO DO SEU PROJETO.

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.350.055

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1619616.pdf	19/10/2020 09:09:13		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclecorrigido.pdf	19/10/2020 09:08:25	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folharostasantos.pdf	01/09/2020 18:57:33	Adriane Rubio Roso	Aceito
Outros	roteirorodasdeconversa.pdf	31/08/2020 11:15:39	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
Outros	questionariosociodemograficosauade.pdf	31/08/2020 11:15:03	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
Outros	inventario.pdf	31/08/2020 11:14:32	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
Outros	cartademarear.pdf	31/08/2020 11:11:28	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	31/08/2020 11:10:41	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	31/08/2020 11:10:28	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhadobrochurasantos.pdf	31/08/2020 11:10:15	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	31/08/2020 11:04:09	CATIELE DOS SANTOS	Aceito
Outros	termoconfidencialidadesantos.pdf	26/08/2020 16:01:16	Adriane Rubio Roso	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoassentimentosantos.pdf	26/08/2020 15:44:23	Adriane Rubio Roso	Aceito
Outros	autorizacaoinstitucionalsantos.pdf	26/08/2020 15:19:38	Adriane Rubio Roso	Aceito

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763

Bairro: Camobi

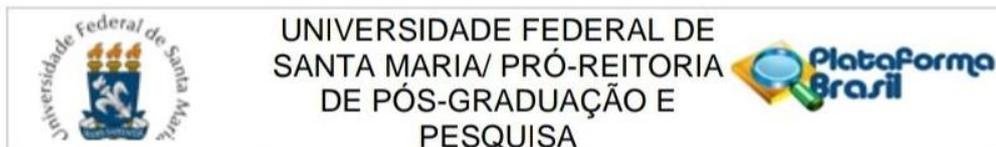
CEP: 97.105-970

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.350.055

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 20 de Outubro de 2020

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com

APÊNDICE 1 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

ANEXO A – Termo de Autorização Institucional



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Título do projeto guarda-chuva: Políticas de Reprodução no Ciber mundo: Investigações em Tecnologias Contraceptivas, (In) fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades

Pesquisadora responsável: Dra. Adriane Roso

Projeto Ramificado: Tecnologias da Informação e Comunicação e Identidade: diálogos com adolescentes em uma escola.

Autora do Projeto Ramificado: Psicóloga Mestranda Catielle dos Santos

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/Departamento de Psicologia

Telefone para contato: (055) 3307-9633

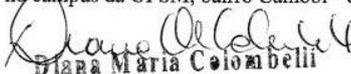
Email: adriane.roso@ufsm.br ou adrianeroso@gmail.com/cati92sw@gmail.com

Endereço: Cidade Universitária, UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, sala 3210a, 97105-970 - Santa Maria – RS, Brasil

Pela presente autorização, declaro que fui informado, de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do Projeto de Pesquisa intitulado: Políticas de Reprodução no Ciber mundo: Investigações em Tecnologias(Contra)Ceptivas, (In)fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades. Dessa forma, autorizo a realização da pesquisa na Escola Estadual de Ensino Médio José Luchese, bem como autorizo a utilização dos dados coletados para apresentações em eventos acadêmicos e/ou publicações em artigos e revistas científicas, desde que preservadas as identidades das pessoas envolvidas.

Entendo que o departamento de Psicologia da UFSM manterá sigilo em relação a identidade dos participantes, sendo que os dados coletados serão arquivados na referida instituição, sob responsabilidade da pesquisadora-orientadora do projeto, Profa Dra Adriane Rubio Roso, na sala 3210A do Departamento de Psicologia no Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, prédio 74B, localizado no campus da UFSM, bairro Camobi - CEP 97015-900 - Santa Maria, RS – Brasil.

Assinatura e CPF 403129560 04


DIARA MARIA COLOMBELLI

Diretora

ID: 2364387/02

Local: Escola Banta do Sul

Data: 16/07/2020

**Escola Estadual de Ensino
Médio José Luchese**
Decreto de Criação nº 7061 de
D.O. 24/05/1956
Parecer de Autorização nº 127 de
31/01/2006 D.O. 09/07/2006

Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM: Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria - RS - 2o andar do prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com